

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VINICIUS TERRA MARTINS

**O SERVIÇO SECRETO DO ITAMARATY(CIEX) E SUA PARTICIPAÇÃO NOS ANOS DE
CHUMBO: O MONITORAMENTO DO CONE SUL (1966-1979)**

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

VINICIUS TERRA MARTINS

**O SERVIÇO SECRETO DO ITAMARATY(CIEX) E SUA PARTICIPAÇÃO
NOS ANOS DE CHUMBO: O MONITORAMENTO DO CONE SUL (1966-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2024

Ficha Catalográfica

M386s Martins, Vinicius Terra

O Serviço Secreto do Itamaraty (CIEEX) e sua participação nos Anos de Chumbo : O Monitoramento do Cone Sul (1966-1979) / Vinicius Terra Martins. – 2024.

163.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. Centro de Informações do Exterior. 2. Serviço de Inteligência. 3. Política Externa. 4. Ditadura Militar. 5. Geopolítica. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

VINICIUS TERRA MARTINS

**O SERVIÇO SECRETO DO ITAMARATY(CIEX) E SUA PARTICIPAÇÃO
NOS ANOS DE CHUMBO: O MONITORAMENTO DO CONE SUL (1966-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Luis Carlos dos Passos Martins

André Luiz Reis da Silva

Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre

2024

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Valquiria Helena dos Santos Terra, por todo o esforço e incentivo realizado ao longo da minha trajetória acadêmica, especialmente, por me proporcionar os meios necessários para conseguir prosseguir nos meus estudos. Saiba que você é o principal motivo que me faz prosseguir lutando em busca do meu lugar no mundo.

Ao financiamento provido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), espero que esse órgão cada vez mais possa proporcionar mudança na vida de outras pessoas, através do incentivo à educação e a ciência. Fatores fundamentais para o desenvolvimento do nosso país.

Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, Prof. Helder Gordim da Silveira, que abraçou a minha ideia do projeto de pesquisa e me ajudou a desenvolvê-la até o final, porém por conta da sua merecida aposentadoria não poderá participar da conclusão desse ciclo oficialmente. Porém saiba que a sua postura como professor irá me acompanhar para sempre, seu caráter, sua ética profissional e seu cuidado com as palavras são características que busco seguir. Ainda gostaria de agradecer ao Prof. Luis Carlos dos Passos Martins pelo auxílio na finalização dessa pesquisa.

A minha querida amiga, Laura Bittencourt, que me auxiliou repetidas vezes nas revisões dessa pesquisa e que desde a graduação virou a minha parceira nessa jornada. Valorizo o apoio que você me deu frente as minhas dificuldades e nesse momento retribuo que espero manter sempre a nossa amizade.

Por fim gostaria de terminar agradecendo as amigadas que desenvolvi ao longo dessa jornada, a presença de vocês tornou este trabalho menos solitário e extremamente mais divertido e enriquecido devido a companhia de vocês. Gostaria de dedicar um agradecimento especial a Pâmela Chiorotti Becker, Carlos Eduardo da Silva Pereira, Yasmim Carina Bastos Ribas, Isabella Marini Horst e Alan Schimidt Pereira.

RESUMO

Nesta pesquisa, pretendemos compreender como foi a atuação do Centro de Informações do Exterior no Cone Sul, especialmente no Uruguai, Argentina e Chile. Para isso buscamos traçar o caminho da criação da Escola Superior de Guerra que teorizou sobre a área das informações e organizou dentro do seu Manual Básico as diretrizes que tiveram influência na criação da comunidade de informações criada no período da Ditadura Militar brasileira. Assim como adoção da Doutrina de Segurança Nacional e a noção das Fronteiras Ideológicas, contextualizando e percebendo as nuances que às envolveram.

A documentação utilizada tem origem na plataforma do Arquivo Nacional – Serviço de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) o fundo utilizado foi o do próprio CIEX. A partir dessa perspectiva podemos examinar como o órgão funcionou dentro da comunidade de informações por meio de uma nova ótica que foca na produção de informes que tem como objetivo reportar a situação interna dos países do Cone Sul, os seus conflitos políticos, econômicos e de combate aos movimentos comunistas. Podemos perceber que a documentação em alguns momentos enfatiza temas que são caros as relações diplomáticas entre o Brasil e esses países, trazendo até o contexto de como esse relacionamento se desenvolveu ao longo da história, especialmente entre o Brasil e a Argentina por conta da sua disputa geopolítica para consolidar uma posição hegemônica na América Latina. Por fim percebe-se que essas informações poderiam ter sido utilizadas pelos tomadores de decisão da política externa brasileira para movimentar-se no ambiente internacional.

Palavras-chave: Centro de Informações do Exterior, Serviço de Inteligência, Política Externa, Ditadura Militar, Geopolítica.

ABSTRACT

In this research, we understand how the Foreign Information Center operated in the Southern Cone, especially in Uruguay, Argentina, and Chile. To do this, we seek to trace the path of creation of the Escola Superior de Guerra, which theorized about the area of information and specifications within its Basic Manual, the guidelines that influenced the creation of the information community created during the period of the Brazilian Military Dictatorship. As well as the adoption of the National Security Doctrine and the notion of Ideological Borders, contextualizing and understanding the nuances that involved them.

The documentation used originates from the National Archive platform – National Archive Information Service (SIAN) and the fund used was CIEX itself. From this perspective, we can examine how the organization worked within the information community through a new perspective that focuses on the production of reports that aim to report on the internal situation of the Southern Cone countries, their political, economic, and combat conflicts. to communist movements. We can see that the documentation at times emphasizes themes that are important to diplomatic relations between Brazil and these countries, bringing to the context how this relationship has developed throughout history, especially between Brazil and Argentina due to their dispute geopolitics to consolidate a hegemonic position in Latin America. Finally, we realized that this information could have been used by Brazilian foreign policy decision-makers to move around in the international environment.

Keywords: Foreign Information Center, Intelligence Service, Foreign Policy, Military Dictatorship, Geopolitics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ASI - Assessorias de Segurança e Informações

CIA - *Central Intelligence Agency*, Agência Central de Inteligência, em português

CIE - Centro de Informações do Exército

CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CIEX - Centro de Informações do Exterior

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CEA - Conferência dos Exércitos Americanos

CODI-DOI - Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CPUSTAL - *Congreso Permanente de Unidad Sindical de los Trabajadores de América Latina*

CORFO - Corporação de Fomento da Produção

CUT - *Central Única de Trabajadores* (Chile)

DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DII - Direção de Informação e Inteligência

DSI - Divisões de Segurança e Informação

DSN - *Doctrina de Seguridad Nacional*

ERP - *Ejército Revolucionario del Pueblo*

EsNI - Escola Nacional de Informações

ESG - Escola Superior de Guerra

ESMACO - Estado Mayor Conjunto

FACH - Força Aérea do Chile

FREJULI - Frente Justicialista de Libertação

MIR - *Movimiento Izquierda Revolucionaria*

MLN - *Movimiento de Liberación Nacional*

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OEA - Organização dos Estados Americanos

OLADE - *Organización Latinoamericana de Energía*

OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade

ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCA - Partido Comunista Argentino
PCCh - Partido Comunista Chileno
PDC - Partido da Democracia Cristã
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores (Argentina)
PSC - Partido Socialista do Chile
SNI - Serviço Nacional de Informações
SCIFI - Serviço de Informação e Contrainformação
SID - Serviço de Informação de Defesa
SIM - *Servicio de Inteligencia Militar*
SELA - Sistema Econômico Latino-Americano
UP - Unidade Popular
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: SUA INFLUÊNCIA NA DITADURA MILITAR	17
2.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL, SEU DESENVOLVIMENTO E A NOÇÃO DE FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS	23
3 O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES: SUA GÊNESE	36
3.1 O SERVIÇO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES (1936-1939) E O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (1966-1984)	44
3.2 O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	47
4 O CIEX E O MONITORAMENTO DE GOVERNOS E MILITARES DE URUGUAI, ARGENTINA E CHILE	62
4.1 O CIEX E O MONITORAMENTO DO GOVERNO DO URUGUAI: DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O LESTE EUROPEU A CRISE POLÍTICO INSTITUCIONAL.....	62
4.2 O CIEX E O MONITORAMENTO DO GOVERNO DA ARGENTINA: DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O LESTE EUROPEU A OFENSIVA DIPLOMÁTICA DE PERÓN ...	74
4.3 O CIEX E O MONITORAMENTO DO GOVERNO NO CHILE: DA LEGITIMIDADE DO GOVERNO ALLENDE AO GOLPE MILITAR	84
4.4 O CIEX E O MONITORAMENTO DOS MILITARES NO URUGUAI: A DISPUTA IDEOLÓGICA DENTRO DAS CORRENTES IDEOLÓGICAS DOS MILITARES	93
4.5 O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR E O MONITORAMENTO DOS MILITARES NA ARGENTINA: A INFILTRAÇÃO COMUNISTA E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS	99
4.6 O CIEX E O MONITORAMENTO DOS MILITARES NO CHILE:AS AFINIDADES IDEOLÓGICAS E O LEVANTE CONTRA O GOVERNO ALLENDE.....	101
5 O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NO CONE SUL	105
5.1 O CIEX E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NO URUGUAI: DO MLN AO PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO.....	105
5.2 O CIEX E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NA ARGENTINA:DO PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO AO COMBATE AO COMUNISMO.....	125
5.3 O CIEX E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NO CHILE:DO GOVERNO ALLENDE A DITADURA MILITAR CHILENA.....	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149

REFERÊNCIAS	152
--------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 instaurou, como afirma Penna Filho¹, uma ampla e complexa rede de informações, tendo como objetivo principal a manutenção do novo regime sob o comando militar. Para isso, houve a criação de um órgão regulador daquilo que Antunes² denominou como a Comunidade de Informações, organismo elaborado por Golbery do Couto e Silva que teria proposto a Castello Branco a criação do Serviço Nacional de Informações. Este foi apresentado ao Congresso e teve a sua criação no dia 13 de junho de 1964.

Golbery era uma figura caracterizada como um moderado da Sorbonne (Escola Superior de Guerra), um analista geopolítico e vinha estudando a criação de uma rede de informações desde 1950.³

A proposta da criação desse sistema foi interpretada como a forma de institucionalização daquilo que se chamou de Ideologia da Segurança Nacional, sendo uma decorrência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que tem sua origem nos Estados Unidos da América. A fundamentação é que com o contexto de Guerra Fria era necessária a ativa participação dos EUA nos assuntos internacionais, a fim de conter a expansão do comunismo e proteger os seus aliados, inclusive os países da América Latina. Nesse sentido, existiria uma espécie de tutela por parte dos Estados Unidos perante os países vizinhos, uma espécie de continuidade da Doutrina Monroe de 1823 e do Corolário Roosevelt de 1904, em que os Estados Unidos proclamavam o direito de interferir militarmente em países do continente americano para proteger os interesses da região. A Doutrina está vinculada a possíveis influências das potências europeias no continente americano e o Corolário uma extensão dessa mesma problemática, enquanto a Doutrina de Segurança Nacional possuía o objetivo de conter a expansão do comunismo.

A Doutrina de Segurança Nacional na Ditadura Militar brasileira precisa ser avaliada, posto que existem teóricos que são partidários de uma ideia de que ela exerceu uma grande influência na organização das estratégias repressivas, ou seja, uma perspectiva mais

¹ PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. *Acervo*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 79–92, 2008. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/296>. Acesso em: 6 nov. 2023.

² ANTUNES, Priscila C. B. *SMI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

³ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

totalizadora como a de Joseph Comblin⁴, que parte de uma adoção pelos países latino-americanos da Doutrina de Segurança Nacional estadunidense com certas adaptações ao contexto histórico de cada nação e tendo influência mais forte na ditadura militar brasileira, todavia ainda mantendo uma certa influência na Argentina, Chile e Uruguai. Em outra perspectiva, há visões como a de Carlos Fico⁵, que entende que ela pode ter influenciado, mas não totalmente, procurando matizar a sua importância e levantando o cenário de que é preciso adaptação ao longo do tempo na implementação de uma doutrina. Além disso, existe uma diversidade de pensamentos entre os próprios grupos militares que forma um gradiente entre aqueles que tinham algum comprometimento com as formalidades legais e democráticas até aqueles que tinham um apego a um despotismo de extrema direita e anticomunista.

A “Doutrina”, na perspectiva de Fico⁶, teria sido produzida pela Escola Superior de Guerra, órgão que claramente tem inspiração no *National War College* estadunidense e tinha como base a integração do Brasil no contexto internacional, considerando sua população extensa, seu território vasto, seu posicionamento geopolítico estratégico no âmbito das relações políticas internacionais e sua vulnerabilidade ao comunismo por causa das fragilidades internas vinculadas a sua população despreparada. Disso concluiu-se que o Brasil tinha a possibilidade de tornar-se uma grande potência, mas era necessário tomar medidas preventivas em relação à expansão e “ameaça” do comunismo. A ESG preocupou-se em delinear os caminhos possíveis do Brasil em um contexto de guerra contra os países capitalistas e comunistas e a criação de mecanismos internos de combate ao comunismo. Igualmente, um projeto de desenvolvimento que reforçasse o “destino” do Brasil virar uma grande potência, ou seja, possuir uma capacidade industrial superior e uma posição estratégica no jogo político internacional.

A Doutrina de Segurança Nacional, na análise de Ana Lagôa⁷, está em consonância com a descrição de Carlos Fico, visto que ela afirma que a doutrina, segundo o pensamento da ESG, não recorre a definições, pois seriam muito rígidas, mas sim a conceitos que são flexíveis e conjunturais. Tinha como objetivo a luta contra a Guerra Revolucionária Comunista, que resultou na Lei de Segurança Nacional de 1969, com o fim de conter o

⁴ COMBLIN, Padre José. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁵ FICO. *Op. Cit.*, 2001.

⁶ FICO. *Idem.*, 2001.

⁷ LAGÔA, Ana. *SNL: como nasceu como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

conflito interno geralmente inspirado por uma ideologia ou auxiliado do exterior, visando a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação.

A DSN aconselhava o uso amplo do Estado por meio de intervenção total ou parcial, em relação ao território, decretação de estado de emergência ou sítio e medidas que restringiam a liberdade de reunião, associação e opinião que estivessem associadas aos aspectos políticos.

A lei 4.341, aprovada em 13 de junho de 1964⁸, instituiu a criação do Serviço Nacional de Informações, sendo ele diretamente subordinado ao gabinete da presidência da república. Sua função era superintender e coordenar as atividades de informações e contrainformação processadas pelos serviços secretos dos ministérios militares e as Divisões de Segurança Interna (DSI). O SNI foi criado com a intenção da manutenção da segurança nacional:

Art. 1º. É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º. O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art. 4º. O Serviço Nacional de Informações compreende uma chefia (Chefe do Serviço e Gabinete), uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais. (Brasil, 1964)

O Centro de Informações do Exterior entra em cena em 1966 como um órgão do Itamaraty vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha como objetivo espionar políticos e militantes contrários ao regime militar brasileiro que se exilaram nos países vizinhos, assim como monitorar a situação interna dos países do Cone Sul.

Dentro do CIEX estavam à frente diplomatas de carreira do Ministério das Relações Exteriores que, como salienta Penna Filho⁹, “Atuavam em sintonia com o SNI e com os demais órgãos de informações”. O autor ainda menciona que a função não era obrigatória e os diplomatas que serviram no CIEX o fizeram de livre e espontânea vontade.

O CIEX desenvolveu um sofisticado aparelho de coleta e distribuição de informações que eram destinadas às agências diretamente ligadas à repressão no Brasil, como o mencionado Serviço Nacional de Informações, o Centro de Informações e Segurança da

⁸ BRASIL. *Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 fev. 2024.

⁹ PENNA FILHO. *Op. Cit.*, 2008. p. 84.

Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), algo que ficou claro na análise da documentação produzida pelo CIEX. Os documentos seguiam a padronização utilizada pelo SNI que elaborava um modelo geral de classificação, com o grau de confiabilidade dos informes, atribuindo uma sigla correspondente indo de A1, A2, A3, B1, B2, B3 C1, C2 até F-6, sendo o primeiro o grau de maior confiabilidade e o último o de menor confiabilidade. Essa organização bate com o relato cedido por Adyr Fiúza de Castro, o chefe do Centro de Informações do Exército entre 1968-1969 e responsável pela estruturação do órgão, aos antropólogos Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro no livro *Os Anos de Chumbo a memória sobre a repressão*, onde ele afirma:

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1,2,3,4,5,6. Um informe A-1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então Guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é F-6, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida.¹⁰

Podemos perceber que a organização do CIEX seguia os mesmos parâmetros organizacionais que o CIE em relação à categorização dos informes que posteriormente poderiam ser transformados em uma informação pelos agentes que trabalhavam no refinamento e cruzamento desses informes no SNI. A existência do CIEX revela mais do que uma faceta da repressão instituída pelo regime militar. Revela o comprometimento do Itamaraty com a Ditadura Civil Militar de 1964.

A pesquisa procurou compreender as influências das atividades do CIEX na tomada das decisões políticas por parte do regime militar no sentido da sua política externa. Existem autores como Clodoaldo Bueno e Amado Cervo¹¹ (2015) que entendem que após o governo de Castello Branco o MRE começou a recuperar a sua autonomia no desenvolvimento da política externa. Vizontini¹² vai pelo mesmo caminho afirmando que o Ministério das Relações Exteriores recupera a sua autonomia e coesão por ter aceitado inicialmente a interdependência com os Estados Unidos. Retomando essa autonomia, ele passa a desenvolver

¹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. p. 47.

¹¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2015.

¹² VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

uma política externa mais semelhante aos preceitos da Política Externa Independente. A socióloga Karla Gobo¹³ vai na mesma linha interpretativa quando afirma que o Ministério teria trocado a sua ideologia nos anos iniciais da ditadura para conseguir manter sua unidade e evitar a instalação de um processo de perseguição política dentro da instituição. Todavia, o Primeiro-Ministro das Relações Exteriores do período ditatorial, Vasco Leitão da Cunha, em entrevista concedida ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas¹⁴, afirmou que querendo proteger o Itamaraty da “caça às bruxas” ele mesmo se encarregou de realizar a sindicância entre os membros do Ministério.

Existem outros historiadores que compreendem uma ampla influência por parte do regime dentro do Itamaraty, essa pode ser confirmada com a criação do Centro de Informações do Exterior, o anteriormente citado Pio Penna¹⁵ e Adrianna Setemy¹⁶ desenvolveram trabalhos investigando como esse órgão de inteligência do MRE atuou no monitoramento dos exilados brasileiros que tiveram primeiramente seus destinos nos países da América Latina, principalmente Uruguai, Argentina e Chile, e posteriormente com a instauração de regimes ditatoriais nesses países os seus destinos foram procurar refúgio na Europa, principalmente em Portugal e na França.

Existem estudos como o de Alessandra Castilho¹⁷ que afirmam que os documentos do Centro de Informações do Exterior colocam em xeque o discurso oficial do Ministério e dos diplomatas da época, que eles realizaram uma tentativa de apagamento desse passado indesejável e de que o Ministério das Relações Exteriores teria passado ileso durante a ditadura militar. Dessa forma, seria uma instituição que representaria um ponto de continuidade nas práticas democráticas. Castilho entende que existia pelo menos uma linha do Ministério que participava e tinha uma aderência à ideologia da DSN e isso teria influenciado em grande parte o desenvolvimento da Política Externa, inclusive na participação do governo

¹³ GOBO, Karla. Década de 1970: a política externa e o papel do Itamaraty. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 77-98, 2017.

¹⁴ CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto mar*: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1994.

¹⁵ PENNA FILHO, PIO. O Itamaraty nos anos de chumbo - o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35814269003>. Acesso em: 06 nov. 2023.

¹⁶ SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Macapá, v. 31, n. 2, 2014.

¹⁷ CASTILHO, Alessandra Beber. *Diplomacia e Repressão Política: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores no Chile (1968-1973)*. 2015. 133 p. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

brasileiro na deposição do presidente do Chile, Salvador Allende, em 1973, que colocou Augusto Pinochet no poder. O CIEEX possuía diversos informes os quais foram utilizados na pesquisa sobre a posição dos militares chilenos perante o governo de Allende e a conjectura da possibilidade de deposição que posteriormente se mostrou verdadeira.

A pesquisa pretende analisar como a comunidade de informações com a criação do SNI logo em 1964, a criação do CIEEX em 1966, a DSN e a influência da noção das Fronteiras Ideológicas – que parte do pressuposto que a soberania naquele momento, por causa da expansão do comunismo, deveria ser deixada em segundo plano com a instauração de uma aliança entre os governos ditatoriais da América Latina para conter a subversão – podem ter impactado o desenvolvimento da política externa administrada pelo MRE. Questiona até que ponto a existência das Fronteiras Ideológicas pode ter impactado o desenvolvimento da política externa brasileira com os países do Cone Sul, pois, se por um lado existe o comprometimento contra a subversão comunista, por outro existe o projeto do Brasil Grande Potência que precisa levar em consideração a expansão da sua influência regional e a competição que decorre desse objetivo, principalmente em relação à Argentina, oponente histórica na região da bacia do Rio da Prata.

Sendo assim, os objetivos da pesquisa estão intimamente relacionados com a formação da comunidade de informações em que o SNI é a agência-chave que regula e recebe os informes de todas as outras agências, inclusive do CIEEX. Estava dentro de uma lógica da DSN, por meio da implementação da noção de fronteiras ideológicas para conter os inimigos externos e a subversão, inserido dentro do sistema capitalista que incentiva uma competição entre os Estados-Nação para obterem maior poder político. O Brasil, nesse jogo, se coloca como uma potência regional que tinha ambições de consolidar sua influência na América Latina. Para além disso, os objetivos incluem:

- a) Analisar o quadro conjuntural adquirido pelo Ministério das Relações Exteriores por meio do Centro de Informações do Exterior e as possíveis relações com as tomadas de decisão em eventos-chave do período.
- b) Compreender até que ponto a noção de fronteiras ideológicas pode ter influência no desenvolvimento da política externa.
- c) Compreender a visão do CIEEX sobre a guerra contra a subversão nos países do Cone Sul.
- d) As disputas internas pelo poder entre os militares e políticos tradicionais no Uruguai, Argentina e Chile.

- e) Analisar o tipo dos informes produzidos pelo CIEX quanto ao seu conteúdo político-ideológico, buscando entender a finalidade a que ele se dirigia, ou seja, se estava associado a um teor estratégico de médio prazo para consolidar o Brasil como uma potência hegemônica regional ou de defender o sistema político capitalista da ameaça comunista.

A documentação relativa aos informes realizados por esse órgão está disponível em PDF no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, onde há a possibilidade de realizar o *download* dos arquivos. A totalidade do acervo forma um conjunto de 240 arquivos que possuem 13 mil páginas. Para lidar com o problema da extensão das fontes, foi criado um script na linguagem de programação “R”, que realizou uma filtragem primeiramente selecionando a delimitação temporal e a seguir uma seleção através da designação de palavras-chave que estão presentes nos documentos que foram analisados a partir da *leitura flutuante*. Essa filtragem resultou em uma redução na totalidade dos documentos disponíveis para 133.

Os documentos foram utilizados para compreender quais as principais informações sobre a situação interna da Argentina, Chile e Uruguai eram relevantes para serem enviadas à comunidade de informações do regime militar brasileiro. A documentação é organizada em um formato de relatório com uma periodicidade mensal e as informações eram recolhidas de algumas maneiras, sendo elas: o uso de informantes *in loco*, recortes dos jornais mais influentes dos países e informações provenientes das embaixadas. Esses documentos eram enviados para os outros órgãos de inteligência como o SNI, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), CIE e até para o gabinete da presidência. Porém, era realizada uma curadoria das informações para que elas fossem destinadas aos órgãos competentes em função do seu conteúdo.

A metodologia utilizada no trabalho foi a Análise de Conteúdo. Devido à natureza dos documentos, eles foram analisados, realizando uma apreciação qualitativa sobre as temáticas que envolvem as informações do Cone Sul, chegando em três principais categorias de análise, sendo elas: referentes aos informes da subversão, do governo e dos militares nos respectivos países. A aplicação da metodologia foi inspirada em Bardin¹⁸, realizando os passos de preparação das informações, procurando no *corpus documental* pelos termos “Situação Interna”, “Política Interna”, e os países “Argentina”, “Chile”, “Uruguai”. Para isso foi

¹⁸ BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

desenvolvido um *script* de programação na linguagem “R” que teve como função realizar uma varredura dentro dos arquivos de PDF pelas palavras-chave que foram construídas a partir da leitura da documentação. Esse *script* tem a funcionalidade de realizar o reconhecimento dos caracteres em todos os documentos e retornar a informação de quais documentos possuem as palavras-chave. Assim, foi possível focalizar nos documentos que trazem as informações relativas à conjuntura política da Argentina, Uruguai e Chile. E compreender quais os principais temas que envolviam esses países, assim como as diferenças e semelhanças existentes entre eles.

Após essa etapa, foram seguidos os passos metodológicos de Bardin, sendo eles:

1. Preparação das informações:

- a) Procura no *corpus documental* por termos como “situação interna” e “política” associados aos países do cone sul que já foram filtrados para começar a realizar um trabalho analítico empírico nesses documentos do CIEX de 1966 a 1979.
- b) Organização do *corpus documental* em tabelas no Excel contendo os dados relativos aos países, para que possa ser realizada uma comparação de como foi o monitoramento em cada país. Assim, pode-se identificar os dados que serão necessários para buscar sentidos possíveis no material e atender os objetivos da pesquisa.

2. Descrição do *corpus documental*:

- a) Unitarização, transformando o conteúdo dos documentos em unidades de sentido menores.
- b) Categorização e classificação das unidades para entender como melhor agrupá-las em busca do sentido geral e as correlações possíveis. Chegou-se em três categorias principais, sendo elas, a Segurança Ideológica, Governo e os Militares.

3. Interpretação dos dados e construção dos resultados a partir das etapas anteriores, assim como a comparação deles com o amparo das referências bibliográficas.

Com isso foi estabelecida a divisão dos capítulos que virão a seguir que discutirão as principais preocupações e temáticas reportadas ao CIEX em relação ao Uruguai, Argentina e Chile vinculadas aos Governos, as relações dos Militares e da Segurança ideológica. Essas preocupações estavam relacionadas a dois principais objetivos sendo eles a construção da conjuntura política interna dos países e as relações que eles desenvolviam entre si e a contenção do comunismo. Percebeu-se que nesses interesses estão manifestadas duas principais preocupações, sendo elas o combate ao

comunismo e o controle estratégico geopolítico na região da Bacia do Prata e Cone Sul.

2 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: SUA INFLUÊNCIA NA DITADURA MILITAR

Neste capítulo discutiremos a influência da Escola Superior de Guerra na organização burocrática e institucional da Ditadura Militar brasileira, assim como o corpo teórico desenvolvido pela escola que tinha o fim de defender e fundamentar o regime militar. Além disso procuraremos discutir a Doutrina de Segurança Nacional criada pela ESG e suas mudanças ao longo do tempo. Tendo como principal objetivo compreender a articulação da noção de Fronteiras Ideológicas e sua implicação no binômio segurança e desenvolvimento. Tendo em vista que existem nuances entre esses dois conceitos quando em um contexto de uma disputa intersistêmica de Capitalismo *versus* Socialismo. Por fim procuraremos descrever como se organizou a comunidade de informações do regime tendo como organismo centralizador o SNI que por sua vez possui relação com os estudos de informações e inteligência desenvolvidos pela ESG.

Essas temáticas estão intimamente articuladas com a emergência do Centro de Informações do Exterior, quando pensamos que desde sua criação a ESG começou a desenvolver um corpo teórico dentro dos seus cursos para as instituições de informação e o treinamento de agentes que nelas passariam a atuar. Além disso a Doutrina de Segurança Nacional e a noção de Fronteiras Ideológicas são importantes para compreender até que ponto os preceitos da Segurança Nacional e das Fronteiras Ideológicas não entram em áreas de choques e contradições. Essa percepção será feita a luz dos documentos do CIEEX, procurando desvendar justamente onde ocorrem esses distanciamentos e aproximações.

A Escola Superior de Guerra foi o alicerce do pensamento militar, fundada em 1949, com a participação de consultores franceses e estadunidenses, com o objetivo de treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento nacional”¹⁹.

Cláudio Beserra Vasconcelos²⁰ salienta que através dos cursos da ESG, produziu-se um corpo de pensamento que tinha como principal foco a consolidação de objetivos nacionais por meio de uma política de segurança nacional, sendo “um instituto nacional de altos estudos destinados a consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional”²¹.

¹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

²⁰ VASCONCELOS, C. B. A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964. *Antíteses*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 278–308, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/35848>. Acesso em: 21 set. 2023.

²¹ *Ibid.*, 287-308.

Esse corpo materializou-se em teorias utilizadas para avaliar as estruturas do Estado brasileiro e em consequência planejaram os passos tomados no sentido de desenvolver o país dentro das perspectivas e ideias do capitalismo associado-dependente. Essa análise vai ao encontro de Alves²², quando discute sobre sistemas econômicos autônomos e as economias dependentes, os primeiros são capazes de gerar seu próprio crescimento, sobretudo no sentido de produção de novas tecnologias, expandindo os setores de bens e capitais, controlando o sistema financeiro e bancário. Todavia as economias dependentes, funcionam na periferia do sistema mundial, estando afastadas dos pontos de concentração de recursos para o crescimento autogerado. O principal problema do sistema econômico dependente é que ocorre uma distorção onde os problemas sociais não são resolvidos e as desigualdades regionais crescem, resultando em uma disparidade na distribuição de renda, no índice de desemprego e níveis de vida extremamente precarizados para a maioria da população. O esgotamento desse ciclo econômico parece ser utilizado em diversas análises no sentido de fundamentar a efetivação do golpe militar de 1964 e as suas formulações ideológicas e organizacionais burocráticas foram germinadas dentro da ESG.

Partindo ainda das perspectivas de Cardoso e Faletto²³, existe uma ênfase na relação política que as elites locais estabelecem com as elites das potências estrangeiras através de uma rede de interesses e coações que ligam uns grupos sociais aos outros. Levando em consideração que não existe uma limitação puramente externa afim de evitar interpretações mecanicistas que levam em consideração uma determinação do externo ao interno, mas existem especificidades na implementação de um sistema de produção em formações sociais que se encontram na dinâmica da dependência. Existe uma mudança vinculada aos interesses externos da dependência terem consequências cada vez mais na produção do mercado interno produzindo então uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional. Todavia ainda se mantem o descompasso, pois a indústria produzida na periferia não consegue conquistar o “mercado aberto” por uma defasagem tecnológica em relação as economias maduras mantendo assim um certo grau estrutural de condições de dependência.

Raul Prebisch foi outro principal expoente dessa teoria ainda na década de 1950, nesse momento ocupava o cargo de diretor da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) o enfoque do teórico em cima das questões econômicas desenvolvendo um

²² ALVES. *Op. Cit.*, 2005.

²³ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

contraponto da teoria de David Ricardo sobre as Vantagens Comparativas, onde supostamente a especialização na produção de bens criaria uma vantagem comparativa, produziria-se com um custo de oportunidade mais baixo e a alocação de recursos seria otimizada e essa dinâmica resultaria em diversos benefícios como aumento da produção global, variabilidade de bens, crescimento econômico, redução da dependência melhora na distribuição de renda e estímulo a inovação. Todavia, Prebisch argumenta que existe um problema fundamental nessa dinâmica econômica que ele denomina de Deterioração dos Temos de Troca, sendo isso a ideia de que os países da periferia exportam matérias-primas e produtos agrícolas, enquanto os países centrais exportam produtos industrializados. Essa relação ao longo do tempo de troca entre periferia e centro tendem a criar uma relação em que os países periféricos acabam perdendo valor por suas exportações de produtos primários em relação aos industrializados.²⁴

Todos esses problemas estruturais do capitalismo dependente causam uma ruptura no tecido social da sociedade brasileira. Incitando conflitos entre parte do povo e os agentes dos sistemas de dominação que se sentiram ameaçados. Nesse contexto aparece a Ideologia da Segurança Nacional como um instrumento das classes dominantes em associação com o capital estrangeiro afim de justificar e legitimar por meios autoritários a manutenção do modelo explorador de desenvolvimento dependente.

A cientista política Maria Helena Alves²⁵ utilizando o Manual Básico da Escola Superior de Guerra salienta que no ano seguinte da sua criação o papel exercido pela ESG foi ampliado, passando a incluir o desenvolvimento de um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico”. O período é caracterizado por um amplo debate sobre as teorias da Guerra Fria para a adoção de políticas de segurança nacional que posteriormente foram aliadas as teorias do desenvolvimento, visto que seria necessária a conjugação desses dois âmbitos para a manutenção do sistema capitalista e a rejeição da instauração do socialismo. Vasconcelos²⁶ salienta que a conexão entre o desenvolvimento e segurança, não foi um binômio particular da ESG, houve uma semelhante união antes da criação das Nações Unidas na Carta do Atlântico, declaração que foi realizada pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt, e

24 PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL (Chile). Nações Unidas. *Boletín Económico de América Latina*. 7. ed. Santiago: Nações Unidas, 1962. p. 1-120. Para mais sobre a teoria da dependência recomenda-se: SANTOS, Theotonio dos. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961; MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. São Paulo: Editora Cortez, 2005 [1973].

25 ALVES. *Op. Cit.*, 2005.

26 VASCONCELOS. *Op. Cit.*, 2020.

Winston Churchill, o primeiro-ministro da Inglaterra, em 1941. Na referida carta o Art.6 mencionava a busca da paz como objetivo a ser alcançado através do progresso econômico para assim viver em segurança. Outra declaração emblemática nesse mesmo sentido foi a do presidente Truman, afirmando que o estado de pobreza das regiões subdesenvolvidas eram um estorvo não apenas para elas próprias, mas para todo o sistema capitalista.

A ESG se tornou o lugar onde essas discussões ocorriam e ganhou a alcunha de ser a “*Sorbonne*” dos militares com a incorporação de civis:

Através de seus cursos, a ESG produziu um corpo de pensamento que, tomando por elementos centrais a questão da consecução dos objetivos nacionais através de uma política de segurança nacional, forneceu fundamentos teóricos para a avaliação das estruturas do Estado brasileiro e permitiu um planejamento político e econômico de desenvolvimento do país totalmente identificado com os ideais capitalistas associado-dependentes.²⁷

Parece fundamental realizar uma discussão sobre a influência dos Estados Unidos e da França sobre os militares brasileiros da ESG, pois existem dois autores que defendem pontos de vistas discordantes em relação a isso. Primeiramente, Joseph Comblin²⁸ que defende uma perspectiva onde a Escola Superior de Guerra tinha como objetivo imitar o *National War College* estadunidense. Para além disso existe uma longa tradição de intervenção por parte do exército brasileiro na política que parte da deposição de Pedro II como imperador, a fundação da república com os dois primeiros presidentes militares, a queda da primeira república e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 assim como a sua deposição em 1945. Comblin ainda salienta que as intervenções dos militares na política foram incontáveis de 1945 até 1964 apesar de se tratar de um período em que o Brasil viveu uma experiência de regime democrático.

O ponto central da argumentação de Comblin é de que houve uma inspiração estadunidense no sentido da criação de um sistema de Segurança Nacional e isso teria sortido efeito quando o Brasil tentou adaptar a ideologia desse sistema. Acredito que exista uma fragilidade teórica, pois, em nenhum momento o autor conceitua tanto o que ele entende como ideologia quanto qual ideologia estaria sendo adaptada pelos civis e militares brasileiros da ESG além de retirar qualquer possibilidade de agência dos próprios militares brasileiros que estariam apenas copiando as ações de outra nação. Por outro lado, temos outra interpretação

²⁷ VASCONCELOS. *Op. Cit.*, 2020. p. 280.

²⁸ COMBLIN, Padre José. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

sobre a ESG e as influências que ela recebeu por parte de João Roberto Martins Filho²⁹, realizando uma crítica a respeito do trabalho de Comblin o autor salientou que algumas explicações da análise de *A Ideologia da Segurança Nacional*, passam por um certo maquiavelismo onde os militares brasileiros são muitas vezes meras marionetes a serviço de uma ideologia, sem história política ou capacidade de gerar seus próprios mitos, doutrinas e ideologias. Portanto a explicação da ideologia da segurança nacional não é suficiente para explicar os rumos e a totalidade das influências da Escola Superior de Guerra. Martins Filho afirma que na ESG os militares brasileiros e argentinos antes mesmo da Revolução Cubana ter obtido êxito, já tinha sido elaborada uma ideia de uma Doutrina de Guerra que se adaptasse às necessidades específicas relacionadas a subversão em ambos os países. O exportador das ideias seria a França por conta das Guerras Revolucionárias na Indochina e na Argélia e o primeiro país a importar essas ideias teria sido a Argentina na figura do coronel Carlos J. Rosas, que assumiu a subdireção da Escuela Superior de Guerra no ano de 1957, em Buenos Aires.

O caso brasileiro que é o foco de nossa análise teve como expoente o Coronel Augusto Fragoso que pronunciou em maio de 1959 no curso do Estado Maior e Comando da Escola Superior de Guerra uma palestra denominada “*Introdução ao estudo da guerra revolucionária*”, Martins Filho³⁰ salienta que provavelmente essa comunicação foi fruto de estudos privados do Coronel a partir do contato com a produção militar francesa.

Os franceses eram os únicos no final de 1950, antes da Revolução Cubana, a tratar sobre a Guerra Revolucionária, pois, a experiência da derrota no Dien-Bien-Phu e a eclosão da rebelião na Argélia, suscitou a ideia dentro do exército francês de que a razão das suas derrotas teria sido a falta de preparado para o combate a subversão, um tipo novo de conflito que tinha as suas especificidades no sentido que diferiam de uma guerra tradicional. Portanto essa experiência tomou o lugar de exemplo que a doutrina estadunidense na perspectiva de Comblin³¹ teria tomado. O caso é que para Martins Filho a doutrina dos EUA se tornou um produto interno, apesar da obsessão de Kennedy pelo tema e pela sua expansão.

O controle das informações é decisivo na Guerra Revolucionária, e é impossível combater o tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Existe a máxima de que se a sociedade democrática não é capaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então

²⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008.

³⁰ MARTINS FILHO. Op. Cit., 2008.

³¹ COMBLIN. Op. Cit., 1978.

se faz necessária a mudança da sociedade e não do Exército. Por esse motivo a Doutrina da Guerra Revolucionária trazia um conteúdo e projeto de intervenção militar na sociedade. Nesse sentido a ditadura brasileira incorporou essa teoria e criou diversos órgãos de inteligência. Esses foram utilizados para manter o controle sobre a população e remover os elementos dissidentes através da promoção da perseguição, da tortura e execução dos seus inimigos.

Deste modo a doutrina militar francesa servia aos militares brasileiros por possuir uma definição flexível e funcional para enfrentar o inimigo externo e interno e valorizava o Terceiro Mundo como um cenário crucial do confronto mundial da Guerra Fria. A doutrina ainda era vista como efetiva para o combate das teorias marxista-leninistas.

Ao confrontar essas duas perspectivas analíticas parece fundamental compreender que antes de se tornarem antagonistas elas possuem uma certa complementariedade. Entendemos que a análise de Comblin pode ser útil para compreender a estruturação da Escola Superior de Guerra, a partir do exemplo estadunidense do *Superior War College*, assim como a experiência dos militares brasileiros que participaram da II Guerra Mundial ao lado do exército dos Estados Unidos. Corroborando com essa perspectiva temos o cientista político Luis Felipe Miguel³² que através do depoimento do marechal, Oswaldo de Cordeiro Farias, a ESG pretendia reunir em si as atribuições do Industrial College e do War College estadunidense. E que tinha como princípio a noção de guerra total onde a preparação para o conflito exige esforços em todos os âmbitos da vida social. Particularmente essa perspectiva vai de encontro a da Guerra Revolucionária proposta por Martins Filho³³. Para além disso outro ponto relevante que realmente inspirou a ESG foi a implementação de uma Doutrina de Segurança Nacional, que teve origem nos Estados Unidos da América, todavia precisamos compreender que essa implementação não pode ser entendida como uma mera transposição da DSN cunhada nos EUA.

A Escola Superior de Guerra se espalhou pelo Brasil através da Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Segundo Abreu e Silveira³⁴ a associação tinha como objetivo difundir interpretações homogêneas sobre as principais questões da política nacional seguindo os princípios da ESG a partir da promoção de cursos ministrados

³² MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 5, p. 40-56, 2002.

³³ MARTINS FILHO. *Op. Cit.*, 2008.

³⁴ ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da (Org.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

pelos estagiários, modo como os alunos da ESG eram chamados. A ADESG organizava a promoção de cursos regulares, conferências seminários e palestras em todo o país, com o objetivo de difundir os ensinamentos doutrinários da ESG, sendo eles vinculados a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento. Através de Schinke³⁵ podemos perceber que as atividades da Associação tinham ênfase na questão do desenvolvimento econômico do país através da manutenção do modelo econômico multinacional-dependente como meio de garantir a segurança interna. As associações eram presentes em quase todos os estados com sedes nas principais cidades, além disso periodicamente eram enviadas instruções para as delegacias da ADESG com as instruções que apresentavam as novas, e os “mandamentos” para assegurar a difusão dos ensinamentos da ESG.

Podemos perceber a importância das ADESG por meio do discurso de Juarez Távora em 1952³⁶ perante os diplomados o mesmo declara:

Penso que a ESG está fazendo o quanto pode para cumprir a delicada tarefa de preparar elementos selecionados de nossas elites civil e militar para o adequado equacionamento desse problema, essencial para a nossa própria sobrevivência como nação soberana. Mas, não é possível fazê-lo sozinha, dado o âmbito de suas atribuições regulares; cabe, porém, à sua filha dileta – a ADESG, onde se tem agregado e continuarão a agregarem-se todos os estagiários que por ela tem passado, e hão de passar, pelos anos afora- o papel emanente de projetar ampla e decididamente no meio de nossa elite civil, as ideias e métodos de trabalho que se familiarizaram neste ano nas tarefas e estudos em comum.³⁷

Por fim, cabe salientar que o principal evento realizado pelas ADESGs era o Ciclo de Estudos, com duração de onze semanas composto principalmente por integrantes considerados estratégicos por possuírem cargos privilegiados que teriam vinculação a política de segurança nacional.

2.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL, SEU DESENVOLVIMENTO E A NOÇÃO DE FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS

Podemos inferir que a Escola Superior de Guerra teve como base tanto os princípios da Doutrina de Segurança Nacional por influência dos EUA e por outro tiveram em conjunto

³⁵ SCHINKE, Vanessa Dorneles. O papel da Escola Superior de Guerra na sustentação do regime autoritário brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1955-1980, set. 2019.

³⁶ TÁVORA, Juarez do Nascimento. Aos concludentes da Turma de 1952. *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Edição Especial Comemorativa do Jubileu de Diamante 1951/2011. Brasília: [s.editora], 2011.

³⁷ TÁVORA, Juarez do Nascimento. *Idem*, 2011.

as bases da Guerra Revolucionária de origem francesa como as duas fundamentações ideológicas, políticas e econômicas para iniciar o processo de depuração da sociedade brasileira. Porém, o objetivo da Escola Superior de Guerra era justamente a criação de uma Doutrina própria. Isso consta na lei nº 785 de 20 de agosto de 1949³⁸:

Art 1º É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.

A DSN brasileira tinha uma ênfase na industrialização do país e no desenvolvimento como forma de estimular a segurança e nesse sentido, Maria Helena Moreira Alves³⁹ salienta: “Tal como é desenvolvida no Manual Básico, a doutrina da escola evoluiu de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico”, algo que não parece ser uma preocupação da doutrina estadunidense, pois já era uma nação plenamente desenvolvida economicamente.

A ESG, todavia, foi o laboratório para a criação dos caminhos possíveis para a inserção do Brasil no conflito entre os blocos capitalistas e socialista, Carlos Fico⁴⁰ deu ênfase sobre a elaboração dos mecanismos internos de combate ao comunismo e além disso novamente o desenvolvimento econômico aparece como elemento chave para consolidar a segurança, através de uma ideia de que o Brasil teria um destino manifesto em direção a se tornar uma Grande Potência, transformando-se assim em um país desenvolvido industrialmente e ganhando uma projeção estratégica no concerto das nações.

O Manual básico da ESG publicado em 1976 traz uma certa materialidade dos princípios que guiaram a Doutrina formulada pela instituição. Tratou-se de uma interpretação dos pais olhando para o seu passado, compreendendo o presente e projetando o futuro. Dentre esses princípios temos a aparição dos “Objetivos Nacionais Permanentes”, os valores que guiaram a nação, sendo eles, soberania, integração nacional, integridade territorial, a democracia que se enquadrasse a conjuntura e por fim o progresso. Os “Objetivos Nacionais Atuais” estes seriam mais definidos e estariam associados as necessidades conjunturais levando em consideração o Poder Nacional com que eles poderiam ser alcançados. Em síntese

³⁸ BRASIL. *Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949*. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-785-20-agosto-1949-363936-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

³⁹ ALVES. *Op. Cit.*, 2005. p. 41.

⁴⁰ FICO. *Op. Cit.*, 2001.

o manual explicita que os Objetivos Nacional Atuais seriam: os Objetivos Nacionais que, em determinada conjuntura e considerada a capacidade de Poder Nacional, expressam etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacional Permanentes⁴¹.

Os Interesses e Objetivos dos Estados, aqui tratado como uma instituição política que exerce a noção continuada para a nação da estrutura legal e personalidade internacional que possuem interesses próprios e primordiais que referem a sua própria condição de existência.

Sobre a doutrina de informações que nos interessa especialmente, podemos perceber que existe uma grande preocupação na sua elaboração. O Manual Básico da ESG de 1976 o capítulo VI é destinado exclusivamente para discutir sobre as “Informações Nacionais” contando com cinco sessões sendo elas: Informações-Aspectos Conceituais, Informações Básicas, Correntes e Estimadas, Informações Políticas, Econômicas, Psicossociais e Militares e por fim Planejamento das informações estratégicas. A informação era uma necessidade para a manutenção e para a promoção da proteção que asseguraria o êxito na perseguição dos Objetivos Nacionais.

Existe uma conceituação sobre o que seria um informe e uma informação, algo que nos é bastante caro, visto que o caráter da documentação do Centro de Informações do Exterior é o de informes. Sendo eles descritos no manual da ESG como: “Informe é qualquer dado (observação, fato, relato, documento etc.) que possa contribuir para o conhecimento de determinado assunto, representando a matéria-prima para a produção da informação”⁴². A informação por outro lado é um documento que traduz o conhecimento resultante da reunião de processamento de informes pertinentes, destinado à tomada de decisão e ao planejamento. Para o órgão que a produz representa a expressão da verdade ⁴³.É salientando ainda que atividade de informação gira em torno da reunião e do processamento dos informes e que a fase e processamento é a tarefa básica da produção das informações.

As informações eram divididas entre as de segurança e as de desenvolvimento, sendo a de segurança:

O conhecimento objetivo resultante da reunião e do processamento de informes relativos aos antagonismos e pressões, reais ou potenciais, destinado ao planejamento e acompanhamento da Política Nacional de Segurança. No Sistema Nacional de Informações é um documento com características específicas.⁴⁴

⁴¹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976. p. 648

⁴² BRASIL. *Op. Cit.*, 1949. p. 500.

⁴³ BRASIL. *Idem.*, 1949. p. 501.

⁴⁴ BRASIL. *Idem.*, 1949. p. 502.

As informações de desenvolvimento eram aquelas que estavam relacionadas ao “conhecimento objetivo resultante da reunião e processamento de dados e ou informes, destinado ao planejamento e acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento. Normalmente, é expressa em um documento de modelo próprio”⁴⁵. Entretanto, existe uma observação sobre a diferença entre essas duas informações, o manual sugere que existem determinados casos uma faixa comum em informações que poderiam ser interpretadas como de segurança e desenvolvimento e a diferenciação seria dada pela finalidade que seria empregada nessa informação.

Além disso são descritos os princípios das informações, sendo eles:

1. Princípio da Objetividade: Estabelece que as informações devem ter uma utilidade, finalidade ou objetivo específico, além de expressar os conhecimentos sobre atos ou fatos com a maior precisão possível, mediante o emprego de linguagem caracterizada pela clareza e simplicidade.
2. Princípio da Oportunidade: Preconiza que as informações produzidas e difundidas dentro de prazo que possibilite sua completa e adequada utilização. A informação é um produto passível de rápida depreciação em que o agente é o tempo. Daí porque seu valor e utilidade depende, essencialmente, da oportunidade com que seja elaborada e difundida aos destinatários e utilizadores, tendo em vista os planejamentos e ações concernentes às decisões a serem tomadas. A não observância desse princípio poderá redundar na inutilidade da Informação
3. Princípio de Segurança: Estatui que as Informações devem ser planejadas, produzidas e difundidas em caráter sigiloso, de modo a limitar seu acesso apenas às pessoas que delas devem tomar conhecimento. É oportuno salientar que as atividades de informações, embora legais, devem atender a requisitos de prudência, descrição e controle, em decorrência de suas características e finalidades intrínsecas. Em outras palavras, devem revestir-se de adequado grau de sigilo.
4. Princípio da Imparcialidade: Preceitua que as Informações devem conter os conhecimentos essenciais e imprescindíveis, referentes aos atos e fatos que originaram, isentas de posição pessoal do analista e de outras influências que possam prejudicar a exatidão. A Informação é o reflexo da verdade.⁴⁶

Através dos Manuais básicos da ESG percebe-se a tentativa de criar um corpo teórico para organizar a atividade de informações, existem algumas mudanças nas diferentes edições dos manuais, portanto podemos compreender que o conteúdo ali descrito foi o resultado dos trabalhos produzidos pelos “estagiários” da ESG, provavelmente aquilo que iria para os manuais seriam os conhecimentos mais consolidados. Em relação a aplicação dessa teoria dentro da ditadura brasileira é que as coisas podem se transformar, pois dificilmente essa doutrina poderia ter sido seguida à risca da letra.

⁴⁵ BRASIL. *Idem.*, 1949. p. 502.

⁴⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Op. Cit.*, 1983. p. 273.

Um outro elemento que posteriormente foi explicitado por Adyr Fiúza em entrevista e que consta no Manual básico de 1983 é a classificação dos informes sendo ele descrito no seguinte quadro:

Quadro 1 – Classificação das Fontes e dos Informes

CÓDIGO DE AVALIAÇÃO	
IDONIEDADE DA FONTE	VERACIDADE DO INFORME
A- Absolutamente idônea	1- Confirmado
B- Idônea	2- Provavelmente verdadeiro
C- Razoavelmente idônea	3- Possivelmente verdadeiro
D- Nem sempre idônea	4- Duvidoso
E- Inidônea	5- Provavelmente falso
F- Nem pode ser avaliada	6- Não pode ser avaliado

Fonte: Manual básico da ESG de 1983⁴⁷

Essa classificação coincide com o depoimento de Adyr Fiúza e pode ser verificado também nos informes produzidos pelas organizações de inteligência do regime militar.

Por fim acreditamos que mais um elemento importante presente no Manual de 1983 consiste na descrição do que seriam os ciclos de informação, sendo ele a articulação dos órgãos de inteligência com os Usuários das informações, ou seja, os membros dos órgãos de planejamento.

O usuário é categorizado como o Chefe da Nação, ou um ministro, um secretário, ou dirigente governamental que possui acesso ao órgão de informação para assessorá-lo na tomada de decisão.

O produtor de informações são os órgãos de informação que por sua vez são constituídos pelos especialistas que o compõe.

Sobre a classificação das informações existe uma descrição do que seriam **informações internas** e informações **externas**, sendo que nos interessa particularmente as informações externas elas têm o propósito de cuidar do “conhecimento relativo ao Poder Nacional de outras Nações, grupos de Nações ou organismos internacionais, possibilitando uma constante adequação da Política Externa do país”.⁴⁸

Os principais idealizadores e divulgadores da ESG estão intimamente ligados a uma abordagem teórica geopolítica, temos como exemplos o General Meira Matos que participou da II Guerra Mundial integrando a Força Expedicionária Brasileira que combateu as tropas

⁴⁷ BRASIL. *Op. Cit.*, 1983.

⁴⁸ BRASIL. *Idem.*, 1983, p. 277.

alemãs na Itália. No seu retorno ao Brasil foi diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior e na Escola Superior de Guerra. Além dele temos o professor José Alfredo Amaral Gurgel, a professora Terezinha de Castro e o General Golbery do Couto e Silva, o denominador comum de todas essas personalidades são seus estudos em geopolítica e a sua perspectiva de inserção do Brasil como uma Grande Nação no sentido de tornar-se hegemônica na América do Sul.

O Prof. José Carlos Alfredo Amaral Gurgel, foi um político paulista que atuou como relator na Constituição do Estado de São Paulo em 1967. Após isso chegou à assembleia legislativa do Estado e tem como principal obra acadêmica sua tese sobre a Doutrina Nacional de Segurança denominada *Contribuição ao estudo da doutrina de segurança nacional na problemática brasileira*, tornou-se um grande defensor da Doutrina de Segurança Nacional e da Escola Superior de Guerra. Em seu livro denominado *Segurança e Democracia*, publicado em 1975 que faz parte de uma coleção publicada pela editora José Olympio denominada “Edição Brasil em Questão”, parece ser uma tentativa explicar as origens da criação da ESG e em consequência defender a DSN, algo que parece curioso, pois em reiterados momentos o autor explicita que a DSN vem sendo entendida de maneira errônea no debate público e a sua obra nasceria justamente para fazer justiça ao que realmente representa a Doutrina de Segurança Nacional. Parece ser uma postura de defesa da ESG, ainda mais por ter sido aluno do curso de Política Internacional e Desenvolvimento Econômico (1968-1973) e se tornou delegado da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra dos Estados de São Paulo.

No referido *Segurança e Democracia*, José Carlos Gurgel⁴⁹, apresenta a Escola Superior de Guerra como uma necessidade nos pós II Guerra Mundial, argumentando que as experiências vividas na guerra suscitaram novas instituições. A perspectiva do ex-aluno da ESG é a de que o modelo institucional a ser seguido era o estadunidense, portanto vai ao encontro da perspectiva de Comblin⁵⁰, tendo como inspiração o National War College.

A ESG teria como objetivo construir uma Doutrina de Segurança, criada por meio da Lei nº 785 de agosto de 1949 com grande influência da Força Expedicionária Brasileira, Gurgel salienta que a ESG foi um meio do qual a FEB começaria a propor seu modelo de governo fundamentado na ordem, planejamento e finanças racionais.

⁴⁹ GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 31.

⁵⁰ COMBLIN, *Op. Cit.*, 1978.

Analisando as diretrizes da ESG o autor compreende que “... o desenvolvimento geral do país é o caminho da Segurança Nacional, alcançando esse desenvolvimento setores demográficos, econômicos e financeiros”⁵¹. Para isso seria necessária a criação de uma elite intelectual que iria direcionar o Brasil no rumo do desenvolvimento, assumindo para si a administração nacional de construção. Esse seria uma das principais diferenças do exemplo estadunidense, visto que o National War College atuava em uma área desenvolvida, com elites formadas dentro de um sistema educacional preparado, portanto só era necessária a aplicação da Doutrina de Segurança e das soluções propostas para os problemas nacionais.

Ao fazer menção à Segurança Nacional, o Estado poderia explicar sem maiores resistências a sua presença no planejamento econômico argumentava o Tenente Coronel-Golbery Couto e Silva.

O contexto da Guerra Fria formulou uma noção da Guerra Total onde poderia ser mobilizada a totalidade do país para a Guerra. Essa percepção está intimamente relacionada a disputa ideológica vigente no período com a disputa intersistêmica que consiste em um conflito entre duas sociedades, ou grupos de sociedades fundamentados em formas de organização política e social radicalmente incompatíveis. Havendo uma total divergência das normas políticas e sociais incluindo para além de uma disputa militar a conquista ou competição pelos valores e organização interna das sociedades e políticas de cada bloco.⁵² Por fim, a teoria intersistêmica pode ser compreendida a partir de três proposições:

- a) A rivalidade leste-oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos
- b) Esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora
- c) Somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro.⁵³

Nesse período temos o capitalismo representado primordialmente pelos Estados Unidos da América e o socialismo representado pela União da República Socialistas Soviéticas. Havia uma grande preocupação por parte dos promotores da ESG sobre a eclosão de uma III Guerra Mundial. E por esse motivo se fazia necessária a criação de uma Doutrina

⁵¹ GURGEL, *Op. Cit.*, 1975.

⁵² HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Consultoria técnica de tradução de Paulo Fagundes Visentini. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁵³ HALLIDAY, Fred. *Idem.*, 2007. p. 192.

Nacional de Segurança partindo das particularidades do Brasil levando em consideração as experiências de outros países.

Sobre os Interesses e Aspirações de um Estado Nacional o autor salienta as contribuições teóricas no âmbito das relações internacionais de San Tiago Dantas sobre os objetivos que o Estado Nacional deve alimentar, enfatizando que algumas dessas ideias foram incorporadas pela doutrina. Principalmente a ideia de que existe um predomínio das influências externas na vida de uma Nação e a definição de “Poder Nacional” como a soma dos meios que o Estado Nacional possui para assegurar na ordem internacional a objetivação dos seus fins.

As contribuições teóricas de San Tiago Dantas sobre as Relações Internacionais parecem ter uma importância substantiva para Gurgel⁵⁴, em outra passagem atribui a ideia de que não existem Estados que conseguem alcançar seus fins sem uma preocupação com o âmbito exterior, visto que a própria existência de um Estado Nacional pressupõe a existência de outros Estados Nacionais que possuem as suas próprias agendas que podem coincidir ou divergir entre si. Essa relação de dependência externa de um Estado vai estar intimamente ligada aos Objetivos Nacionais Permanentes que seriam perseguidos.

A Consolidação de Doutrina de Segurança Nacional efetivou-se para Gurgel como um “conjunto de ideias, básicas, norteadoras de um determinado ramo de atividades, não impostas, mas livremente aceitas, mediante convicção plena de sua procedência e acerto”⁵⁵.

Após a consolidação da Doutrina de Segurança Nacional o foco da ESG passou a ser a criação de diversos outros estudos como a criação de uma Doutrina de Informações (1958), Doutrina de Técnica e Planejamento de Informação, Doutrina Nacional de Informações, Doutrina Militar Brasileira (1959), A Guerra Revolucionária e a interdependência entre Política de Segurança Nacional e a de Desenvolvimento Nacional.

Assim como em Martins Filho⁵⁶ podemos perceber que existe uma preocupação em salientar o papel da Guerra Revolucionária e da participação do Coronel Augusto Fragoso como o principal estudioso e comunicador do que viria a ser a GR e como ela deveria ser incluída na DSN e os meios pelos quais ela poderia ser combatida. Ela é apresentada como uma guerra que tem como principal exemplo a China de Mao-Tsé-tung, inclusive é citado o trabalho de 1934 onde Mao expressaria que a GR é a guerra das massas populares, sem ela

⁵⁴ GURGEL. *Op. Cit.*, 1975.

⁵⁵ GURGEL. *Idem.*, 1975. p. 51.

⁵⁶ MARTINS FILHO. *Op. Cit.*, 2008.

não se pode fazer, apenas mobilizando as massas populares é possível de ser realizada. Reiteradamente o exemplo chinês é explicitado como o mais completo da aplicação da Guerra Revolucionária e o seu caráter ideológico é destacado tendo como principal tática a da luta psicológica trazendo as contradições internas dos meios sociais para suscitar as demandas populares. Percebe-se que existia uma grande preocupação nas etapas de desenvolvimento da GR e um certo preparo da ESG em enfrentar uma possível GR no Brasil, visto que eles consideravam que existia no Brasil o estado pré-revolucionário.

Tomando essas perspectivas analíticas sobre a Escola Superior de Guerra e a DSN, percebemos que podemos fazer uma diferenciação quanto a organização institucional e nessa parece que podemos atribuir a influência estadunidense do *National War College*, entretanto sobre as bases doutrinárias referentes a preparação para Guerra Revolucionária percebe-se a importância dos estudos franceses trazidos por Augusto Fragoço sobre essa temática. A DSN foi crucial na política exterior dos EUA e dos países da América Latina com as suas respectivas adaptações em cada país. Sua utilização foi no sentido de conter as ameaças comunistas que ganharam mais preocupação com a Revolução Cubana 1959.

Como mencionado anteriormente, a Doutrina de Segurança Nacional nessa perspectiva foi sendo desenvolvida por parte da ESG através dos estudos realizados por seu corpo docente e discente passaremos agora para a elaboração de uma Doutrina de Informações, algo que aparece como prioridade no estudo de Gurgel⁵⁷ e que parece ter como principal proponente e figura que teve grande importância especialmente nos governos dos “moderados”, o General Golbery do Couto e Silva. Além disso Golbery tinha uma visão clara para o Brasil através de um projeto geopolítico expansionista no sentido de valorizar o país no concerto das nações, além disso tinha uma postura que dava ênfase para tentativa da URSS de aumentar a sua área de influência visando principalmente os países de Terceiro Mundo.

Aliada a perspectiva da Guerra Revolucionária que como vimos a substituição da dinâmica clássica de guerra entre nações e passa a disputa para o campo ideológico, percebe-se uma diferenciação no sentido do território onde as disputas ocorriam, pois inimigo muitas vezes eram considerados internos as respectivas nações por defenderem pautas que eram consideradas comunistas, todavia como afirma Alves⁵⁸ essa definição de inimigo interno é bastante controversa, pois a suspeita acaba recaindo em toda a população, a população torna-se um suspeito permanente que deve ser cuidadosamente inquirida, perseguida e questionada

⁵⁷ GURGEL. *Op. Cit.*, 1975.

⁵⁸ ALVES. *Op. Cit.*, 2005.

e por fim eliminada é por conta dessa dinâmica que a segurança nacional necessitou de um amplo sistema de coleta de informações sobre todos os setores da sociedade.

Nesse sentido emerge a noção de Fronteiras Ideológicas, onde as diferentes nações da América Latina por possuírem governos que estavam fazendo frente a ameaça do comunismo passaram a flexibilizar o princípio fundamental de todo e qualquer estado, a Soberania em detrimento de manter o sistema capitalista em ordem, nesse sentido Assumpção⁵⁹ afirma que : “A noção de “fronteiras ideológicas” permitiu a atuação dos agentes das ditaduras civil-militares para além dos limites políticos e territoriais de seus países”. Caroline Bauer⁶⁰ avança nesse mesmo sentido entendendo que as fronteiras ideológicas traduziram uma tese geopolítica que dividiu o mundo entre dois blocos antagônicos o comunista e o anticomunista. A categoria da nação passou a ser disputada e entendida como um sistema político e econômico que deveria ser defendido. Este representava um conjunto de crenças, instituições, religiões e valores que tinham o seu rival representado pelo comunismo. Utilizando o aparato teórico Gramsciano a partir de Cox⁶¹, podemos perceber que existe uma disputa de blocos, nesse sentido entende-se bloco como um conjunto de grupos sociais e classes que compartilham interesses políticos específicos, desta maneira no período da Guerra Fria faz se alusão ao bloco capitalista representado pelos Estados Unidos e o bloco socialista representado pela URSS. Porém para além da luta intersistêmica existe uma disputa de poder sendo realizada dentro do próprio bloco capitalista e em especial dentro das economias dependentes, o Brasil possui o projeto de se tornar uma grande potência e combater a Argentina seu rival histórico na região do Rio da Prata.

Sendo assim temos a tentativa de impor uma dominância regional que se faz necessário para alçar maiores voos no cenário internacional. Gerson Moura⁶² argumenta que quando pensamos sobre a política externa se faz necessária uma conjugação entre os elementos estruturais e os elementos conjunturais, portanto poderíamos compreender que as

⁵⁹ ASSUMPCÃO, M. B. Fronteiras Territoriais Versus Fronteiras Ideológicas: A geopolítica do anticomunismo no marco das discussões sobre terrorismo de estado no Cone Sul. *Espaço Plural*, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 178–194, 2000. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8584>. Acesso em: 21 set. 2023.

⁶⁰ BAUER, Caroline. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI; THOMPSON FLORES; AVILA. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Letra e Vida/Suliani, 2009. p. 175.

⁶¹ COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. p. 101-123.

⁶² MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Fronteiras Ideológicas fazem parte de um elemento histórico conjuntural por conta da emergência dessa disputa de blocos de poder, todavia a estrutura de poder estabelecida faz com que exista um outro nível de disputa interno ao sistema capitalista. Nesse sentido a competição entre os Estados que possuem as suas particularidades dentro do concerto das nações. Por esse motivo no âmbito de política externa existe uma necessidade da disputa entre as nações o que colocaria ao menos novas matizes sobre a noção de fronteiras ideológicas.

Essa perspectiva precisa ser colocada em análise, pois acreditamos que ao mesmo tempo que o sistema político e econômico capitalista criou diversas reações ao perigo da instauração de um novo regime representado pelos valores comunistas, como a Doutrina de Segurança Nacional e suas diversas vertentes e a própria noção de Fronteiras Ideológicas. Porém é preciso pensar que ao mesmo tempo que existem essas disputas intersistêmicas o jogo político continua sendo praticado através das lógicas do sistema capitalista, inclusive isso fica mais nítido quando percebemos as pretensões do Brasil de inserir-se no concerto das nações como uma Grande Potência e a defesa da continuidade da política econômica do capitalismo associado, portanto parece fundamental questionar em quais medidas as fronteiras ideológicas se fizeram presentes e em que momentos o pragmatismo político e a defesa da soberania nacional teve um preponderância em relação a noção de fronteiras ideológicas. Parece bastante plausível que na luta contra a subversão a noção de fronteiras ideológicas se fez extremamente presente com o amplo apoio entre as diversas ditaduras do Cone Sul e a criação de sistemas de inteligência sofisticados para monitorar e informar os órgãos que fariam o serviço sujo de perseguição física. Todavia quando pensamos no sentido de política externa essa noção parece se transformar e as disputas entre nações retornam, pois seus interesses são naturalmente conflitantes dentro dos princípios geopolíticos. Portanto perceberemos que existem dois níveis de análise uma que está vinculada a noção de fronteiras ideológicas por conta de um conflito intersistêmico entre o capitalismo e o comunismo e outra que é uma disputa dentro do sistema capitalista entre as nações que através da sua soberania tentam ascender política e economicamente.

O General Golbery do Couto e Silva tornou-se o teórico de maior envergadura e participou ativamente dos Governos de Castelo Branco (1964-1967) e Ernesto Geisel (1974-1979), porém foi de certa maneira ostracizado do governo de Costa e Silva (1967-1969). Todavia Golbery do Couto e Silva teve uma grande influência na institucionalização da ditadura militar em especial na implementação da comunidade de informações foi a sua pessoa que instruiu o então presidente Castelo Branco para a criação desse órgão. O General

foi o idealizador do Serviço Nacional de Informações em 1964. Podemos perceber que existe uma longa trajetória de formação de Couto e Silva que influenciaram a sua proposta da criação desse órgão de informação. Após uma carreira de rápida ascensão no meio militar o foi indicado para ingressar na Força Expedicionária Brasileira como oficial de informações, após a volta do front na Itália passou por promoções e cargos dentro do exército sempre estando relacionado a posições que estavam intimamente relacionadas a informações e operações.

Sua participação na ESG começou em 1952, na posição de adjunto, no Departamento de Estudos, da divisão de Assuntos Internacionais, posterior a isso passou a ocupar um posto na Divisão Executiva e na direção da divisão de ensino da instituição. Passou a ser a figura proeminente na temática de informações e as suas teses foram centrais dentro da ESG⁶³.

Ficou conhecido principalmente por causa das suas obras, *Planejamento Estratégico de 1956 e Geopolítica do Brasil de 1958*. O General tinha uma perspectiva ocidental para o Brasil, Silveira (2014) salienta que a visão ocidental é essencial, articulando as bases políticas, culturais e morais uma identidade nacional oposta à do inimigo. Entendendo a partir dos escritores de Golbery o ocidente como uma categoria ideal que tem como principal característica a ideia de progresso por meio da ciência, a democracia como modelo de governo e o cristianismo como fundamento ético e social. O modelo apresentado possui um fundamento anticomunista esse sentimento fará parte de grande parte da elite burocrática inclusive dentro do Ministério das Relações Exteriores no período anterior ao Golpe de 1964 que abordaremos no terceiro capítulo.

⁶³ FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 831–856, 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668>. Acesso em: 21 set. 2023.

3 O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES: SUA GÊNESE

O serviço secreto foi um espaço de disputa entre os militares na busca pelo poder. Figueiredo⁶⁴ realiza uma distinção um pouco arbitrária entre dois grupos de militares, sendo eles os moderados da *Sorbonne*, e os duros, tendo como principais representantes respectivamente Castello Branco e Costa e Silva. O fato é que ambas as alas tipificadas pelo autor cometeram atrocidades em seus períodos de governança, mas a disputa pelo poder dentro do golpe parece inquestionável. Percebe-se isso quando Costa e Silva, logo nos momentos iniciais, se instala no Ministério da Guerra por conta própria e indica o coronel Jayme Portella para a chefia do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

Esse estratagema tinha como objetivo capturar o Serviço de Informação e Contrainformação (SFICI) que naquele momento geria as atividades de inteligência governamental. A resposta de Castello foi a dissolução do SFICI, evitando uma exoneração de Portella do cargo e ao mesmo tempo reduzindo a influência da sua oposição interna.

Nesse sentido, volta à cena a figura de Golbery do Couto e Silva que aconselhou o presidente na criação do SNI que, diferentemente do SFICI que era articulado ao CSN, passaria a responder diretamente à presidência da república, algo que era enfatizado pelos estudos produzidos pela ESG⁶⁵.

O projeto de criação do SNI elaborado por Golbery deu amplos poderes para o SNI, tendo um orçamento robusto, tanto a partir de fundos da União como de fundos secretos. Para a instalação do sistema seriam gastos 200 milhões de cruzeiros, aproximadamente 964 mil dólares, aponta Figueiredo⁶⁶. O SNI contaria com agências regionais pelas principais capitais do país e a estrutura do SFICI foi absorvida pela agência regional do SNI no Rio de Janeiro. O chefe do SNI teria caráter de Ministro de Estado e o SNI poderia requisitar civis e militares de diferentes ministérios e órgãos do Poder Executivo.

O criador, Golbery, tornou-se chefe do SNI, órgão que se tornou um dos sustentáculos do regime militar brasileiro. Alguns dos principais personagens relevantes da ditadura brasileira tiveram passagem pelo SNI, como o presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e o último presidente João Figueiredo (1979-1985). A passagem dessas figuras pelo

⁶⁴ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

⁶⁵ FIGUEIREDO, *Idem.*, 2005.

⁶⁶ FIGUEIREDO, *Idem.*, 2005.

SNI teve grande influência nas ações tomadas quando foram alçados ao poder na obtenção do cargo de Presidentes da ditadura.

O SNI foi criado logo após a tomada de poder pelos militares e a conquista por parte dos supostos moderados ou dos homens da *Sorbonne*, com a ascendência ao poder por parte do General Castelo Branco. Reiterando que o planejamento e a elaboração do projeto da criação de uma comunidade de informações tiveram como criador a figura do General Golbery do Couto e Silva, que tem uma ampla trajetória e experiência na área, a cientista política Priscila Carlos Brandão Antunes⁶⁷ afirma que:

Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Humberto de Alencar Castello Branco que apresentasse ao Congresso um projeto para a criação de um novo serviço de informações. A perspectiva vigente era de que necessitava de uma sólida instituição de informações para permitir a consolidação do novo regime.

Nesse sentido, o SNI foi criado a partir da Lei nº 4.341, de 14 de junho de 1964⁶⁸:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art. 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

- a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;
- b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contrainformação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;
- c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretária-geral desse Conselho;
- d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

Podemos perceber que o SNI tinha como objetivo superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação, essencialmente aquelas que estivessem relacionadas aos problemas de segurança nacional. O órgão era subordinado ao Presidente da República e operaria em função dele e do Conselho de Segurança Nacional: “O SNI é a

⁶⁷ ANTUNES. *Op. Cit.*, 2002. p. 54.

⁶⁸ BRASIL. *Op. Cit.*, 1964.

cabeça da ‘comunidade de informações’. Seu titular tem ‘status’ de ministro de Estado e seu gabinete funciona no Palácio do Planalto”⁶⁹.

Através do relato de Adyr Fiúza de Castro⁷⁰, podemos entender um pouco mais sobre a organização do setor de informações. Nascido no Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1920, teve sua formação da Escola-Militar do Realengo em 1940, mesma instituição que formou o General Golbery do Couto e Silva. Em 1964, ocupava o posto de tenente-coronel, mas ao longo do regime seria alçado a General de brigada, e servia na subseção de História da 5ª Seção. Ao longo do relato, podemos tirar algumas informações importantes sobre a estrutura informacional. Primeiramente, sobre a dificuldade de tomar ações concretas contra a chamada subversão, pois não existiam meios orçamentários disponíveis para as tomadas de decisão, somente através dos ministérios é que existiria verba para dar conta de conter os subversivos. Com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1967, que tinha como justificativa de que “a tempestade estava se formando”, fazendo alusão à chegada da luta armada, e portanto, era necessária uma preparação para combater dentro dessa forma de guerra.

Sobre a relação com o SNI, aparece em seu relato que o SNI só poderia receber as informações que ele enviasse, portanto, a partir do seu relato, é possível perceber que havia um grande poder de decisão em suas mãos.

No governo Costa e Silva, foram instituídas as DSI, que nada mais foram que a modificação das Seções de Defesa Nacional criadas em 1934 no governo Vargas. Na prática, com as DSIs, todos os ministérios ganharam um órgão que passou a vigiá-los. Figueiredo⁷¹ salienta que a DSI do Ministério das Relações Exteriores tinha uma certa restrição no sentido de que foi estabelecido um rodízio entre os funcionários para que eles aceitassem exercer essa função de estar à espreita dos seus próprios companheiros de Itamaraty. Além disso, houve a introdução das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), que funcionavam em órgãos públicos e autarquias.

As categorizações sobre as atividades de informações aparecem com clareza no relato de Fiúza. Primeiramente, a definição de informe que será muito útil ao longo do trabalho, visto que a documentação do CIEEx tem essa descrição. Os informes eram informações que não tinham sido processadas, não tinham sido investigadas e não tinham confirmação, mas

⁶⁹ LAGÔA. *Op. Cit.*, 1983. p. 33.

⁷⁰ D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (Org.). *Op. Cit.*, 1998.

⁷¹ FIGUEIREDO. *Op. Cit.*, 2005.

eram arquivadas, pois a partir de uma certa quantidade de informes a informação ia ganhando relevância. Nesse sentido, o General de brigada afirma que o trabalho do analista era cotejar uma grande quantidade de informes, classificá-los, analisá-los e extrair um grau de probabilidade da veracidade das informações.

Sobre as fontes, parecem muito esclarecedoras as classificações dadas à documentação:

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe, A, B, C, D, E, F e 1,2,3,4,5,6. Um informe A-1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então, guarda-se e classifica-se A-1. Se o informe é F-6, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informações, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que não podiam ser jogadas fora. Não se pode. Quem tem autoridade? A cada dez anos é nomeada uma comissão que determina quais documentos devem ser incinerados, e é feita uma ata.⁷²

Quando questionado sobre em qual categoria a maioria dos informes acabavam sendo classificados, ele responde que a maioria cai em C, ou seja, uma fonte razoavelmente idônea com boas possibilidades de ser verídica. Somente fazendo uma análise de conjunto é que o analista poderia produzir uma informação.

No governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi criado o Plano Nacional de Informações, que tinha o objetivo de otimizar a coleta e a disseminação das informações. O PNI teve sua origem na Agência Central do SNI como uma forma de organizar e concentrar as prioridades do sistema. Antunes⁷³ afirma que o primeiro PNI foi elaborado pelo general Carlos Alberto Fontoura. Apoiado no depoimento do General Ênio Pinheiro dos Santos, um dos pontos mais importantes do projeto era a formulação de uma Doutrina de Informações. Percebemos a partir disso uma continuidade com a preocupação que desde 1961 existia na ESG sobre a formulação de tal doutrina. Por fim, essa doutrina ficou a cargo da Escola Nacional de Informações (EsNI), que veio ser criada em 1971 e que, como veremos a seguir, incorporou diversos cursos de outras instituições, inclusive da ESG.

Sobre as disposições institucionais, o trabalho da jornalista Ana Lagôa⁷⁴ parece ser indispensável, pois ela realizou uma série de entrevistas com Newton Araujo Oliveira, que chefiou a agência central nos anos de 1977 a 1983 e era considerado o segundo homem da hierarquia do sistema de informações. A partir deste relato, temos a percepção que essa era a

⁷² D'ARAUJO; SOARES; CASTRO. *Op. Cit.*, 1998.

⁷³ ANTUNES. *Op. Cit.*, 2002.

⁷⁴ LAGÔA. *Op. Cit.*, 1983.

disposição do SNI em 1978: “o SNI é composto basicamente por três órgãos - a chefia, a agência central e as agências regionais. Hoje existem treze agências em todo o país, incluindo a central. Nossa ideia é fazer com que no futuro exista uma em cada Estado”⁷⁵. A composição era de cinco secretarias, todas coordenadas pelo General Newton Cruz, sendo elas a de psicossocial, a econômica, a política, a subversiva e a administrativa. O pessoal era formado pela EsNI, que foi institucionalizada em 1971, sendo diretamente subordinada ao chefe do SNI. O Decreto nº 68.448 de 1971 estabeleceu as finalidades da EsNI no seu Art. 2º:

Art. 2º. A Escola Nacional de Informações (EsNI) tem por finalidade:

- a. Preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contrainformações do Sistema Nacional de informações;
- b. Cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações;
- c. Realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações.⁷⁶

Portanto, percebemos que há um forte investimento por parte do Estado para a preparação de profissionais tanto civis como militares que viriam a atuar dentro do Sistema de Informações. No Decreto, ainda consta a informação que o Diretor da EsNI será um Oficial da Ativa das Forças Armadas, do Posto de General-de-Brigada ou equivalente. Percebe-se um esforço no sentido de concretizar o projeto da ESG de criação de uma Doutrina de Informações e na formação de agentes qualificados para a exercer a função de analista de informação para o regime. Os agentes do serviço de informações anterior a essa institucionalização eram muitas vezes retirados de outros órgãos do governo ou contratados a nível da legislação trabalhista. Com a criação da EsNI, a comunidade começou a buscar um quadro de profissionais de informação que teriam uma maior idoneidade. Esses fariam o curso de informações que vinha sendo ministrado no Centro de Treinamento de Pessoal do Exército no Rio de Janeiro, porém, em 1972 já seria incorporado o curso de informações da ESG na EsNI e teria um título de pós-graduação. Salienta-se que os militares que ingressavam na EsNI eram selecionados e convidados pela própria instituição.

No depoimento de Ênio dos Santos Pinheiro⁷⁷ é relatado que em 30 de março de 1971 a ideia do presidente era que em março de 1972 a escola fosse inaugurada, que ela deveria ser

⁷⁵ LAGÔA. *Idem*, 1983. p. 21.

⁷⁶ BRASIL. *Decreto nº 68.448, de 31 de março de 1971*. Cria a Escola Nacional de Informações e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

construída em Brasília e passaria a integrar civis e militares. Para a atualização em matéria de informações, houve incursões e auxílio dos Estados Unidos. O idealizador da EsNI foi convidado a participar de um curso de seis meses nos EUA, sendo ele ministrado por membros da CIA e do FBI (*Federal Bureau of Investigation*). Além disso, outros militares foram para Inglaterra, Alemanha e França. Após esse momento de especialização, houve a concretização da Escola e nesse ponto chama a atenção de que o Curso A já teria o currículo pronto, sendo ele o da ESG. Portanto, parece contraditório a relatos que colocavam como amadores os primeiros formuladores das teorias de informações. Pode ser um movimento dos próprios militares para minimizar essa importância e jogar sombra nessa questão que foi um dos pilares do Estado de Terror criado na Ditadura Militar Brasileira.

Segundo Figueiredo⁷⁸, na EsNI foram articulados três tipos de Cursos, o A (altos estudos), B (fundamentos) e C (operações). O primeiro teria a duração de um ano letivo e tinha caráter de pós-graduação, enquanto o B e C duravam um semestre.

O curso A era destinado à criação das chefias, da elite da comunidade de informações, tendo como principal conteúdo os temas políticos, econômicos e sociais brasileiros. Era necessário possuir um diploma de curso B ou C para acessar o curso A, ou curso superior completo e, no caso de militares, curso do Estado-Maior.

O curso de nível B era o de analista de informações. Nele, o foco era o estudo de sociologia e história, assim como ciência política. Existia um foco na propagação da história do comunismo, da revolução russa passando até a revolução cubana, sendo assim existia a promoção de um sentimento anticomunista muito forte.

O Curso C era para a formação dos agentes de rua e por conta disso o processo era mais rigoroso. As aulas eram compostas por conteúdos relativos à segurança e vigilância, implementação de escutas telefônicas, gravação de conversas por meio de microfones, métodos de interrogatório, disfarces e afins.

A criação da EsNI modificou a organização educacional das forças armadas, principalmente pela extinção do curso de informações da ESG, visto que ele passou a ser ministrado dentro da EsNI desde 1973. Estima-se que a EsNI formou uma quantidade extremamente numerosa de agentes para a comunidade de informações de 1973 a 1989, de cerca de 2.000 agentes. No entanto, a qualidade da formação é questionada por Figueiredo⁷⁹:

⁷⁷ D'ARAÚJO; SOARES. *Op. Cit.*, 1998.

⁷⁸ FIGUEIREDO. *Op. Cit.*, 2005.

⁷⁹ FIGUEIREDO. *Idem*, 2005.

A quantidade era grande, mas a qualidade, duvidosa. O máximo que a escola dar era uma visão geral das atividades de um serviço secreto, com uma forte carga ideológica anticomunista. Os alunos acabavam tendo que aprender o ofício na prática, depois de admitidos no serviço.

Outro fator que é levantado é o inchaço provocado pela EsNI, aumentando a oferta de pessoal com formação na área de informações para níveis maiores do que a máquina estatal estava preparada para absorver.

A secretaria de subversão era encarregada de monitorar os movimentos considerados subversivos, sendo assim, o seu foco era conter os movimentos sociais e os grupos de esquerda, ainda mais quando esses tinham alguma tendência ideológica que poderia ser interpretada como comunistas. Eram construídos laudos ideológicos de figuras políticas e um levantamento biográfico minucioso. Perceberemos que ao analisar o Centro de Informações do Exterior a categoria de “subversivo” voltará à cena nos informes relativos às tensões sociais nos países do Cone Sul.

As Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) eram o outro lado da agência, e funcionavam nos ministérios como uma espécie de controle, estando presentes em empresas estatais e autarquias governamentais.

A “comunidade de informações”, dessa forma, era uma grande rede composta pelos centros de informação, que tinham como órgão aglutinador o próprio SNI. Lagôa⁸⁰ tinha a ciência de que existiam 16 órgãos especializados sendo eles: o SNI, as DSIs, as ASIs, a FA-2 (Segunda seção do EMFA), os E-2 (serviço secreto do exército), os M-2 (serviço secreto da marinha), as A-2 (serviço secreto da aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada OM), o CIE (Centro de informações do Exército, este muitas vezes confundido com o CIEEx), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), os serviços secretos da política federal, os DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviço secreto da Polícia Militar), além do CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações Internas).

Quando falamos em comunidade de informações, muitas vezes podemos ter a ideia de que existia uma certa harmonia entre os diferentes centros que faziam parte dela. Entretanto, existia um amplo jogo de poder entre os diferentes centros, primeiramente por existir um corpo efetivo extremamente pequeno de pessoas capacitadas para a função, o que fazia com

⁸⁰ LAGÔA. *Op. Cit.*, 1983.

que houvesse uma certa disputa por “pessoal”, e além disso existia uma diferença orçamentária provida pelo Estado para cada órgão. Figueiredo⁸¹ (2005) ressalta que na comunidade de informações:

a teia era complexa. Cada um jogava no seu time, mas às vezes os times trocavam jogadores entre si ou uniam representantes de todas as equipes numa só. A única coisa não mudava era o adversário: os opositores ao regime. A competição para saber quem era o mais eficiente no combate à subversão era grande e, no dia a dia, as empatias e antipatias definiam o grau de colaboração entre seus componentes.

Apesar dessa competição interna, o inimigo externo era mais importante, o que criava um certo grau de união para lidar com a “guerra”. Assim, as agências de informação e segurança entravam em campo para munir o Estado, e cada agente passava seus relatórios para seus superiores até chegar no fim da cadeia de informações, o SNI. Antunes⁸² nos traz dois relatos distintos, primeiramente o do brigadeiro Burnier, que afirmou não haver segredos entre os serviços de informações e que eles eram muito bem relacionados entre si, possuindo um bom relacionamento de confiança e honestidade sem uma competição. Todavia, o General Octávio Costa, apesar de não ter atuado nos serviços de informação, afirmou que existia um atrito entre os diversos órgãos e que eles até “batiam cabeça”, salientando que a competição era maior entre o CENIMAR e o CIE. Essa afirmação parece bastante interessante, pois existem documentos internos do CIEEx que relatam suspeitas acerca de um informante que responde pela alcunha de Altair, e sobre ele são levantadas hipóteses sobre a possibilidade da sua atuação tanto como agente do CIEEx como do CENIMAR.

Importante enfatizar que todo esse processo de obtenção de informação não era um jogo limpo, valia tudo para obter informações, como cooptação ideológica, pressão psicológica, corrupção e infiltrações em organizações de esquerda.

O SNI passou à história com o estigma de ter realizado operações que envolveram tortura, morte e desaparecimento. A rigor, isso não aconteceu. O serviço não encostava num único fio de cabelo dos subversivos. Sua função era outra: alimentar, com dados, a comunidade de informações, ou seja, entregar os inimigos do governo, numa bandeja, aos encarregados diretos da repressão.⁸³

Algumas pessoas que eram cooptadas pelas agências muitas vezes atuavam como agentes duplos e, portanto, existia uma certa desconfiança entre instituição e agente. Antunes⁸⁴ destaca que no Brasil a atuação dos órgãos de informação na década de 1960 e

⁸¹ FIGUEIREDO. *Op. Cit.*, 2005. p. 220.

⁸² ANTUNES. *Op. Cit.*, 2002.

⁸³ FIGUEIREDO. *Op. Cit.*, 2005. p.221.

⁸⁴ ANTUNES. *Op. Cit.*, 2002.

1970, período que comporta um pedaço da ditadura militar, a atividade de informações estava intimamente relacionada com a tortura, a corrupção, violação de direitos e liberdade civis, o que cria até os dias atuais uma certa rejeição pública a esse setor na atualidade, sendo ele exercido pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Ao longo da distensão promovida pelos dois últimos governos militares, Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), foi o momento de maior instabilidade da comunidade de informações que passava a ter a sua existência ameaçada, visto que grande parte da sua atuação era voltada para a perseguição dos inimigos do regime militar, denominados como subversivos. E, com a estratégia dos governos militares de conduzirem o Estado brasileiro novamente à democracia, seria necessária a interrupção de certas práticas que só eram legitimadas dentro de um sistema de governo autoritário e ditatorial. Entretanto, existia um problema referente à presença de toda uma classe profissional associada ao aparato de informações criado desde os primórdios do regime militar e que ganhou muita força e incentivo ao longo da ditadura. Administrar essas contradições foi um dos entraves dos últimos governos. A reação da comunidade de informações foi tentar legitimar a sua existência mantendo uma narrativa constante de que existia ainda um perigo à espreita.

3.1 O SERVIÇO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES (1936-1939) E O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (1966-1984)

Neste subcapítulo, discutiremos as permanências que existem dentro do Ministério das Relações Exteriores relacionadas à criação de serviços de informações secretos. Primeiramente, ele esteve vinculado ao anticomunismo e à espionagem interna dos seus integrantes desde o final da década de 1930 até o período da Ditadura Militar. O foco passou para a obtenção de informações externas dos asilados brasileiros e da situação política dos países-alvo. Buscaremos compreender como se deu o funcionamento do CIEX no Cone Sul, especialmente no Uruguai, Argentina e Chile, tendo como foco as análises de conjuntura que foram desenvolvidas pelo órgão de informações e como principal objetivo compreender como o MRE atuava no sentido de auxiliar nas duas frentes de combate, sendo elas a do combate ideológico e a do conflito estratégico-pragmático entre as nações do Cone Sul para projetar o Brasil como uma potência regional hegemônica.

O Ministério das Relações Exteriores desde 1937, com a criação do Serviço de Estudos e Informações (SEI), possuiu a institucionalização de um serviço secreto de

informações, que teve como idealizadora a então consulesa Odette de Carvalho e Souza. Ela foi a primeira mulher a tornar-se embaixadora de carreira do Itamaraty quando fez 52 anos de idade. E fez parte do grupo das 20 mulheres que ingressaram no Itamaraty em 13 de fevereiro de 1936, por meio da aprovação em concursos de títulos. Tem a sua origem familiar no Rio de Janeiro, sendo filha de Augusta Possas de Carvalho e Souza e Carlos de Carvalho e Souza, seu pai de Odette sendo membro da carreira consular, o que aproximou a filha das atividades do Itamaraty. A embaixadora Odette de Carvalho teve suas primeiras experiências quando foi nomeada cônsul de terceira classe, o cargo inicial das carreiras consulares e diplomáticas, além disso foi conselheira técnica governamental das XV, XVI e XVII Conferências Internacionais do Trabalho, realizada em Genebra em 1931, 1932 e 1933.

Antes mesmo de assumir posse da carreira diplomática, a futura embaixadora atuou como secretária do ministro José Carlos de Macedo Soares no MRE. Nesse período produziu por encomenda do chanceler vários textos que demonstravam a sua posição política vinculada ao anticomunismo. A sua produção textual sobre a temática foi extensa em apenas um ano tem-se a informação de que ela teria escrito sete ensaios que conjuntamente passariam de 500 páginas. A sua projeção dentro do Itamaraty é atribuída a sua relação de confiança com o ministro José Carlos de Macedo Soares, que a indicou para ser a chefe do Serviço Especial de Informações.⁸⁵

Essa perspectiva nos remonta uma continuidade do período varguista em relação ao anticomunismo. Dentro do Itamaraty foi criado um órgão secreto que de certa forma auxiliava na repressão. Odette de Carvalho chefiou esse órgão desde a criação até 1939, quando foi removida para a embaixada de Londres. Porém, essa nomeação não se efetivou, pois Getúlio Vargas teria afirmado que a Majestade Britânica não gostaria que uma mulher fosse nomeada para o cargo diplomático. Esse fato fez com que ela fosse realocada para o posto na Suíça.⁸⁶ Percebe-se que a embaixadora tinha uma relação de proximidade com Macedo Soares quando, em 1955, na segunda gestão como Ministro das Relações Exteriores, ela regressou à Secretaria de Estado tendo assumido a chefia interina do Departamento Político e Cultural sendo a primeira mulher a ocupar esse alto posto dentro da Casa. Ela continuou nesse departamento até o fim da gestão de Macedo Soares, em 4 de julho de 1958. Foi sucedida por Manuel Pio Corrêa, o idealizador do Centro de Informações do Exterior.⁸⁷

⁸⁵ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 199.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 201.

Dessa forma, percebemos que desde os anos trinta existe um *locus* anticomunista dentro do Ministério das Relações Exteriores que terá continuidade no período da Ditadura Militar, momento em que as disputas ideológicas ficaram ainda mais latentes.

A consulesa argumentava que apesar do trabalho de investigação policial parecer uma competência exclusiva da polícia, o Itamaraty tinha comprovado múltiplas vezes que poderia ser útil para essa mesma finalidade.⁸⁸ Outra estratégia que posteriormente foi consolidada no período da Ditadura Militar foi a utilização das missões diplomáticas e embaixadas brasileiras para constituir postos de observação e coleta de informações.

O exemplo utilizado por Odette de Carvalho e Souza é direcionado exclusivamente para a embaixada de Moscou, pois ela entendia que esse país buscava espalhar sua “obra de nefasta destruição”. No entanto, ao longo da ditadura militar, perceberemos a institucionalização dessa prática nos países-chave para a política externa brasileira, inclusive nos países do Cone Sul com seus respectivos embaixadores.

Essa passou a ser uma das especialidades do Centro de Informações do Exterior, o constante monitoramento dos exilados brasileiros e dos elementos figurados como subversivos nos países do Cone Sul. Isso se passou principalmente nos anos iniciais da Ditadura Militar por reportes vindos primordialmente do Uruguai, país que foi o laboratório do CIEX e onde o diplomata Manuel Pio Corrêa foi nomeado Embaixador em Montevideú, entre os anos de 1964 e 1966.

O SEI foi criado em 1937 através de uma portaria do Ministério das Relações Exteriores proposto por Odette de Carvalho e Souza ao então ministro José Carlos de Macedo Soares. Tinha como principal objetivo a repressão ao comunismo, através do estudo especializado da doutrina marxista, métodos de propaganda e infiltração no país.⁸⁹

Após um ano de funcionamento do SEI, a consulesa encaminhou um requerimento ao Chefe de Gabinete do ministro informando as múltiplas colaborações que o Itamaraty prestou à causa anticomunista e solicitou a institucionalização do SEI como órgão vinculado diretamente com o serviço adido ao Gabinete do Ministro das Relações Exteriores.⁹⁰

⁸⁸ SETEMY, Adrianna. Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEX): A institucionalização das Políticas de Informação e Repressão ao Comunismo no Itamaraty. *Locus: Revista de História*, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2019.

⁸⁹ SETEMY. *Idem.*, 2019. p.155.

⁹⁰ *Ibid.* p. 156.

Por esse motivo, na data de fevereiro de 1937, foi apresentado um projeto denominado como “Projeto de Portaria criando os ‘Serviços de Estudos e Investigações do Itamaraty’ (SEI)”⁹¹, ele foi ratificado pelo ministro interino, Mário de Pimentel Brandão.

A análise de Setemy se apoia na documentação referente à portaria de criação do SEI e vai na direção de demonstrar a direção organizativa e hierárquica que o órgão passava a representar dentro do Ministério:

[...] O SEI deveria funcionar sob a direção imediata do ministro de Estado, como adido a seu gabinete, visto o caráter confidencial e muitas vezes secreto dos assuntos submetidos à sua esfera, a responsabilidade que comportaria a solução dos mesmos e a urgência com que deveriam ser solucionados.⁹²

Essa é uma característica semelhante na criação de órgãos de informação, pois precisam se manter secretos. Setemy salienta o fato de que o SEI não aparecia no organograma oficial do MRE.⁹³ Algo que será semelhante no CIEX, visto que o órgão ficou no anonimato durante um período prolongado.

A Criação do SEI e a atuação de Odette de Carvalho e Souza foi de extrema importância para a institucionalização do Centro de Informações do Exterior. Já que o seu trabalho foi herdado pelo diplomata Manuel Pio Corrêa, em sua autobiografia ele relata que a consulesa teria repassado a ele o seu tesouro pessoal, sendo esse um arquivo compilado por ela ao longo das décadas de 1940 e 1950, com fichas relativas a cidadãos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades classificadas como subversivas.⁹⁴

Com isso, podemos perceber que o Serviço de Estudos e Investigações teve influência na institucionalização do CIEX, por parte das relações e afinidades que Odette de Carvalho e Souza e Manuel Pio Corrêa nutriam e por conta da documentação produzida pela consulesa durante dez anos. Essas informações podem ter servido de inspiração para as práticas exercidas no âmbito das investigações de pessoas pontuais. Todavia, cabe tentar distinguir quais as diferenças e as inovações que foram colocadas em prática com a criação do CIEX.

3.2 O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

⁹¹ Ibid. p. 157.

⁹² Ibid., p.157.

⁹³ Ibid., p.158.

⁹⁴ CORRÊA, Manuel Pio. O mundo que vivi. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

O Centro de Informações do Exterior, como mencionado anteriormente, foi criado pelo diplomata Manuel Pio Corrêa em 12 de julho de 1967, através de uma portaria secreta, seguindo a prática realizada com o SEI. Nesse documento, eram estabelecidas as normas e funcionalidades desse órgão de espionagem, sendo elas a busca por informes e informações. Ananda Simões Fernandes⁹⁵ salienta que os diplomatas não seriam designados para essas funções, pois eles já tinham a função de realizar a coleta e a análise do material no exterior.

O documento que faz referência à criação do CIEEX faz alusão às especificidades e aos meandros específicos dos agentes de informação. Tinha como principal preocupação o grau de sigilo desse serviço de informação para não influenciar negativamente o exercício do serviço diplomático e por consequência o governo brasileiro. O grau de sigilo deveria ser alto e só poderia ter conhecimento do CIEEX um número restrito de autoridades, tendo como critério base a compartimentação e a necessidade funcional, ou seja, só teria acesso a esse conhecimento aqueles que poderiam vir a fazer uso do serviço de inteligência.⁹⁶

A existência do serviço secreto do Itamaraty foi descoberta apenas em 2007 através da reportagem do jornalista Cláudio Siqueira Dantas intitulada “O Serviço Secreto do Itamaraty”⁹⁷, onde foi desvelada a existência do CIEEX e a sua atuação durante o período da Ditadura Militar. Pio Penna Filho salienta que o CIEEX foi um órgão do Itamaraty vinculado ao SNI e que tinha como principal objetivo espionar políticos e militantes contrários ao regime militar brasileiro e que estavam exilados nos países vizinhos.⁹⁸ Por isso, a sua atuação durante seus anos iniciais foi primordialmente executada na região do Cone Sul, especialmente no Uruguai, país que foi o primeiro refúgio dos exilados brasileiros. Posteriormente, o foco foi o Chile com a eleição de Salvador Allende em 1970, e por fim a Argentina, que representa um rival histórico na bacia do Rio da Prata. Inclusive, esse último dificultou as negociações diplomáticas envolvendo o projeto da construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, um consórcio realizado entre o Paraguai e o Brasil.

Para além disso, analisando os documentos desse serviço de informação, percebemos que ele passou a realizar reportes vinculados à situação política interna de diversos países, ou seja, foram produzidas análises de conjuntura política pelos agentes de informação desse órgão.

⁹⁵ FERNANDES, Ananda Simões. Registros da Espionagem durante a Ditadura Brasileira: O Caso do Centro de Informações do Exterior. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 131-157, jan./jun. 2020.

⁹⁶ CNV, 0092.000292/2015-93.

⁹⁷ SEQUEIRA, Claudio Dantas. O Serviço Secreto do Itamaraty. *Correio Braziliense*, 22 de julho de 2007.

⁹⁸ PENNA FILHO . *Op. Cit.*, 2009.

O órgão tinha como procedimento a utilização das embaixadas brasileiras nos respectivos países como pontos de aquisição das informações, de forma que existiam diplomatas envolvidos nessa operação. O Ministro das Relações Exteriores do período foi Juracy Montenegro Magalhães, e o secretário geral de Política Exterior era Manuel Pio Corrêa.⁹⁹ Pio Penna Filho afirma que:

À frente do Centro, encontravam-se diplomatas de carreira do Ministério das Relações Exteriores que atuavam em sintonia com o SNI e com os demais órgãos de informações. Ressalta-se que não era uma função obrigatória e que todos que serviram no CIEIX o fizeram de livre e espontânea vontade. Aliás, é voz corrente no Itamaraty entre os diplomatas que se lembram da existência do Centro, assim como da DSI, que aqueles que foram lotados nesses órgãos eram, geralmente, vistos com desconfiança ou reserva pelos colegas.

Sobre a estruturação do CIEIX, através do relatório da Comissão Nacional da Verdade e da documentação do próprio CIEIX, podemos perceber as principais pessoas que dirigiram o órgão. Nesse sentido, o primeiro chefe apontado pela comissão foi o embaixador Marcos Henrique Camillo Cortes, entretanto, quando foi questionado, ele sustentou que o órgão jamais teria existido, argumentando que seria necessária apresentação de alguma portaria, decreto ou lei, o que ele afirmou não existir. Todavia, analisando a documentação produzida pelo órgão e disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, percebe-se a existência de um documento que faz referência à passagem do cargo de Diretor Executivo do Centro de Informações do Exterior (CIEIX), que era exercida pelo então primeiro secretário Marcos Henrique Camillo Cortês, que foi removido para a embaixada do Brasil em Washington, para o então Primeiro Secretário João Carlos Pessoa Fragoso. Por isso, todas as correspondências destinadas ao CIEIX deveriam ser endereçadas ao primeiro secretário João Carlos Pessoa Fragoso e à Secretaria-geral de Política Exterior.¹⁰⁰ A direção do Serviço de Inteligência do Itamaraty ficou nas mãos de João Carlos Pessoa Fragoso de setembro de 1968 a novembro de 1969, quando ele foi nomeado Subchefe da Casa Civil da Presidência da República, sendo assim o cargo de Diretor do CIEIX passou a ser exercido pelo então primeiro-secretário Paulo Sérgio Nery, que manteve o posto de chefe de janeiro de 1969 a novembro de 1973. Dessa forma, novamente todas as correspondências passariam a ser endereçadas a ele e à Secretaria-geral de Política Exterior.¹⁰¹

⁹⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. v. 1. – Brasília: CNV, 2014.

¹⁰⁰ BR AN, BSB IE.03.9, p. 148/167.

¹⁰¹ BR AN, BSB IE.04.11, p. 1/54.

A partir de novembro de 1973, Paulo Sérgio Nery foi designado para uma nova comissão e a chefia passou a ser exercida pelo então conselheiro e depois ministro Octavio José de Almeida Goulart até março de 1979. No entanto, diferentemente dos outros reportes referentes a essa passagem de diretoria, as correspondências deveriam ser destinadas através da Assessoria de Documentação (ADOC) do Ministério das Relações Exteriores 4º andar-sala 410 em Brasília.¹⁰² Por fim, o último chefe foi Carlos Luzilde Hildebrandt de 15 de março de 1979 a 1984.

Por meio do relatório da Comissão Nacional da Verdade, temos a ideia de que o modelo organizacional seguido pelo órgão era o da existência de uma Central, provavelmente correspondente ao espaço físico alocado dentro do MRE, que se comunicava por canais exclusivos com as suas bases no exterior, denominadas pela abreviatura de BEX. Essas, por sua vez, eram instaladas por meio das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras. Existiam bases instaladas em diversas capitais do Cone Sul como em Assunção, Buenos Aires (BEX/SS), Montevideú (BEX/EO) e Santiago (BEX/NG).¹⁰³ Nesse sentido, percebe-se a intensa atuação do corpo diplomático, algo que é salientado por Almeida¹⁰⁴ quando afirma que:

Foram todos diplomadas, portanto, os encarregados das informações “sensíveis” a serem repassadas aos órgãos de informação do regime, sem que houvesse, a rigor, o seu envolvimento direto nas operações conduzidas a partir dessas informações coletadas por diplomatas e adidos militares, algumas delas sendo desenvolvidas no exterior, por policiais militares, com a colaboração ativa de ditaduras complacentes.

As funções do Centro de Informação do Exterior estavam vinculadas a monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a comunidade de informações sobre o que ocorria no exterior.¹⁰⁵ Pio Penna Filho ainda salienta que algumas embaixadas realizavam esse trabalho antes mesmo da criação do CIEEX.

¹⁰² BR AN, BSB IE.10.07, p. 8/20.

¹⁰³ Id., 2014, p. 183.

¹⁰⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante 'a colaboracao relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL, Oswaldo Filho *et al* (org.). Tempo Negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no brasil do ai-5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 1-396.

¹⁰⁵ PENNA FILHO . *Op. Cit.*, 2009.

As atividades de coleta e processamento de informações eram complementadas pelos ofícios, telegramas e outros documentos enviados para o Ministério das Relações Exteriores pelas diversas embaixadas brasileiras no mundo.¹⁰⁶

Podemos perceber essa movimentação através do caso dos grupos políticos de João Goulart e Leonel Brizola que, com a instauração do golpe militar, buscaram asilo no Uruguai. Como mencionado anteriormente, o embaixador Manuel Pio Corrêa foi encarregado de monitorar os passos desses e de outros diversos exilados que buscaram asilo naquele país. Através da autobiografia de Pio Corrêa, podemos perceber o seu afincamento no cumprimento dessa tarefa quando ele afirma que “Eu tinha ordem de obter do Governo uruguaio a internação do ex-Governador Leonel Brizola por medida administrativa, isto é, o seu confinamento em lugar seguro, distante de Montevideú, onde o ex-governador ficasse sob vigilância permanente”.¹⁰⁷ Além disso, o diplomata brasileiro salientou que se utilizou de todas as oportunidades para a conclusão de acordos de interesse do governo uruguaio com a finalidade de criar laços de colaboração entre os países, que facilitariam o seu objetivo de restringir a movimentação dos asilados brasileiros.¹⁰⁸ Em 15 de maio de 1965, o governo brasileiro solicitou o internamento de Brizola, o qual foi acolhido pelo governo do Uruguai, e o local de destino foi a pequena cidade de Atlântida. A partir desse acontecido Manuel Pio Corrêa¹⁰⁹ afirma que:

Dali por diante o lancetado aquele tumor, a vida correu para mim amena e sem problemas no Uruguai estava cercado por um excelente grupo de colaboradores, ao qual veio juntar-se, para cooperar com as autoridades uruguaias o delegado Rui Dourado o excelente policial meu amigo de muitos anos que já havia ficado à minha disposição no departamento político do Itamaraty.

Existem relatos que mostram que apesar da restrição imposta a Leonel Brizola, ele conseguia circular livremente na capital. Além disso, o delegado mencionado Rui Dourado parece ter sido um dos principais agentes brasileiros da repressão que atuou no território Uruguaio e servia como o operador de campo do embaixador. Ele atuou tanto no Uruguai no período do sequestro do cônsul Aloysio Gomide, quanto em missão ao Chile, no período do governo de Salvador Allende. No depoimento de Marcos Cortes, ele afirmou que, na Embaixada de Montevideú, Pio chamou Rui, porém Cortes não sabia em que condição, se ele

¹⁰⁶ PENNA FILHO. *Op. Cit.*, 2008.

¹⁰⁷ CORRÊA, *Op. Cit.*, 1996.

¹⁰⁸ CORRÊA. *Op. Cit.*, 1996, p. 883.

¹⁰⁹ CORRÊA. *Idem.*, 1996. p. 892.

era remunerado pelo Itamaraty ou pela polícia, porém ele atuava diretamente com Pio Corrêa e nas palavras de Cortes: “Ninguém sabia o que, ninguém sabia por quê, nem como”¹¹⁰.

Pio Corrêa, após lidar com a situação dos exilados brasileiros no Uruguai, voltou para o Brasil e foi nomeado para a Secretária-geral do MRE. Ele possuía vínculos com a *Central Intelligence Agency* (CIA) e antes de sair de Montevidéu conversou com o agente da CIA Horton, tendo como preocupação a política interna uruguaia e afirmando que se a situação no Uruguai não melhorasse, o Brasil poderia vir a intervir, se não militarmente, mas da maneira que fosse necessária para que o país não ficasse vulnerável à ameaça comunista.¹¹¹

Durante o exercício do seu cargo de Secretário Geral do Itamaraty, ocupou o cargo de ministro interino das Relações Exteriores por sete vezes, isso devido às viagens realizadas por Juracy Magalhães em missão no exterior. Esse fator para Setemy foi primordial para a institucionalização do serviço de informações dentro do ministério que, conjuntamente com a DSI/MRE, permitiu que o regime conseguisse realizar o trabalho de controle dos inimigos fora das fronteiras territoriais brasileiras através do sistema mencionado acima.¹¹²

Por meio da sua posição de Secretário Geral, teve a sua atenção voltada às questões externas que envolviam a segurança nacional. Ainda na sua autobiografia, revelou que esteve presente em diversas reuniões do Conselho de Segurança Nacional e que mantinha um contato frequente com Golbery do Couto e Silva.¹¹³

O Centro de Informações do Exterior não constava no organograma oficial do Itamaraty, entretanto, ocupava a posição de Assessoria de Documentação de Política Exterior (ADOC), como percebemos na referida documentação da troca de chefia que constava a requisição de remeter qualquer tipo de informação para esse órgão. Posteriormente, houve a renomeação para a Secretaria de Documentação de Política Exterior (Sedoc), e tanto Setemy quanto Almeida salientam que existiam diplomatas que chamavam o órgão pela alcunha de Dedoc, uma forma jocosa por conta do serviço exercido.¹¹⁴

O CIEX era responsável por acompanhar as atividades políticas, subversivas e ameaçadoras aos regimes, tornando-se ao longo dos anos um dos aparelhos de coleta e difusão de informações que eram destinadas às agências que lidavam diretamente com a repressão política no Brasil. Os principais clientes do CIEX eram fundamentalmente o SNI, o CISA, o

¹¹⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, 2014.

¹¹¹ AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

¹¹² SETEMY. *Op. Cit.*, 2013.

¹¹³ CORRÊA. *Op. Cit.*. p. 930.

¹¹⁴ CORRÊA. *Op. Cit.*. p. 15.

CIE e o CENIMAR, e podemos ver que alguns documentos para as 2ª Secretarias das Forças Armadas e outros documentos eram endereçados ao gabinete do presidente.

Além da participação de diplomatas lotados em cargos no exterior e adidos militares, o CIEX recrutava civis para prover informações sobre a situação política e sobre a atuação dos diversos grupos de exilados nas diferentes localidades. O caso emblemático é o do espião que responde por diversas alcunhas sendo uma delas a de “Altair”, nas documentações do órgão de informações. Setemy salienta que Pio Corrêa foi o responsável por cuidar dos agentes clandestinos que trabalhavam para o CIEX. E, por esse motivo, foi nomeado para a vice-presidência da Junta Coordenadora de Informações, o ápice hierárquico que existia dentro do Conselho Nacional de Segurança.

Ananda Simões afirma que para ser agente do CIEX era necessária a realização do curso de planejamento estratégico da ESG, mas que com a criação da EsNI, o treinamento passou para essa instituição.¹¹⁵ Mas podemos perceber que existia o recrutamento de pessoas que estavam articuladas nos círculos necessários para a obtenção das informações chave para o governo brasileiro. O espião Altair parece ser um daqueles que não integravam a instituição, mas realizava trabalho de espionagem para o MRE e para o CENIMAR, sendo esse remunerado por esses órgãos.

Altair parece ser paradigmático quando pensamos no contexto político das Ditaduras de Segurança Nacional, pois em um estudo encomendado pela Central, de 17 de agosto de 1976, ele é classificado como um agente duplo, tendo vínculos tanto com os subversivos de esquerda, quanto com outros órgãos de informação, como por exemplo o serviço uruguaio denominado de Serviço de Informação de Defesa (SID). É justamente nesse período que percebe-se a ampla institucionalização ou atualização dos órgãos de inteligência por parte das principais nações latino-americanas. Para além disso, foram realizadas avaliações sobre os informes produzidos por Altair e eles acabaram sendo alocados na categoria de C-3. Ele produziu, em 1974, um total de 222 informes que foram direcionados para a Central. Em 1975, o número decresceu para 139 informes. Seus informes continham conteúdos relacionados a informação política, material relativo à subversão e o que o operador qualificou como informações estratégicas.¹¹⁶

Para Pio Penna Filho¹¹⁷:

¹¹⁵ FERNANDES. *Op. Cit.*, 2020.

¹¹⁶ BR AN, BSB IE.24.1, p.556/812

¹¹⁷ PENNA FILHO. *Op. Cit.*, 2008.

[...] o *modus operandi* do CIEX releva o total desrespeito as consagradas garantias legais, além de uma sofisticada eficiente rede de espionagem, impossível de ser montada sem a atuação conjunta com agências congêneres nos países onde operava. Havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência, intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, observação permanente de pessoas, dentre outras atividades.

No mesmo estudo de 1976 que avaliou a performance de Altair, temos uma reflexão sobre a utilização das atividades de informação e a sua importância para a formulação da política externa brasileira:

Como potência média emergente, o Brasil não pode prescindir, na guerra ou na paz, da utilização intensa das atividades de informações na formulação da sua política exterior. Tal previsão coloca-se ainda com maior ênfase em relação à sua periferia geográfica constituída pelas demais nações da América do Sul, especialmente as da Bacia do Prata, de tradicional importância no quadro de nossas relações internacionais. É inconcebível pretender que o Brasil não realize qualquer esforço sério para conhecer as intenções dos principais atores no cenário político das nações circunvizinhas, ao que se agregaria informações econômicas, sociais, militares etc.

A Grande questão que se coloca, porém é saber se o Itamaraty deseja participar ou não da coleta de informações destinadas à formulação da política exterior brasileira. Caso afirmativo, caberia perguntar: Que tipo de serviço de informações interessaria manter? Uma opção limitaria o problema à utilização de correspondentes internacionais que forneceriam elementos de natureza geral que seriam utilizados pelas Embaixadas. A outra opção seria o desenvolvimento de um serviço secreto com regras próprias e pessoal treinado segundo as necessidades que se colocassem na prática. Está claro que qualquer opção que se realize terá implicações sobre os resultados alcançados na prática.

A questão assim, da permanência ou não de Altair no CIEX, esconde um problema de natureza mais profunda qual seja a escolha da natureza do serviço de informações que o Itamaraty deve manter, e como corolário, o grau de participação que almeja deter no sistema brasileiro de informações.¹¹⁸

Os funcionários do ministério passaram por pelo menos duas devassas promovidas primeiramente por Vasco Leitão da Cunha e outra por Magalhães Pinto, em que o foco foi a repressão de diplomatas vinculados ao posicionamento político caracterizado como de esquerda e até mesmo diplomatas que não se enquadravam como heterossexuais. Pio Penna Filho salienta que o próprio CIEX começou a fazer um trabalho de monitoramento interno dos diplomatas elaborando dossiês e agindo como um tentáculo do SNI dentro do Itamaraty.¹¹⁹ Entre essas informações parece fundamental perceber que ao longo dos anos, com a distensão política promovida a partir dos governos de Médici e Geisel, percebemos que a atenção do CIEX, por um lado, ainda se mantinha na observação da subversão – tanto aquela que poderia

¹¹⁸ BR AN, BSB IE.25.1, p. 561/812.

¹¹⁹ PENNA FILHO. *Op. Cit.*, 2008.

ter impacto no Brasil como aquela que poderia ter impacto nos países que o serviço de informações atuava. No entanto, por outro, existe a emergência cada vez maior de análises de conjuntura política internacional, ou seja, análises do processo político dos países que interessavam ao Brasil.

Aliás, outra função do CIEX foi a produção de informações sobre algumas áreas peculiares relacionadas a atuação do MRE, assuntos de segurança nacional, política externa, terrorismo, subversão, imagem do Brasil no Exterior e contrainformação.¹²⁰ Além disso, outro fator importante é a questão vinculada sobre cooperação entre os serviços. Pio Penna Filho salienta que ela existiu nos anos de 1960 e 1970:

[...] houve uma intensa cooperação entre os serviços de segurança nacionais, seja por meio de ações de inteligência na troca de informações, seja pela cooperação perversa dos sistemas de repressão efetivos, os quais iam muito além do plano da inteligência para medidas concretas de eliminação dos oponentes/resistentes às diversas ditaduras militares instaladas nos países sul-americanos, especialmente no âmbito do Cone Sul.¹²¹

De fato, essa cooperação ocorreu no sentido de conter a expansão dos movimentos políticos de esquerda identificados com o comunismo, entretanto, a documentação do CIEX aponta que existiam certos documentos que eram acompanhados com uma observação que dizia “O presente Informe não poderá ser transmitido a qualquer serviço de informações estrangeiro”¹²². Portanto, parece ser necessário olhar para esses detalhes que aparecem em alguns documentos.

A partir disso, podemos supor que existiam informes que eram mais sensíveis para o Itamaraty e, por isso, eles deveriam proteger aquela fonte. A motivação por trás dessa prática pode estar relacionada tanto no sentido de não circular informes vinculados a assuntos que afetariam as relações do Brasil com os países que estavam sendo investigados, quanto a própria obtenção de uma vantagem de conhecimento para o corpo diplomático brasileiro em relação aos serviços de inteligência das outras nações. Essas poderiam vir a ser utilizadas para a promoção dos movimentos do Brasil no cenário internacional, tanto no sentido de uma política externa pragmática clássica quanto uma política externa militar que prevê uma tentativa de influenciar na política doméstica de outra nação. Todavia, isso não quer dizer que não existiam interesses semelhantes entre as elites políticas e militares da região do Cone Sul.

¹²⁰ PENNA FILHO. *Idem.*, 2008.

¹²¹ PENNA FILHO. *Op. Cit.*, 2009.

¹²² BR AN, BSB IE, 09.1, p. 6/101.

Entretanto, esse alinhamento não pode ser tomado como algo automático e que não possui as suas nuances vinculadas aos interesses conflitantes desses Estados.

O próprio Penna Filho atenta para a influência brasileira na desestabilização do governo uruguaio e no auxílio para a deposição do governo socialista de Salvador Allende no Chile, que foi realizado no período do governo Médici.¹²³ Por isso, percebe-se a contínua preocupação com a expansão do comunismo tanto pela reiterada manutenção de uma política de perseguição as esquerdas do período, principalmente os grupos revolucionários de cada país. No Uruguai, principalmente os Tupamaros ou *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN), na Argentina o Exército Revolucionário Popular (ERP) e no Chile o *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), que possuíam inspirações doutrinárias diferentes, mas estavam em busca da modificação do sistema político capitalista. O combate a esses governos estava alinhado tanto à manutenção dos valores ocidentais do sistema capitalista como aos interesses econômicos e geopolíticos mais imediatos do Brasil no controle da sua área de influência regional.

Esse talvez seja o foco de cooperação entre os regimes ditatoriais que foram impostos entre os anos de 1960 e 1970. E, por conseguinte, as agências de informações realizaram ações conjuntas para lidar com a questão da subversão, sendo assim, possuíam uma aproximação e aliança para manutenção do sistema político, mas no âmbito da política externa ainda atuavam como concorrentes no sentido de tornar-se uma potência, especialmente o Brasil e a Argentina que se envolveram em algumas disputas com a própria construção de Itaipu.

Parece importante fazer menção às Reuniões dos Órgãos responsáveis pela Produção de Informações Externas. Ananda Simões salienta que esse órgão teria periodicidade quinzenal e que, na reunião realizada em 20 de setembro de 1977, estiveram presentes os representantes dos órgãos, sendo eles: Sub-chefia de Informações do Estado-Maior da Armada, 2º Seção do Estado-Maior do Exército, CIEx/MRE, representado por Octávio José de Almeida Goulart, e a Agência Central do SNI. O foco central dessa reunião teria sido o conflito Peru *versus* Chile e a Política dos Estados Unidos em relação à América do Sul, assim como a expulsão de Leonel Brizola do Uruguai.¹²⁴

O Ministério das Relações Exteriores passou por uma depuração promovida pelo primeiro-Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, em que ele afirma que

¹²³ PENNA FILHO . *Op. Cit.*, 2009.

¹²⁴ FERNANDES. *Op. Cit.*, 2020.

teria realizado o processo de investigação contra o corpo diplomático para tentar blindar a casa de uma inquisição externa que poderia ser promovida pelos militares. Vasco Leitão afirmou que procurou evitar a caça às bruxas defendendo a instituição e o corpo diplomático, todavia, chegou um momento em que ele teve de realizar a comissão de investigação. Essa teve sua instauração da seguinte forma:

Organizei uma comissão de investigação e no Itamaraty, composta dos embaixadores Camilo de Oliveira diretor do Instituto Rio Branco, Dr. Temístocles Cavalcanti e do coronel Liberato da Cunha. depois fiz uma comissão pequena e incumbe o Edmundo Barbosa da Silva de sondar os terceiros secretários de ter algumas conversas ele é muito jeitoso muito mineiro conseguiu harmonizar os pequenos e não foi preciso fazer nada acho que os pequenos tinham suas simpatias pelo Jango e como o novo governo foi considerado reacionários, não levem eu gostado. mas não eram ativistas eram muito corretos. ¹²⁵

O resultado dessa primeira investigação, segundo Almeida¹²⁶, parece ter sido positiva para o corpo diplomático, pois ele afirma que a comissão ouviu dezenas de suspeitos, sendo a maioria jovens diplomatas, que foram amplamente absolvidos após as perguntas de praxe. Paulo Roberto Almeida ainda faz a alusão de alguns casos que resultaram na aposentadoria compulsória, sendo eles o do embaixador Rodrigues Houaiss, do cônsul Jatyr de Almeida Rodrigues e do embaixador em Roma Hugo Gouthier; todos eles teriam alguma motivação política por possuir relações com opositores do regime militar. Cabe salientar que Almeida relembra que no ano de 1953 durante o governo de Getúlio Vargas houve uma denúncia por parte de um diplomata, com a acusação de que os referidos, Amaury Banhos Porto de Oliveira, Augusto Cotrim Rodrigues Pereira, Jatyr Almeida Rodrigues e Antonio Houaiss, tinham simpatia perante o Partido Comunista e o bloco socialista.¹²⁷ Percebe-se que dois dos citados anteriormente não tiveram a mesma sorte de tempos passados e foram aposentados compulsoriamente no regime militar, Antonio Houaiss e Jatyr de Almeida.

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, existe uma referência a um documento secreto de 14 de julho de 1964 que faz menção ao embaixador Antonio Camillo de Oliveira, que presidia a Comissão de Investigações (CIS 64) e recebeu de diversas fontes diversas listas de indicações de funcionários que estariam comprometidos ideologicamente, sendo que tais documentos estariam nos arquivos do Ministério. Esse é justamente o caso relatado por Almeida, em que menciona os diplomatas Amaury Banhos Porto de Oliveira, João Cabral de

¹²⁵ CUNHA. *Op. Cit.*, 1994.

¹²⁶ ALMEIDA, *Op. Cit.*, 2008.

¹²⁷ MUNTEAL FILHO; FREIXO; FREITAS (Org.). *Op. Cit.*, 2008.

Melo Neto, que não aparece no relato de Almeida, e Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira. Ainda é relatado que outros temas fizeram parte dessa comissão, como o mal uso de recursos públicos, quebra de sigilo de informações, ameaça à segurança nacional, relações comerciais com países socialistas e questões vinculadas à concessão de passaportes. O resultado dessa averiguação foi a construção do entendimento que deveriam ser guardadas ressalvas perante esses colegas para a alocação em novos postos ou funções até o completo ajustamento à realidade da vida funcional.¹²⁸

Novas investidas contra o corpo diplomático ocorreram no período em que Magalhães Pinto era o chefe da pasta ministerial. Essa outra investigação se faz presente no relatório da CNV. Salientando o contexto de implementação do AI-5, José Magalhães emitiu um memorando secreto para o chefe do Departamento de Administração, Manoel Emílio Pereira Guilhon, para que fosse realizada uma nova Comissão de Investigação. Um fator diferenciado no primeiro é que além da preocupação com questões vinculadas ao anticomunismo, temos a presença da menção da observância de casos de “homossexualismo” expressas no memorando secreto de 15 de janeiro de 1969, com a justificativa que isso poderia comprometer o decoro e o bom nome da Casa.

A partir do decreto de portaria sem número, ocorreu a criação da CIS 69 e a designação de Antônio Cândido da Câmara Canto, Carlos Sette Gomes Pereira e Manoel Emílio Pereira Guilhon para a investigação aos seus colegas de Itamaraty. Esse relatório recomendou a aposentadoria de seis servidores administrativos que foram acusados de serem homossexuais. A comissão teve 26 dias para prover uma lista que colegas que seriam exonerados com base no AI-5, e, além de perseguir diplomatas que se alinhavam a uma postura política de esquerda, houve algo curioso, sendo realizada a submissão de exames para comprovação de condutas homossexuais para dez diplomatas e dois servidores, e se propôs a aposentadoria de catorze funcionários alegando embriaguez e outros riscos à segurança nacional e posições políticas ideológicas consideradas subversivas. Ademais, persistiu uma vigilância aos atos que os diplomatas estavam executando. Percebemos isso quando em 1970 foi aberto um inquérito contra o segundo-secretário Octavio Guinle pelo então presidente da CIS 69, o embaixador Câmara Canto, por ordem do Presidente da República e do ministro de

¹²⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, 2014.

Estado para investigar a responsabilidade de Octavio na concessão de passaportes comuns a dois exilados brasileiros no Chile, sendo eles José Serra e Cândido da Costa Aragão.¹²⁹

Na administração de Mario Gibson Barbosa, que foi o ministro das relações exteriores do governo Costa e Silva, o próprio ministro afirma que:

Servi ao governo lealmente, mas gozei sempre de absoluta autonomia, não só no planejamento e execução da nossa política externa como nos menores atos administrativos, chegando o Presidente, no momento das promoções no Itamaraty (momento que sempre me desgostou e, mesmo, agoniou), a assinar decretos em branco para que eu os preenchesse com os nomes dos que eu julgasse merecedores.¹³⁰

Parece que as principais investigações foram realizadas dentro das duas primeiras gestões do Itamaraty. É possível que ainda existissem investigações menos amplas para conter alguns desvios, mas parece que as principais devassas ocorreram na administração de Vasco Leitão da Cunha e de José de Magalhães Pinto.

Sobre as atribuições dos serviços de informações e segurança, Almeida concorda que o Ministério das Relações Exteriores cooperou com o regime militar, relativizando em relação ao grau de participação quando fala sobre os funcionários destinados às funções de informações, sendo elas tanto no CIEX ou nas Divisões de Segurança Interna:

Estima-se que os funcionários do Itamaraty designados para essas funções a pedido do ministro – obviamente com o “clearing” e a concordância do sistema de informações e segurança do regime – tenham desempenhado os encargos com certa dose de repugnância pela natureza da “missão”, embora possa ter havido os que trabalharam sem constrangimentos, seja por identidade ideológica com o governo, seja por oportunismo funcional.¹³¹

O Itamaraty seguiu a linha da política externa alinhada aos princípios dos Interesses Nacionais, da inserção do Brasil como potência no cenário internacional e da defesa da imagem do Brasil no exterior. Ponto importante para blindar a percepção do país perante o resto da comunidade internacional, pois o país recebeu diversas acusações de violação de Direitos Humanos nos órgãos internacionais, principalmente nas Nações Unidas.

Logo nos anos iniciais da Ditadura, temos o exemplo das acusações promovidas pelo *Congresso Permanente de Unidad Sindical de los Trabajadores de América Latina* (CPUSTAL) do Chile, que foi respondido no sentido que a “revolução” promovida pelos

¹²⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, 2014.

¹³⁰ BARBOZA, M. G. *Na Diplomacia, todo o traço da vida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

¹³¹ ALMEIDA. *Op. Cit.*, 2008.

militares estava justamente buscando garantir a liberdade e a expansão do movimento sindical que, por sua vez, esteve sob ameaça de um pequeno grupo totalitário de agentes subversivos, que teriam tomado controle dos sindicatos por meio da influência exercida sob as chefias administrativas dos sindicatos. Fazia-se alusão a um aparelhamento do Ministério do Trabalho que se utilizava dos recursos da Previdência Social para financiar a subversão sistemática das instituições do país. Ainda, reforçava-se que a massa de trabalhadores não era representada nos sindicatos, uma vez que não eram realizadas eleições livres para os cargos das chefias.

Para além dessa acusação na ONU, temos o Caso 1.683 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão pertencente à Organização dos Estados Americanos. Nesse caso, foi realizada a denúncia de uma detenção arbitrária, tortura e morte de Olavo Hansen, uma liderança dos trabalhadores da industrial têxtil de São Paulo. O presidente e o diretor executivo da CIDH solicitaram em 17 de julho de 1970 as informações relativas a esse caso para que fossem levadas ao conhecimento da instituição, e o então Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barboza foi notificado e comunicado de que o professor Durward V. Sandifer seria o relator do caso. Para isso, foi solicitada a permissão para o ingresso no território brasileiro a fim de que fosse possível a coleta dos dados necessários para a elaboração do relatório.

O chanceler Gibson Barboza salientou que coadunava com os preceitos dos Direitos Humanos, porém pediu o adiamento da visita e ainda salientou que ela era inoportuna e não necessária, dizendo também que no Brasil não existiam casos de violação de Direitos Humanos, de modo que era incabível aquela investigação e intervenção vinda da CIDH.¹³² Em 1977, o Brasil foi eleito para uma cadeira vinculada à América Latina na Comissão de Direitos Humanos da ONU não com o objetivo promover a observância dos direitos, mas no sentido de proteger o governo e aparelhar essa comissão, mantendo aparências, e rejeitando acusações, descreditando e levantando suspeição às denúncias realizadas contra o Brasil.

Gibson Barboza atuou na tentativa de defender a imagem do governo militar nos fóruns internacionais. Ele ingressou no serviço diplomático em 1940 por meio do concurso de admissão à carreira diplomática e teve amplo acesso a uma ala do corpo diplomático que por vezes poderia ser malvista pelos militares, tendo como núcleo Raul Fernandes, Afonso Arinos de Mello Franco e Francisco Clementino de Santiago Dantas. Nas suas memórias, ele relata a inquietação que o perseguia por possuir contato com Santiago Dantas, o formulador da

¹³² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, 2014.

Política Externa Independente que era interpretada como uma Política Externa de esquerda e o que poderia acontecer com a sua carreira por ter essa associação a Dantas. Entretanto, conseguiu se desvincular dessa imagem e consolidar a sua carreira dentro do Itamaraty.

O Ministro das Relações Exteriores do governo Geisel (1974-1979), Azeredo da Silveira, em seu livro de memórias organizado por Matias Spektor, quando questionado sobre a situação do Itamaraty sob a administração Geisel, começa relatando sobre as mudanças ocorridas dentro do ministério e parece curiosa a seguinte frase “Rio Branco prestou um serviço enorme ao Brasil, sem dúvida, mas a política externa tem que estar sempre muito atualizada. Não faria o menor sentido se fizéssemos hoje o que Rio Branco fez”¹³³. Esse relato é substancialmente diferente da maioria dos relatos que os diplomatas costumam fazer, pois muitos reivindicam a figura de Rio Branco quando estão realizando alguma ação ou quando estão passando por algum problema que faz menção a algo que o grande chanceler realizou ou vivenciou, como por exemplo questões vinculadas às fronteiras.

Azeredo ainda abriu bases do CIEX na embaixada brasileira em Paris, salientando que esse órgão era diretamente subordinado a ele e que os diplomatas responsáveis deveriam propiciar a adequada cobertura de contatos indispensáveis e ao mesmo tempo preservar o sigilo e segurança operativa do serviço.¹³⁴ Suspeita-se que a razão para a criação da base do CIEX em Paris foi realizada para implantar uma vigilância nas atividades do então embaixador Delfim Netto, que possuía restrições dentro do círculo dos militares por possuir diversas relações no meio empresarial e ter pretensões políticas que não eram vistas como positivas dentro da cúpula de Ernesto Geisel.

No sentido da política externa associada à percepção da imagem do Brasil perante os outros países, podemos fazer menção aos esforços que Azeredo da Silveira realizou para eleger Dunshee de Abranches para a vaga no CIDH, alegando que o professor poderia tornar-se um elemento-chave para impedir a publicação de dossiês que pudessem ferir a imagem do país e que a ele seriam transmitidas as instruções de Geisel.¹³⁵

¹³³ SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

¹³⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, 2014.

¹³⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Op. Cit.*, 2014.

4 O CIEX E O MONITORAMENTO DOS GOVERNOS E MILITARES NO URUGUAI, ARGENTINA E CHILE

Neste capítulo iremos discutir as principais informações relativas aos acontecimentos dos Governos e dos Militares no Uruguai, Argentina e Chile. Percebendo a importância de eventos-chaves que ocorreram nesses países, assim como a relação que eles desenvolveram entre si, relacionando com os interesses geopolíticos do Brasil na região do Cone Sul.

No Uruguai temos como principais interesses para o Brasil o acompanhamento do comércio do Uruguai com o Leste Europeu e da crise política dos setores militares com os políticos tradicionais, onde o executivo muitas vezes recorre aos militares para tentar solucionar problemas com o poder legislativo. No caso dos militares uruguaios o foco passa a ser acompanhar as correntes ideológicas dentro das Forças Armadas e projetar quais teriam maior adesão a uma postura pró-Brasil.

Na Argentina a rival histórica do Brasil pelo controle da Bacia do Prata e do Cone Sul teremos o acompanhamento de questões econômicas com o leste-europeu, associações geopolíticas com a Bolívia e a forte atuação de Perón quando retorna à presidência em 1973 momento em que se lança em uma ofensiva diplomática em diversos países da América Latina. Os militares foram acompanhados no sentido de compreender a sua postura ideológica e podemos observar que eles tinham certos receios ao governo de Perón por acreditarem em uma infiltração comunista. Além disso foi acompanhado o entendimento que os militares tinham sobre como a instituição deveria se portar frente a aquela conjuntura.

No Chile temos algumas diferenças, pois o CIEX começa a investigar o governo de Eduardo Frei e traz algumas informações relativas a um descontentamento por parte de um setor político do esfriamento das relações com o Brasil, entretanto com a eleição de Allende o foco passa a ser o clima político naquele país. Tanto no sentido de legitimidade perante a população por conta do acompanhamento das eleições parlamentares e municipais, quanto por conta do apoio que o governo tinha das suas Forças Armadas. O monitoramento dos militares chilenos teve como principal foco a tentativa de compreender a adesão desses agentes ao governo e a possibilidade de instauração de um golpe no país.

4.1 O CIEX E O MONITORAMENTO DO GOVERNO DO URUGUAI: DAS RELAÇÕES COMERCIAIS A CRISE POLÍTICO INSTITUCIONAL

A política externa brasileira do primeiro governo militar é caracterizada por Bueno e Cervo através da expressão “um passo fora de cadência”. Nesse movimento, realizado pelo governo de Castello Branco (1964-1967), temos um alinhamento automático aos Estados Unidos da América e uma posição pró-Occidente. Com isso, houve um claro afastamento da Política Externa independente e alguns princípios que a regiam, como o nacionalismo, que serviu de base para a industrialização brasileira, de modo que a independência do Brasil nos fóruns internacionais deu lugar à já referida associação às posições estadunidenses. A realidade bipolar teve preponderância na atuação do Brasil durante o governo de Castello Branco.¹³⁶

Os informes disponibilizados pelo CIEX para a comunidade de informações nesse primeiro período estão de acordo com essa atuação da política externa brasileira. Nesse sentido, temos informes que tratam sobre a relação que o Uruguai mantinha com os países da cortina de ferro.

Em 09 de janeiro de 1968, apesar de o Brasil já vivenciar o governo Costa e Silva, temos um documento classificado como A-2 que dá conta da relação do Uruguai com a URSS. Nele é descrito um acordo que resultaria na concessão de abertura de crédito de vinte milhões de dólares para a aquisição pelo Uruguai de máquinas e equipamentos, com pagamento em 8 anos pelo país latino através de produtos uruguaios tradicionais como lã, carnes e couro ou manufaturados.¹³⁷ Por meio disso, podemos perceber que o interesse em monitorar as relações comerciais entre o Uruguai e a União Soviética permanece. Em março do mesmo ano, temos um complemento sobre esse convênio comercial, em que se cita um impasse vinculado a uma cláusula que a delegação soviética tinha imposto. Ela congelava o valor do ouro dólar americano até o término do crédito outorgado, o prazo do acordo era de oito anos e mais um ano de prorrogação e, se o dólar sofresse uma desvalorização, o montante

¹³⁶ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 2015.

¹³⁷ BR AN, BSB IE.03.1, p. 8/71.

seria pago com o valor ouro anterior à desvalorização. Por conta disso, os soviéticos estariam obrigando os uruguaios a pagarem uma soma superior ao montante da operação.

Os negociadores uruguaios teriam proposto a elevação da taxa de juros em 1% e, assim sendo, os juros seriam de 4% para equipamentos consignados com o governo e de 4,5% para equipamentos para a indústria privada. Porém, essa proposição não teria sido aceita pelos soviéticos.¹³⁸

Apesar das discordâncias, o documento do CIEX afirma que a imprensa soviética teria noticiado que o acordo em Montevideu teria sido encerrado e as partes haveriam rubricado

uma autorização para o envio das máquinas e equipamentos soviéticos, que estipulava a recíproca concessão do regime de nação mais favorecida. Esse acordo previa o envio de maquinário no valor de vinte milhões de dólares, pagáveis no prazo de oito anos. O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Hector Luisi, assinalou que o acordo era um passo à frente no desenvolvimento das relações uruguaio-soviéticas.

A Hungria foi outro país que esteve em negociações com Uruguai em 1968 e o CIEIX informou o fato a diversos membros da comunidade de informações como o SNI, CIE, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMAer, CENIMAR, 2ª Sec/EMA com avaliação de B-2. Nesse informe, temos os relatos da discussão das autoridades uruguaias para estabelecer um convênio bilateral pelo qual a Hungria exportaria material ferroviário para o Uruguai e, possivelmente, maquinarias agrícolas. Ainda é salientado que os importadores uruguaios não ofereceriam resistência, pois esse tipo de importação não poderia depender apenas de um bloco de países tendo como referência os países da Comunidade Britânica.¹³⁹

O governo Costa de Silva (1967-1969) reformulou as diretrizes da política externa no que foi considerada inviável a aplicação das fronteiras ideológicas, do desenvolvimento dependente, da missão subimperial e das relações especiais com os EUA. Para Clodoaldo Bueno e Amado Cervo¹⁴⁰, a política externa passou a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados para impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma na medida do possível. O nome dado para a política externa do governo Costa e Silva, desenvolvido por José Magalhães Pinto, foi “Diplomacia da Prosperidade”. Esta teria como objetivos reformular as bases de comércio internacional e a ampliar as pautas e mercados para a exportação brasileira, aquisição via cooperação internacional de tecnologia necessária para a

¹³⁸ BR AN, BSB IE.03.3, p. 32/90.

¹³⁹ BR AN, BSB IE.03.5, p. 1/81.

¹⁴⁰ CERVO; BUENO. *Op. Cit.*, 2015.

independência econômica, aumento de fluxos financeiros para empréstimos e investimentos de origem mais diversificada e melhores condições de pagamento ou em igualdade de tratamento com o capital nacional.¹⁴¹

No dia 29 de maio de 1968, o CIEX remeteu à comunidade de informações um dossiê que analisava a conjuntura política do Uruguai. As primeiras linhas da documentação trazem a seguinte informação:

Desde os primeiros dias de MAI/68 a situação política interna no Uruguai assumiu aspectos críticos que merecem apreciação especial por parte das autoridades brasileiras. O exame de situação feito a seguir visa a fornecer à comunidade de informações os dados mais recentes e sugerir as possíveis linhas de desenvolvimento da atual situação política naquele país.¹⁴²

A crise do governo uruguaio teria origem na censura promovida pelo Congresso ao Ministro das Relações Exteriores, Hector Luisi. Esse ato teria promovido uma crise ministerial que levou o presidente Pacheco Areco a constituir um novo ministério pois teria sido apresentada a renúncia coletiva do seu gabinete.

A nova composição ministerial teria grande importância para o CIEX no sentido da análise da conjuntura política uruguaia. O presidente haveria feito suas escolhas segundo critérios pessoais, enquanto os ministros escolhidos não teriam apoio parlamentar próprio. Nesse sentido, o presidente Pacheco Areco estaria mais focado em indicar membros das facções coloradas, mas é levantada a hipótese de que fosse possível convidar membros do *Partido Blanco* no futuro para compor o governo. Isso se dá por conta da dificuldade da atuação no parlamento, visto que os *blancos* estariam travando a ação do Executivo.

Diferentemente do que o CIEX pensava, o presidente Pacheco Areco não teria buscado uma aliança com Jorge Battle y Ibañes, que tinha a liderança do grupo dos *Colorados*. Ele teria fundamentado seu governo na autoridade e prestígio do cargo que ocupa.

A crise política que o Uruguai vivia teria a contribuição dos grupos de esquerda, especialmente do Partido Comunista Uruguaio, que promovia agitações e chamava os trabalhadores a realizarem greves. Isso haveria preocupado os conservadores e os militares uruguaio, porém é salientado que o perigo comunista parece ser antes um pretexto do que a razão verdadeira; esta residiria efetivamente na perene disputa de poder entre *Blancos* e *Colorados*. Essa dupla ameaça por parte dos movimentos de esquerda e pela luta pelo poder entre os partidos tradicionais estavam em jogo no momento do informe descrito pelo CIEX.

¹⁴¹ CERVO; BUENO. *Op. Cit.*, 2015.

¹⁴² BR AN, BSB IE,03.5, p. 73/81.

Isso foi caso de reunião do presidente com os Inspetores Gerais do Exército, da Aeronáutica e da Marinha. Respectivamente, eles manifestaram que não viam uma solução normal para a crise uruguaia, ainda mais se continuasse a existir uma minoria parlamentar por parte do governo. Os militares das três armadas teriam prestado solidariedade a Areco em qualquer circunstância.

No dia 1 de maio de 1968 Pacheco Areco teria se encontrado novamente com o General Borba e aconselhou o presidente a adotar a dissolução do Congresso, convocação de eleições parlamentares para 180 dias e atos de força contra corruptos e comunistas, caso a crise político-institucional se agravasse. O mesmo General haveria se encontrado com o embaixador do Brasil em Montevideú para transmitir o teor dos encontros com Pacheco Areco e teve contato semelhante com a Embaixada dos EUA. Esse movimento parece importante para notar a relevância do Brasil como a Potência Hegemônica regional, ainda mais quando ela recebe um tratamento semelhante a potência global que é os EUA.

O analista de informações do CIEX faz algumas observações acerca do processo político e dos conselhos dados pelo General Borba a Pacheco Areco. Nele é enfatizado que não seria a primeira vez que os chefes militares teriam proposto ao chefe do executivo um golpe de força. É exemplificado através do caso de 1965, quando foi proposto ao Presidente do Conselho Washington Beltran dissolver o congresso e pôr termo ao sistema parlamentar substituindo-o por presidencialismo forte. Entretanto, com tudo posto, o analista tem a ideia de que era remota a possibilidade de uma resolução extralegal para a crise política que passava o executivo uruguaio. Mesmo o uso das medidas de segurança seria esvaziado pela falta de oposição das esquerdas ortodoxas. Portanto, se ele realizasse essa atitude a reação do PCU seria suspender as greves e isso resultaria no desgaste do próprio governo de Areco.¹⁴³

Ainda acompanhando a crise institucional do governo de Pacheco Areco em 1971, temos um informe de nível C-3 enviado ao SNI, CIE, CENIMAR, CISA, 2ª Sec /EME e 2ª Sec/EMAER sobre a suposta preparação de um golpe de Estado.

O presidente Pacheco Areco teria pedido auxílio aos generais Cesar Borba e Antonio Francese para implementar um golpe que tinha como finalidade conter a situação da subversão no Uruguai, porém ambos teriam mantido a sua postura legalista e haveriam afirmado que a tradição militar uruguaia sempre teria sido apolítica. Por conta disso Pacheco Areco haveria retirado os dois militares dos postos ministeriais que estavam ocupando, sendo

¹⁴³ BR AN, BSB IE .03.5, p. 73/81.

eles respectivamente o de Ministro da Defesa e do Interior, para colocar civis que não seriam contrários ao golpe.

A situação dentro dos quartéis é descrita como precária, até mesmo com falta de verba para prover alimentação para as tropas aquarteladas em Montevideu. Os comandos estariam liberando os sargentos, cabos e soldados para abandonar os quartéis com a finalidade de alimentar-se. Isso poderia ser uma estratégia do governo para debilitar o exército. Os Tupamaros teriam acesso a essa informação por conta do filho do Coronel Asaim Rinaldi que era membro do MLN.

As atividades da embaixada da URSS em Montevideu foram objeto de crítica por parte do presidente do Uruguai pois elas demonstrariam perigo para o ambiente social vivenciado naquele momento. Ele teria afirmado que somente um golpe poderia remediar a situação. Por fim ele teria criticado os embaixadores da Argentina e Brasil.¹⁴⁴

O informe de 25 de julho de 1972 de classificação A-2 remetido ao SNI tem como foco a relação dos intendentos departamentais eleitos em novembro de 1971 no Uruguai. O quadro relatado é de que apenas os departamentos de Artigas, Canelone, Maldonado, Paissandu e Montevideu teriam sido ocupados por representantes do Partido Colorado, enquanto os outros quatorze foram ocupados por representantes do Partido Nacional.¹⁴⁵

Em 7 de julho de 1970, o CIEX remeteu um informe especificamente ao SNI que tinha como foco analisar os serviços de informações do Uruguai. Nele temos uma descrição minuciosa sobre os dois principais órgãos de informações que estavam atuando no país. O primeiro era o *Servicio de Inteligencia Militar* (SIM) e o segundo a *Dirección de Información e Inteligencia* (DII).

O SIM é subordinado diretamente ao Gabinete do Ministro da Defesa. O posto de chefe do serviço era designado a um oficial do exército que tivesse a patente de Coronel, contando seções de cada uma das três forças. A análise do CIEX explica a estrutura do órgão que teria seções de análise, planejamento, arquivo e operações. Todavia, é levantada a questão de que a capacidade efetiva do serviço é limitada, ainda mais em nível operacional.

A DII era um órgão vinculado à polícia civil, diretamente subordinada ao subchefe de polícia. O diretor da DII é funcionário de quadros ordinários da polícia no nível de comissário ou oficial inspetor. O cargo de Chefe de Polícia era tradicionalmente exercido por um oficial da ativa, geralmente Coronel do Exército.

¹⁴⁴ BR AN, BSB IE.06.5, p. 76/85.

¹⁴⁵ BR AN, BSB IE.08.7, p. 42/65.

O *Departamento de Información* teria as funções de análise e planejamento, já ao departamento de *inteligencia y enlace* caberia a coleta de informes e a ligação com os demais órgãos policiais. A ligação com o SIM e serviços de informações aliados poderia ser feita através deste departamento.

O CIEIX faz uma avaliação do sistema de informações existente no Uruguai e tece diversas críticas, relatando que os serviços de informações seriam vulneráveis principalmente pela falta de recursos financeiros que coincide com o agravamento da tensão político-social experienciada naquele momento, com a ação das guerrilhas urbanas. Além disso, afirma-se que a concepção desses órgãos haveria se originado em um ambiente político-liberal de relativa prosperidade e paz social, por isso teriam se tornado defasados, por estarem presos aos moldes inapropriados para a nova situação de crise que o país estava experienciando. Essa perspectiva vai ao encontro dos manuais da ESG que pregava medidas antiliberais por conta do medo da expansão do comunismo.

As dificuldades financeiras são salientadas como um perigo, já que os profissionais dos serviços de informações poderiam acabar simpatizando com os movimentos sindicais. O chefe de *Departamento de Inteligencia y Enlace* teria realizado atividades de árbitro de futebol para complementar sua renda e dado uma entrevista que aludia às precárias condições econômicas da polícia.

O DII estaria recebendo auxílio da CIA. Esta teria considerável influência e até mesmo afirma-se que ela funcionava permanentemente dentro da própria chefatura de Polícia em Montevideu, por meio de um grupo de assessoria norte-americano. Por outro lado, vários funcionários da polícia uruguaia receberiam anualmente bolsas de estudo nos EUA. Adicionalmente, atenta-se também à infiltração de elementos de esquerda dentro da polícia uruguaia por conta da apreensão de grupos guerrilheiros de material próprio para a confecção de carteiras de identidade que são originalmente da polícia.

Os últimos obstáculos levantados para as atividades de informações dos serviços uruguaiois seriam o uso sistemático do direito processual uruguaio, excessivamente limitante na liberdade da ação policial e com abusiva liberdade de imprensa, que estaria comprometendo as operações, além de fomentar uma imagem negativa para as questões internas do instituto policial.¹⁴⁶

Em documento de 13/08/1970, o CIEIX reportou ao SNI CIE e 2ª Sec/EME um informe que tratava sobre a designação de novo embaixador da Argentina no Uruguai, sendo

¹⁴⁶ BR AN, BSB IE.05.5, p. 16/105.

ele Luiz Santiago Sanz. O governo uruguaio teria concedido o *Agreement* para a designação de Santiago Sanz como novo embaixador da Argentina em Montevidéu.

Nesse informe, temos alguns dados sobre Luis Santiago Sanz, que estava ocupando o posto de embaixador na Bélgica. Ele era Doutor em Jurisprudência, ingressando no serviço exterior argentino em 1955, tendo passado pelo cargo de Diretor da Divisão da América do Sul, Diretor de Política, Chefe da Delegação Especial negociadora de limites com o Uruguai e representante titular na XIV Assembleia Geral da ONU. Ele ainda estaria lecionando cursos de História Econômica e Social em diversas universidades argentinas e Política Internacional na Escola Nacional de Guerra entre 1955-1960. Por fim, e particularmente importante, afirmase que ele, apesar de possuir melhores relações com muitos diplomatas brasileiros, não era considerado como muito chegado ao Brasil.¹⁴⁷ Portanto, a sua atuação poderia vir a ser uma preocupação para os interesses do Brasil no Uruguai, especialmente no sentido de competir pela hegemonia da Bacia do Prata. Desse modo, a sua atuação poderia se enquadrar em uma perspectiva de disputar para posicionar o Uruguai na órbita de influência da Argentina.

Em 1973, a eleição no Uruguai teve como consequência a ascensão de Juan Maria Bordaberry à cadeira da Presidência da República, o que causou um certo alívio para o Brasil por conta da derrota da Frente Ampla uruguaia que tinha como candidato o General Líber Seregni. Sua candidatura causava um temor tanto ao Brasil quanto os Estados Unidos, por conta da possibilidade de existir um governo de esquerda no Uruguai, nos moldes do de Salvador Allende no Chile. Entretanto, as disputas e inquietações do cenário político no Uruguai foram mantidas e o CIEX passou a relatar os problemas que estavam ocorrendo no governo uruguaio.

O primeiro informe repassado para a comunidade de informações foi sobre o ataque que os setores políticos de esquerda realizaram contra Bordaberry. Ele foi classificado como C-3 e distribuído para o SNI CIE, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMAER, CENIMAR, 2ª Sec/EMA e CISA, e nele foi salientado que os militares teriam sido poupados, pois era uma estratégia de estimular a divisão entre governo e militares.¹⁴⁸

O presidente Bordaberry, de acordo com Villalobos¹⁴⁹, teria uma posição favorável à ditadura brasileira, admirava a sua estrutura e naquele momento o Brasil vivia o seu milagre

¹⁴⁷ BR AN, BSB IE.05.5, p. 1/26

¹⁴⁸ BR AN, BSB IE.10.7, p. 7/20.

¹⁴⁹ VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguai: 1968-1985*. 2003. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

econômico. Entretanto, o informe de 4 de setembro de 1973 passa uma ideia de que realmente existia uma animosidade entre um grupo de militares e o presidente. Isso teria acontecido pois o ministro Benito Madero da Agricultura teria sido mantido no cargo, e o outro motivo era a insistência de Bordaberry em marcar eleições, quando esses militares pretendiam que uma junta militar assumisse o poder em 1976. Faz-se uma análise que caso ocorressem novos desentendimentos como em fevereiro, seria possível a substituição imediata de Bordaberry por uma junta militar.¹⁵⁰

Segundo Villalobos¹⁵¹, os militares uruguaios ganhavam cada vez mais terreno dentro do governo de Bordaberry, causando uma preocupação inclusive na direita. O grupo político do presidente teria publicado um documento pedindo a volta dos militares aos quartéis, porém com resultado negativo, com o clima político ficando cada vez mais insustentável.

O CIEX, em 28 de novembro de 1973, informou à comunidade de informações sobre o ambiente político uruguaio e a relação do governo com os militares. Nesse caso, percebe-se um claro descontentamento por parte de um grupo de militares que se reuniram no Clube Militar. O General Mario Aguerrondo teria comentado que as vacilações de Bordaberry e seu empenho em montar um Conselho de Estado com políticos ligados ao ex-presidente Pacheco Areco poderia custar-lhe o cargo de Presidente da República. Os militares da linha dura uruguaia estariam impacientes com seus atos.

Os líderes da linha dura seriam os generais Esteban Christi, Zubia e Vadora, que teriam apoio da maioria da oficialidade da Marinha e setores do Exército. Outro aspecto importante seria a articulação de Pacheco Areco para retornar “à la Perón” ao governo tentando utilizar-se de uma imagem populista, com intenções de conversar com o líder do Partido *blanco* Wilson Ferreira Aldunate, além de tentar se aproximar com alguns militares moderados, tentando criar uma espécie de unidade nacional. Essa ideia teria tração dentro do grupo do general Chiappe Posse.

Um terceiro grupo dentro do exército parecia existir na figura do general Gregório Alvarez, Secretário do Conselho de Segurança Nacional e Comandante das Forças Conjuntas. Não teria confiança dos simpatizantes da linha dura e não era simpático ao grupo de Chiappe Posse.¹⁵²

¹⁵⁰ BR AN, BSB IE.11.2, p. 3/127.

¹⁵¹ VILLALOBOS. *Op. Cit.*, 2003.

¹⁵¹ BR AN, BSB IE.11.2, p. 3/127.

¹⁵² BR AN, BSB IE.11.4, p. 95/109.

Em 1 de março de 1974, temos um documento importante que faz menção a uma reunião de políticos uruguaios em Paris. Nele, alguns políticos tradicionais dos dois partidos, Colorado e Blanco, estavam presentes, como o ex-presidente Pacheco Areco, o ex-senador Wilson Ferreira Aldunate, Payssé Reyes e Pinto Risso. Eles estariam unindo forças para tentar compreender as tendências dos militares, a fim de desenvolver uma estratégia para forçar uma abertura política. Pacheco Areco teria recebido uma carta de Bordaberry que sinalizava uma postura favorável do presidente à abertura política.¹⁵³

O acompanhamento do processo político uruguaio foi constante e em 13 de dezembro de 1974 o CIEX informou à comunidade de informações sobre a possibilidade da reeleição de Bordaberry. Esta estaria sendo alentada discretamente pela Embaixada dos EUA em Montevideú. Isso estaria sendo feito pelo embaixador Ernest Stracusa em conversas informais com políticos uruguaios.

O governo estadunidense preferiria um Uruguai liberal a um governo de força. Além disso, é citada uma conversa do embaixador dos EUA com o líder político Jorge Battle na casa do presidente da Coca Cola Uruguai que demonstra preocupação com os resultados das eleições no Brasil, onde houve a derrota do Partido situacionista. Ela constituiria um mau exemplo para o Uruguai. A reunião terminou com a conclusão de que Battle deveria buscar uma conciliação nacional, pois caso o país continuasse nas condições atuais o processo político uruguaio poderia desaguar em surpresas como as da Grécia e de Portugal, ou ainda no crescimento substancial da esquerda.¹⁵⁴

No informe seguinte é passada à comunidade de informações a postura do presidente Bordaberry que estaria estudando com seus assessores políticos a possibilidade de se empreender uma abertura política limitada no Uruguai, em diálogo com a ala direitista do Partido Demócrata-Cristão para articular essa abertura. O diálogo ainda estaria estendido a setores políticos ligados à Igreja e setores do Partido Nacional, em que o líder era Martin Etchegoyen. Ele teria afirmado que preferia um governo civil a um governo militar e, portanto, apoiaria Bordaberry.

O Exército não seria contrário ao continuísmo do atual presidente, pois alguns generais receavam que a apresentação de um candidato militar que não reunisse apoio de

¹⁵³ BR AN BSB IE.12.3, p. 12/123.

¹⁵⁴ BR AN, BSB IE.13.5, p. 52/78.

todos os comandos poderia dividir o exército, fato que o General Forteza qualifica como inconveniente para a unidade de critérios das Forças Armadas.¹⁵⁵

O impasse institucional foi acompanhado continuamente e no documento de 7 de fevereiro de 1975 temos sob o horizonte a realização de uma distensão política por parte do presidente Bordaberry que consistiria na exclusão dos partidos tracionais de eventuais eleições. O processo eleitoral poderia vir a ser direto ou indireto, e a escolha da forma iria fundamentar a base do governo, se na Igreja, no Exército, no Operariado, Empresariado, Agricultores e Intelectuais.

O ponto de partida seria a nomeação pelo próprio presidente de um novo conselho e este indicaria Bordaberry para promover a continuidade. Segundo consta através de Pacheco Seré, o exército teria aceitado por meio das suas lideranças a figura de Bordaberry como líder civil da chamada revolução uruguaia. Essa estratégia estaria condicionada a que Bordaberry concordasse em nomear um ministério misto de civis e militares.¹⁵⁶

Com o passar do desenrolar político, temos um informe de 11 de abril de 1975 sobre o atrito do presidente com os militares por conta das medidas econômicas realizadas pelo Ministro Alenjandro Vegh Villegas que teriam provocado uma alta de preços em todos os artigos de primeira necessidade. Os militares eram contrários aos argumentos do Ministro da Economia e Finanças, tendo como figura principal o general Gregório Alvares que era o mais crítico juntamente do general Abdon Raimundez, Vice-Presidente do Banco da República.

O presidente teria apoiado as medidas do seu Ministro e teria ainda confessado ao secretário da presidência que o único item que não tinha sofrido aumento de preço era o gado em pé, citando que “se os militares vão me botar para fora que não seja porque aumentei o preço do gado”.¹⁵⁷

O projeto da criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) foi pauta de informe por parte do CIEX na data de 17 de junho de 1975, e nele o foco é a resposta do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Juan Carlos Blanco, para o chanceler panamenho Juan Antonio Tack. O conteúdo demonstra que o Uruguai teria realizado um estudo sobre a criação desse órgão multilateral, porém com as escassas informações que tinha não se sentia capaz de se comprometer em dar o sinal positivo para a participação do Uruguai nesse projeto. Por esse motivo teria pedido um documento contendo o objetivo, as

¹⁵⁵ BR AN, BSB IE.13.5, p. 53/78.

¹⁵⁶ BR AN, BSB IE.14.2, p. 9/126.

¹⁵⁷ BR AN, BSB IE.14.4, p. 7/80.

características e o funcionamento projetado para a SELA. Logo que recebesse essas informações o chanceler uruguaio afirmou que no prazo de sessenta dias poderia marcar uma reunião de nível técnico para discutir e analisar o projeto.¹⁵⁸

A crise política vivida no Uruguai volta ao foco em 3 de julho de 1975 quando se têm informações relativas à reunião do presidente com seus conselheiros de Estado, Rodrigues Larreta e Alberto Demicheli, em que se afirma que seus esforços em realizar a distensão política estariam sendo inúteis. Ele via uma dificuldade em existir uma saída eleitoral no quadro constitucional atual, mas em nenhuma hipótese aceitaria continuar à frente do governo, depois de cumprir seu mandato atual. Isso seria por conta das contradições governo-militares e militares-militares que tendiam a se agudizar.¹⁵⁹

Entretanto, o cenário político uruguaio era de tal volatilidade que em documento de 16 de janeiro de 1976 temos a informação de que o presidente Juan Maria Bordaberry estaria preparando um *memorandum* dirigido à Junta de Comandantes em Chefe que responderia sobre a sua permanência à frente do Executivo quando expirasse seu período de governo. Nele, o presidente aceitaria continuar no governo por um novo período desde que fossem aceitas suas exigências de que setores militares não se envolvessem em determinados mecanismos de governo, além de pleitear “maior liberdade de ação.”¹⁶⁰

Em março temos um informe que está relacionado à preocupação da sucessão do cargo Executivo e nele levanta-se a hipótese de que caso Bordaberry desistisse de continuar à frente do governo por um novo mandato, existiria a tentativa de malabarismo constitucional para promover a candidatura do ministro Juan Carlos Blanco das Relações Exteriores e do prefeito de Montevideú, Oscar Rachetti, que continuam a articular-se.¹⁶¹

Apesar dessas conjecturas, o processo político uruguaio acabou levando Aparício Mendez à presidência do Uruguai. Nesse sentido, temos um informe do CIEX que trata sobre uma carta do presidente Geisel enviada para o presidente Mendez por meio do Embaixador do Brasil. Nessa ocasião ele teria afirmado que se identificava como um homem de fronteira e via com satisfação o estreitamento dos laços do Uruguai com o Brasil. O presidente haveria dito que possuía o apoio das Forças Armadas, sublinhando que nenhum civil poderia governar naquele momento sem aquele apoio. Entendia que o momento não era propício para a formulação de uma nova constituição, optando por editar atos institucionais que ofereceriam

¹⁵⁸ BR AN, BSB IE.14.6, p. 58/94.

¹⁵⁹ BR AN BSB IE.14.7, p. 15/67.

¹⁶⁰ BR AN, BSB IE.15.1, p. 8/24.

¹⁶¹ BR AN BSB, IE.15.3, p. 17/53.

soluções flexíveis capazes de propiciar o necessário reajustamento constitucional. Afirmou que a realidade política e econômica no âmbito internacional, tendo a subversão comunista no horizonte dos países sul-americanos, não deveria se prender a ideias ou regras que correspondiam a outra realidade.

Após isso ele passou a fazer uma análise do quadro político dos diversos países sul-americanos. E teria dito que somente dois países, o Brasil e o Uruguai, haviam enfrentado a situação adequadamente. O Chile teria deixado avançar demais a subversão e as Forças Armadas não haviam se preparado adequadamente para assumir as responsabilidades de Governo. A Argentina teria demorado excessivamente a tomar uma posição e deixara avançar demais as atividades subversivas. O Paraguai considerava um caso à parte, porquanto correspondia a mais um modelo antigo de caudilhismo pessoal e não à tomada consciente de responsabilidade por um grupo cívico-militar em que as pessoas podem suceder sem prejuízo para o sistema. E quanto ao Peru, disse que a revolução havia sido traída pelos elementos esquerdizantes e que só agora se verificara uma retomada de rumos. Não comentou sobre Bolívia e Equador, mas a seu ver, a Colômbia e a Venezuela terão ainda de tomar posições semelhantes às dos países do sul do Continente. O embaixador do Brasil em Montevideu por fim sinalizou que essa entrevista teria ocorrido com extrema cordialidade do presidente, com informalismo e simplicidade e se referiu espontaneamente aos diversos temas que ele relatou no informe. A audiência com o embaixador brasileiro teria sido a primeira concedida a um representante diplomático, acentuando que estaria sempre à disposição do mesmo e que o chamasse diretamente quando desejasse vê-lo.¹⁶²

Esse cenário passaria uma perspectiva positiva para o Brasil com a adoção de moldes institucionais semelhantes à ditadura brasileira. O Uruguai passaria uma imagem de estabilidade institucional que foi rara desde o início do monitoramento das ações relativas ao governo. Isso poderia dar maior segurança à política externa militar brasileira com relação a Montevideu.

O informe de 27 de janeiro de 1976 está de acordo com essa perspectiva. Nele é apontado que desde o afastamento de Bordaberry e a passagem do governo a Aparício Mendez, com um breve período de interinato por Demicheli, as Forças Armadas passaram a ter uma participação mais direta no Governo.

Em documento do CIEX de 06 de maio de 1977, classificado como C-3 e direcionado ao SNI, CIE, 2ª Sec./EMAER, CENIMAR, 2ª Sec/EMA e CISA temos um informe relativo ao

¹⁶² BR AN, BSB IE.15.9, p. 1/40.

Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Alejandro Rovira. Nele, é realizada uma avaliação positiva da posição dos militares em relação ao ministro. O chanceler uruguaio estaria auxiliando tanto em questões de política interna e externa, e sendo cotado pela Junta Militar como uma possível indicação a candidato à presidência da república, dentro de um contexto de reformas políticas. Rovira poderia ter apoio do *Partido Colorado* pelo qual foi eleito deputado, e do Partido Nacional. Importante salientar que o documento faz uma projeção sobre as ações da embaixada argentina que teria se aproximado do atual chanceler uruguaio. O embaixador argentino, Guillermo de La Plaza, considera que Rovira se sente mais inclinado pela Argentina do que pelo Brasil.¹⁶³

Apesar de um certo período de estabilidade entre o executivo e as Forças Armadas uruguaias, novos conflitos emergiram por conta da atuação do presidente Aparício Mendez, principalmente pelo teor de alguns de seus pronunciamentos públicos. A atual situação do cenário político seria de uma divisão entre duas correntes, uma que desejava a substituição de Mendez por uma Junta de Governo composta por um Presidente, um representante de cada um dos Partidos tradicionais, um General, um Almirante. A outra corrente, considerada de “linha dura”, desejava a substituição do presidente, mas com a manutenção da mesma estrutura de governo. O líder da linha dura era o Ministro das Relações Exteriores, que tinha apoio da maioria dos oficiais com comando de tropas. Eles desejariam a substituição do presidente Aparicio Mendez, sendo os nomes cogitados os do Embaixador do Uruguai na Guatemala, Oswaldo Soriano, e do Conselheiro de Estado Hamlet Reyes.¹⁶⁴

4.2 O CIEX E O MONITORAMENTO DO GOVERNO DA ARGENTINA: DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM O LESTE EUROPEU A OFENSIVA DIPLOMÁTICA DE PERÓN

As relações do Brasil com a Argentina no período das Ditaduras de Segurança Nacional são marcadas por movimentos de aproximação que estão relacionados principalmente a uma postura ideológica de manutenção do sistema capitalista e de tensionamento em relação à atuação na região da Bacia do Prata, que tinha valor geopolítico para consolidar uma posição hegemônica naquele território, especialmente depois da criação do Sistema da Bacia do Prata.

¹⁶³ BR AN, BSB IE.16.5, p. 11/37.

¹⁶⁴ BR AN, BSB IE.16.8, p. 5/19.

Sobre isso, Moniz Bandeira¹⁶⁵ afirma que o sistema tinha como princípio vincular os países da região em um esforço que objetivava promover uma integração física e organizar o aproveitamento dos recursos naturais. Esta proposta teria sido criada no governo do presidente Arturo Illia (1963-1966) que pouco antes de ser deposto convidou o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. O Brasil teria aceitado o convite pois os outros países tinham aderido ao sistema e não convinha adotar uma postura isolacionista.

O primeiro documento sobre a atuação do governo argentino é de 1966 e tem avaliação A-1, ele foi distribuído para o SNI, CENIMAR, 2ª Sec/EME, 2ª Sec/EMA, 2ª Sec/EMAER, 2ª Sec/EMFA, 2ª Sec/EMFA e GM-2/GabMAer. O informe trata especificamente sobre a política externa da Argentina em relação à interconexão de telecomunicações.

Em 1 de junho de 1965, o governo argentino ratificou os Acordos de Washington para o estabelecimento de um sistema comercial mundial de comunicações via satélite, o COMSAT. Nesse ato oficial, o Governo argentino determinou que a Secretaria de Estado teria exclusividade na prestação de serviços e exploração comercial do sistema em território argentino e em ligação com o exterior. Além disso a ela competiria promover acordos especiais com um ou mais países limítrofes bem como outros cuja proximidade geográfica o justificasse.¹⁶⁶

No dia 10 de outubro de 1966, teria sido realizada uma reunião entre as delegações argentina e boliviana com o objetivo de preparar um texto de convênio bilateral para a interconexão de suas redes de telecomunicações. A delegação argentina foi liderada pelo Coronel Dietrich e teve a participação do Diretor-Geral de Telecomunicações, Roberto Severini, representante da ENTEL e o Secretário do Ministro do Exterior, Saturnino Justo. Por outro lado, a delegação boliviana, chefiada por Guillermo Bilbao La Vieja, era composta por Hector Valdivia, Diretor de Radiocomunicações, e Richard Sousa, Assessor Técnico de Comunicações. Como resultado foi consignado em ata que as autoridades argentinas iriam prolongar até a linha fronteira, na região Yacuiba-Pocitos, os terminais do sistema de micro-ondas que parte de Buenos Aires para o norte. As autoridades bolivianas iriam construir um sistema de alta fidelidade desde La Paz até o mesmo ponto na fronteira, onde se efetuará a ligação com o sistema argentino.¹⁶⁷

Esse informe traz conjuntamente uma observação do remetente, sendo ela:

¹⁶⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁶⁶ BR AN, BSB IE.01.7, p. 68/121.

¹⁶⁷ BR AN, BSB IE.01.7, p. 69/121.

É importante assinalar que os entendimentos argentinos-bolivianos acima referidos se vêm inscrever no quadro da política argentina de restabelecer sua zona de influência na Bacia do Prata. As autoridades argentinas pretendem promover a interconexão de sistema de telecomunicações com o Paraguai e com o Uruguai, a exemplo do que estão ora realizando com a Bolívia. Um dos principais atrativos que as autoridades argentinas oferecem no momento é a instalação próxima de uma estação terrestre para o COMSAT em território argentino, possivelmente em Córdoba. É fácil compreender como o êxito de tal política poderá contribuir para dar à Argentina considerável superioridade no setor de telecomunicações com evidentes vantagens políticas e econômicas.¹⁶⁸

Os documentos do CIEX monitoraram constantemente as relações comerciais da Argentina com os países do leste-europeu, especificamente constam documentos sobre as relações comerciais com a Hungria, Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, URSS e Iugoslávia, desde 1968, quando se iniciam as relações comerciais com estes países, até 1974 quando se faz uma avaliação da cooperação técnica da Argentina com a Bulgária e a Romênia. As relações com Cuba também estiveram sob o crivo do CIEX. Os informes do ano de 1968 possuem como estrutura três tópicos: A- Situação, B- Comentário e C- Evolução provável.

As relações diplomáticas com a Hungria no âmbito da situação demonstram que as principais preocupações eram relativas à aproximação dos países do bloco comunista no âmbito econômico, projetando uma possibilidade de criar uma penetração ideológica. A Hungria é categorizada como uma fiel servidora das diretrizes de Moscou. E as ações de infiltração ideológica estão associadas à atuação cultural da embaixada através de filmes que eram exibidos tendo como público-alvo imigrantes e personalidades distintas da sociedade argentina. Outra preocupação é a atividade que ela promovia no meio dos sindicatos, tendo até levado sindicalistas argentinos a uma viagem para a Hungria.

No âmbito comercial é apontado que o principal produto é relativo a material ferroviário, de modo que a Argentina estava adquirindo locomotivas, trens e vagões para trens. A relação, além de comercial, envolvia a ida de técnicos para realizar a manutenção dos bens adquiridos. Ainda nesse sentido temos a preocupação por parte do analista de investigar esses agentes para tentar compreender se não existiam espiões no meio dos técnicos húngaros, porém ele afirma que nada poderia ser provado.

O comentário traz algumas percepções relativas à atuação cultural e comercial que são consideradas como notáveis dentro das atividades gerais da Embaixada. Elas estariam possibilitando o estabelecimento de contatos em diferentes círculos e locais, sendo assim

¹⁶⁸ BR AN, BSB IE.01.7, p. 70/121.

facilitariam a penetração ideológica. No sentido comercial, apesar dos esforços de aumentar o intercâmbio de mercadorias com a Argentina, eles não teriam dado o resultado esperado pelos húngaros.

A aproximação com os sindicatos é classificada como importante e a atuação dos técnicos é avaliada como preocupante por estarem em posições excelentes para a promoção de atividades de inteligência.

A evolução do cenário é interpretada de modo que não havia razões para que se intensificassem as atividades culturais. Não é projetado um incremento nas relações comerciais e as relações com os sindicatos são colocadas como algo que se repetiria. Importante é a projeção de que os argentinos passariam a substituir os técnicos húngaros, o que resultaria no desaparecimento do perigo que representava para a Segurança Nacional a presença de pessoas enviadas de um país comunista.

Esse documento era classificado através de uma nota do CIEX que proibia a transmissão desse informe para outros serviços de informações. As outras avaliações das relações diplomáticas com a Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia e URSS vão no mesmo sentido, tendo como principal preocupação a penetração ideológica através de ações culturais e os acordos comerciais bilaterais estabelecidos com esses países. Todos esses documentos levam a nota de que não deveriam ser repassados a outros serviços de informações.

A partir de 1973 temos diversos informes que estão vinculados ao estado de saúde do ex-presidente argentino Juan Domingos Perón. Algo que parece ser relevante, pois justamente na sua volta ao poder em 1973 é o momento em que a Argentina regressa ao cenário internacional e começa a estabelecer relações e projeção no âmbito internacional. Todos esses documentos levavam a nota de que os informes não deveriam ser difundidos a serviços de informações estrangeiros.

Moniz Bandeira¹⁶⁹ enfatiza justamente essa ofensiva diplomática de Perón que passou por Montevidéu, para assinar com Juan Maria Bordaberry o Tratado do Rio Prata e estaria sondando a possibilidade da criação de uma união aduaneira. O Brasil nesse sentido opôs-se à união aduaneira entre Uruguai e Argentina, com receio de que pudesse evoluir no futuro para uma união política. Bandeira ainda afirma que Ernesto Geisel (1974-1979) teria inclinações de intervir no Uruguai para impedir essa integração econômica e política com a Argentina,

¹⁶⁹ BANDEIRA. *Op. Cit.*, 2014.

ainda mais por conta dos conflitos entre o Brasil e a Argentina em torno da construção de Itaipu.

Um dos documentos relativos à política exterior da Argentina é de 04 de dezembro de 1973, em que se relata que o governo estava preparando uma ofensiva diplomática de grande envergadura. No espaço de trinta dias, o presidente Perón teria recebido o presidente da Bolívia, Hugo Banzer, e o General Omar Torrijos do Panamá, assim como tinha como a ideia de visitar o presidente do Uruguai Juan Maria Bordaberry e do Paraguai Alfredo Stroessner, tendo como ponto alto a aparição e um discurso na ONU em Nova Iorque, seguido de provavelmente um encontro com Nixon e Kissinger em Washington. Essa movimentação tinha como objetivo demonstrar ao mundo uma nova imagem da Argentina, inclusive faz-se alusão de que a imprensa local teria empregado a expressão “nova Argentina”, que pretendia assumir o papel de “condutora” de uma América Latina independente e unida. Após ter realizado uma aproximação com os países não alinhados do terceiro mundo criando um canal livre e desimpedido com os países árabes, os socialistas, os da África negra e os desengajados asiáticos, a estratégia diplomática de Perón visava solucionar, o mais breve possível, os problemas bilaterais com os seus vizinhos a fim de ficar habilitado a desempenhar a tarefa que, aparentemente, considera sua responsabilidade histórica: a unificação da América Latina, sob liderança da Argentina.¹⁷⁰

Ainda nesse mesmo informe, temos a perspectiva de que a estratégia argentina tem uma distinção entre “conflitos secundários” e “objetivos primordiais”, que é a unidade operativa latino-americana, cujo porta-voz em âmbito mundial seria a própria Argentina. O principal obstáculo seria a atividade internacional do Brasil, e tudo indica que “o esforço mais importante de Perón será o de evitar, a todo custo, que o conflito secundário com o Brasil se transformasse no fato principal. Essas informações teriam vindo do artigo assinado por Luís Horácio Vignolo no periódico *La Opinión* de 11 de novembro de 1973. Todavia não foi possível acessar o referido artigo na sua íntegra, portanto, foi levado em consideração o relato disponível na documentação referente ao informe.

A política externa argentina iria se desenvolver no sentido de promover uma abertura em relação ao Brasil não apenas por conta da substituição de Médici por Geisel, mas por conta da possibilidade e projeção de uma modificação da orientação política econômica do novo presidente do Brasil.

¹⁷⁰ BR AN, BSB IE.11.5, p. 2/89.

As mudanças estariam em consonância com as dificuldades que o Brasil encontraria para saldar seus compromissos devido à crise internacional do petróleo. Por conta disso, o raciocínio peronista era de que o Brasil reagiria imprimindo uma linha nacionalista na sua política econômica, criando condições para uma aproximação com os demais países progressistas do continente. O objetivo de Perón era justamente evitar um conflito com o Brasil para que pudesse se concentrar no projeto de unificação da América Latina. Isso acabou se materializando nas declarações do Secretário de Energia, Hermínio Sbara, que ao regressar da reunião da OLADE (*Organización Latinoamericana de Energía*), em Lima, afirmou que não haveria diferenças substanciais entre os dois países quanto ao aproveitamento hidrelétrico, e que estas poderiam ser resolvidas em nível técnico. Ainda nessa entrevista o Secretário teria dito que o projeto conjunto brasileiro-argentino para aproveitar o rio Uruguai estava encaminhado.

Outra informação vinculada a essa que foi uma das maiores disputas entre a Argentina e o Brasil nesse período é a fala do chanceler argentino que teria afirmado que:

o único problema que existe nas relações entre nossos países é o relativo à questão dos rios e, mesmo esse, poderia, ao contrário, tornar-se um traço de união entre dois países e ser ponto de partida para um grande movimento de cooperação entre todos os países da América do Sul.¹⁷¹

Teria afirmado, ainda, que mesmo que não fosse uma questão urgente, esse problema poderia cristalizar posições antagônicas caso não fosse resolvido com brevidade.

Os encontros com Banzer, Bordaberry e Stroessner são avaliados como movimentos táticos destinados a eliminar conflitos secundários e o convite a Torrijos visava consolidar de forma explícita uma aliança com um importante líder centro-americano ao qual Perón teria prometido apoio no tocante às pretensões panamenhas sobre o canal. Todavia, a visita de Banzer é salientada como um fator negativo, pois gerou queixas por parte do Chanceler boliviano que se sentiu pressionado pela obsessão que a Argentina teria de isolar o Brasil. Contudo, as relações com o Uruguai foram positivas com a efetuação do Tratado do Rio do Prata.¹⁷²

Essa nova política externa argentina tem seu momento de instabilidade justamente por conta do estado de saúde de Perón que voltou a piorar. Por ser uma política personalista,

¹⁷¹ BR, AN, BSB IE.11.5, p. 2/89.

¹⁷² BR AN, BSB IE.11.5, p. 5/89.

consecutivamente, as ações são diminuídas por causa do estado do presidente da Argentina. A documentação afirma que:

Baseadas nas concepções pessoais de PERÓN, programados seus lances capitais para serem por ele jogados e tendo a vida de seu inspirador como fiança, a grande ofensiva diplomática argentina fica assim indissolúvelmente ligada aos altos e baixos da saúde declinante de seu condutor.¹⁷³

Essa dependência da diplomacia argentina a Perón é avaliada como um grande vácuo existente por trás dele, e o que, no plano externo, representa apenas a descontinuidade da política exterior, no plano interno poderia assumir proporções consideravelmente mais graves.

A política interna da Argentina é avaliada e são feitas afirmações de que os problemas não foram resolvidos, eles teriam sido apenas colocados debaixo do tapete. Esses problemas seriam a divisão no peronismo, a atividade dos comunistas, a situação econômica do país e a confiança externa não ter sido restaurada. Porém, a opinião pública interna e internacional teria sido persuadida no sentido de que em um curto prazo a Argentina voltaria a ter uma posição de prestígio no cenário internacional. Isso refletiria, sobretudo, o êxito da campanha peronista e o alívio que se seguiu do caos dos períodos de Levingstone e Lanusse.¹⁷⁴

O quadro político é descrito como volátil, A recaída de Perón teria trazido ao país a dimensão da fragilidade de suas instituições e a lembrança das dissensões internas. Isso estaria acelerando a vida pública argentina na tentativa de criar instituições que resistiriam ao desaparecimento do presidente. Por conta disso, a avaliação é de que deveria se esperar uma Argentina febrilmente dinâmica, atuando em todos os foros, tentando consolidar o destino que acreditavam que a história reservava para o país.¹⁷⁵

Na possibilidade da falta do presidente, já estavam sendo articuladas ações para que a esposa de Perón, Maria Estela Martinez de Perón, substituísse ele na cadeira da Presidência da República. A sua prova de fogo teria sido a assinatura do tratado da hidrelétrica Yacyretá no Paraguai com o presidente Stroessner. Nessa ocasião, ela teria se saído bem. O ambiente político argentino tem no horizonte uma preocupação com a Argentina pós-Perón inclusive com a manifestação do Chefe de Segurança da Marinha, que em uma solenidade afirmou: “apesar da relativa calma que rodeia o país, estamos vivendo momentos excepcionais para a nação e o inimigo não descansa nas sombras, mas espera o momento para impor mediante a

¹⁷³ BR AN, BSB IE.11.5, p. 5/89.

¹⁷⁴ BR AN, BSB IE.11.5, p. 7/89.

¹⁷⁵ BR, AN, BSB IE.11.5, p. 8/89.

corrupção, crime, e violência um sistema de vida alheio ao argentino”¹⁷⁶. Essa declaração está claramente associada aos movimentos de esquerda comunistas na Argentina.

O informe termina afirmando que os próximos dias permitiriam perceber o desenvolver da recuperação de Perón, o qual deveria atuar intensamente no parlamento a fim de dar conta dos projetos de lei necessários para o governo, como retomar o contato com os político da “Hora del Pueblo” para forjar uma aliança mais firme e operativa, sancionar promoções nos postos militares, e encontrar uma fórmula salvadora para o já desacreditado pacto social. Por fim, deveria continuar a grande ofensiva diplomática interrompida por sua mais recente crise de saúde.¹⁷⁷

A atenção do CIEX voltou-se para as relações diplomáticas e comerciais da Argentina com os países da cortina de ferro em 1974 através de um informe que afirma o êxito da missão comercial enviada à União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, que tinha como objetivos político-econômicos a abertura pragmática e a busca por prestígio internacional para fortalecer o intercâmbio comercial do país, diversificando as fontes importadoras e exportadoras. Nesse movimento, a Bulgária teria enviado uma missão a Buenos Aires para se aproveitar da filosofia de “comércio com todos e respeito à pluralidade ideológica de cada um”. Isso gerou a intensificação das relações comerciais e a cooperação no campo industrial.¹⁷⁸

Nesse mesmo momento, há uma aproximação da Argentina com Cuba por meio da participação da exposição industrial realizada em Havana em julho de 1974. Isso teria feito a Argentina ocupar a posição de maior parceiro comercial de Cuba nas Américas. Essa aproximação é apontada pelo CIEX como um movimento pragmático, mas também político no sentido de que teria sido a maior exposição realizada pela Argentina no exterior. Houve a realização de acordos como o de vendas a Cuba no montante de cem milhões de dólares, o compromisso da Argentina em dar apoio tecnológico para a instalação de oitocentas indústrias, o compromisso do país sul-americano em comprar quatrocentas toneladas de níquel cubano, e o estudo de fornecer cítricos aos países do leste europeu.¹⁷⁹

Essas posições parecem ter desagradado o governo dos Estado Unidos da América. Isso é percebido através da entrevista do embaixador do Brasil em Buenos Aires com o embaixador Molina Sales, Diretor Geral de Política Exterior, que teria abordado, em

¹⁷⁶ BR AN, BSB IE.11.5, p. 9/89.

¹⁷⁷ BR AN, BSB IE.11.5, p. 12/89.

¹⁷⁸ BR AN, BSB IE.13.3, p. 7/84.

¹⁷⁹ BR AN, BSB IE.13.3, p. 4/84.

conversas com o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos, William Rogers, sobre a questão de Cuba e do SELA.

Sobre o SELA, o Diretor-Geral teria afirmado que busca uma posição semelhante à do Brasil, no sentido de levar em conta os princípios de solidariedade continental, porém sem criar um foro de confrontação com os EUA. O segundo assunto que dominou o encontro era relativo a Cuba e o embaixador argentino comunicou ao brasileiro que a estratégia processual para resolver o assunto na OEA era caracterizado como uma armadilha e o governo argentino continuaria empenhado em trazer Cuba ao diálogo, mas sob a condição de que se encontre solução de consenso que evite uma votação, pois seria desagradável para a Argentina participar de um pleito no qual os seus vizinhos assumiriam uma posição negativa, citando Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

A avaliação realizada vai no sentido de perceber uma mudança na posição argentina com relação ao problema de Cuba, cuja razão está vinculada à conjuntura crítica da política interna argentina, e ao mesmo tempo visa reincorporar Cuba ao sistema interamericano. O dilema da chancelaria argentina é que após defender essa ideia é difícil voltar atrás e recolocar o gênio para dentro da garrafa.¹⁸⁰

Em 10 setembro de 1975, a Argentina teria ido a Washington tendo como representante o Ministro da Economia. Ele assistiu a reunião do FMI e tinha como objetivo obter crédito por parte do governo estadunidense, porém essa parte da missão teria fracassado pois ele não foi capaz de apresentar as garantias financeiras de recuperação da economia argentina. O governo dos EUA só se disponibilizaria a ceder crédito por meio de um plano detalhado que tirasse todas as dúvidas da possibilidade de normalizar a situação econômica do país.¹⁸¹

No dia 7 de abril de 1979, temos um último informe importante para a atuação geopolítica brasileira relacionado à visita do Comandante do Exército da Venezuela. O general de divisão Arnaldo Castro Hurtado teria afirmado que a Argentina possui a responsabilidade de liderança continental sendo que sua fala literal foi: “Causa-me muita satisfação saudá-los em nome de todo o povo venezuelano e desejar-lhes que continuem como país líder da América Latina em seu desenvolvimento tanto cultural como material”. Ele foi adiante e sublinhou que a Venezuela acompanha o processo argentino e disse que era grande

¹⁸⁰ BR AN, BSB IE.14.3, p. 45/57.

¹⁸¹ BR AN, BSB IE.14.3, p. 25/43.

satisfação ver que a Argentina, o país da América Latina que foi, é e deve ser líder, segue em vias de progresso e tranquilidade.

A postura do general venezuelano levantou diversas dúvidas tais como: o que levaria Castro Hurtado a pronunciar essas definições tão comprometedoras? Representaria o ponto de vista pessoal? Responderia a uma estratégia nacional da Venezuela que busca no Prata um ponto de apoio para desenvolver uma política conjunta?

A suposição é de que as palavras teriam sido utilizadas mesmo com a meditação prévia e foram sido submetidas a instâncias superiores antes da viagem. Portanto, parece haver um movimento de aproximação entre a Venezuela e a Argentina. Os geopolíticos especializados em América Latina quase sem exceção apontavam para uma integração entre as nações de raízes hispânicas com a liderança da Argentina e Venezuela para equilibrar a presença expansionista do Brasil. A preocupação principal era vinculada ao General Golbery do Couto e Silva, especialmente o livro que ele publicou denominado *Geopolítica do Brasil*, salientando uma frase em específico:

As nações pequenas se vêem da noite para o dia reduzidas à condições de estados pigmeus e já se prevê seu melancólico fim. Sob os planos de inevitáveis integrações regionais, a equação do poder no mundo se reduz a um pequeno número de fatores e nela se percebem poucas constelações feudais- estados barões- rodeados de estados satélites e vassalos. Não há outra alternativa para nós se não os aceitar e aceitá-los conscientemente.¹⁸²

Por conta dessa perspectiva, é afirmado que na América Latina se enfrentam dois conceitos de integração: o da Argentina, uma integração entre iguais, na qual os estados nacionais mantêm sua soberania política e são sócios de uma empresa comum; e o do Brasil, que assume o critério de anexador das nações de menor peso relativo. Para a Argentina é válido o conceito que De Gaulle usava para definir a integração do velho mundo: “A Europa das Pátrias”.

Nesse sentido na “América Latina das Pátrias”, tem-se a esperança de sentimento de comunidade de destino na qual não se escraviza os direitos dos países menores e na qual, pelo contrário, se consolidaria uma mútua realização. Por isso, os venezuelanos teriam optado pela geopolítica argentina.

¹⁸²SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

4.3 O CIEX E O MONITORAMENTO DO GOVERNO NO CHILE: DA LEGITIMIDADE DO GOVERNO ALLENDE AO GOLPE MILITAR

O primeiro documento relativo ao monitoramento das ações do governo do Chile vai ao encontro da visita de Eduardo Frei (1964-1970) ao Brasil. Essa foi alvo de uma publicação em uma revista denominada *Revista de Política Economia e Cultura*, categorizada como de orientação de centro-direita, partidária da política norte-americana. O artigo da revista teria considerado a visita do presidente não apenas conveniente, mas necessária para os interesses da política internacional chilena, principalmente no sentido de recuperar as vinculações tradicionais com o Brasil que teriam sido deterioradas nos últimos anos, atribuindo a essa conduta um erro no âmbito interamericano e bilateral com o Brasil. Sua origem seria a atitude do governo chileno tolerando ou compartilhando de críticas realizadas pelo Partido da Democracia Cristã (PDC) contra a administração de Castello Branco, a acolhida de refugiados brasileiros ou políticos inimigos do governo brasileiro e até mesmo um incidente que levou à retirada do embaixador do Brasil no Chile.¹⁸³

Em nota, o documento leva o boletim nº2 do PDC de outubro de 1965 que declarou publicamente a sua posição contrária ao golpe de Estado que ocorreu no Brasil em 1964:

“a posição do PDC diante do novo golpe de Estado no Brasil”

- 1- Este novo golpe de Estado perpetrado pelo governo do Marechal Castello Branco não é senão a consequência do clima de violação dos direitos humanos fundamentais que impera no Brasil desde o golpe que derrubou o presidente constitucional João Goulart. Encarceraram-se políticos, dirigentes sindicais e até sacerdotes, cassaram os direitos políticos de destacadas personalidades, fecharam universidades e a última a sofrer esta sorte foi a Universidade de Brasília. Dentro deste clima, realizaram-se eleições adversas ao Governo. Agora se soma a anterior a dissolução dos partidos políticos e novas medidas repressivas;
- 2- O novo golpe demonstra, uma vez mais, até onde pode chegar a doutrina das fronteiras ideológicas e a distinção entre regimes militares “bons e maus”, doutrina que foi impugnada por todos os democratas do continente e até pelo próprio senado dos EUA;
- 3- O PDC condena, sem distinção, todos os golpes militares e toda violação dos direitos humanos fundamentais, seja qual for o signo sob o qual se perpetre, assim a subversão e a violência ao impedir a livre expressão da vontade no Brasil, o PDC assinala a inconveniência da participação do Chile na II Conferência Interamericana Extraordinária. Concorrer a tal reunião na situação política atual seria não levar em conta a experiência da X Conferência Interamericana de Caracas, sob a ditadura de Pérez Jimenes. O Chile deve abster-se de comparecer aquela Conferência e evitar prestigiá-la com sua presença de país livre e democrático.¹⁸⁴

¹⁸³ BR AN BSB IE.03.5, p. 77/81.

¹⁸⁴ BR AN, BSB IE.03.5, p. 81/81.

Nas vésperas das eleições presidenciais de 1970, o CIEX informou a comunidade de informações a probabilidade dos candidatos. Jorge Alessandri aparecia com 40% das intenções, seguidos de Radomiro Tomic e Salvador Allende. Nesse mesmo documento, há a menção de que Alessandri e Allende não aceitariam serem eleitos pelo Congresso caso chegassem em segundo lugar. O partido democrata naquele momento estava inclinado a votar em Tomic caso fosse segundo e Alessandri em caso de ser o primeiro.¹⁸⁵ Todavia, essa perspectiva se mostrou errada e Salvador Allende conseguiu a maioria simples e teve de passar pela aprovação do Congresso Nacional chileno. Com isso, os informes passaram a ter um cunho de maior preocupação com as questões de segurança ideológica.

Nesses informes temos um documento que faz menção à entrevista do primeiro-ministro da China Chou-En-Lai ao jornal mexicano Excelsior. Nele, ele relata sua visão sobre a situação política chilena e a posição do presidente Salvador Allende.

O primeiro-ministro chinês teria dito que a eleição de Allende foi através da maioria relativa e que o fator decisivo foi o PDC respeitar o resultado eleitoral somente por conta do assassinato do general René Schneider, que comoveu e irritou o povo chileno. Dito isso, ele teria afirmado que os militares chilenos poderiam sofrer influências externas e executar um golpe militar e que o governo Allende sendo democrático não poderia se consolidar no poder sem apoio das Forças Armadas. Nesse sentido, ele faz uma comparação com Fidel Castro que teria sido mais eficiente porque desarmou o Exército criando um poder militar identificado com as forças revolucionárias.¹⁸⁶

A comunidade de informações brasileira era comunicada sobre a situação política do governo Allende e a preocupação que o governo chileno tinha sobre as eleições parlamentares. Isso por conta das últimas eleições municipais de 1971, em que a Unidade Popular (UP) obteve apenas 50% dos municípios e viu isso diminuir para 49% nas eleições suplementares. Conjuntamente ao fato de ter sido eleito pelo parlamento por conta da vitória de maioria relativa, o governo tinha uma séria preocupação com a legitimidade e o apoio das massas ao projeto de rumo ao socialismo pela via democrática. Esse cuidado volta com as eleições parlamentares muito mais por conta dessa perspectiva de legitimidade do que de uma questão objetiva, pois um senador ou deputado a menos ou a mais não faria diferença no contexto do legislativo naquele momento.

¹⁸⁵ BR AN, BSB IE.05.6, p. 12/26.

¹⁸⁶ BR AN, BSB IE.07.2, p. 58/85.

O governo chileno acreditava que 40% dos eleitores estavam a seu favor, sendo eles a maioria de operários, camponeses, estudantes, intelectuais, funcionários de nível administrativo e parte da pequena burguesia. A preocupação girava em torno dos 10% voláteis compostos por parte da pequena e média burguesia que estariam indecisos diante de um Chile socialista ou um Chile burguês.

O CIEX informou a comunidade de informações assuntos relativos à política interna chilena associados às divisões internas do governo da Unidade Popular. Isso possibilitava ao governo brasileiro manter-se atento aos rumos que o ambiente político poderia tomar. E, assim, reagir tanto no sentido de implementar uma postura política ou contribuir no enfraquecimento do governo da UP para que ele acabasse sofrendo uma derrocada. Esses documentos eram todos seguidos da nota do CIEX de não compartilhar essas informações a um serviço estrangeiro.¹⁸⁷

Quando o presidente Allende foi ao exterior, ele teria acordado com o general Prats, Ministro do Interior, que qualquer acordo passaria pela revisão de todo o gabinete. De acordo com Prats, Allende teria dito que pretendia negociar um empréstimo imediato e um acordo comercial com a União Soviética.¹⁸⁸

O foco principal dos documentos em 1972 e 1973 é relativo às perspectivas eleitorais. Eles são utilizados para dar um panorama geral da legitimidade do governo Allende e o apoio popular que ele ainda detinha, assim como projetar o cenário de crise vivido no Chile e conjecturar as possíveis saídas do cenário político.

Em 28 de fevereiro, o reporte traz a perspectiva de que as forças políticas estariam perfeitamente equacionadas e a coligação governista deveria obter uma faixa de 39 a 45%, enquanto a oposição deveria conseguir 55 a 60% dos votos nas eleições parlamentares. Isso tenderia a intensificar os conflitos tanto entre a própria esquerda quanto a direita. Além disso, o governo minoritário de Allende teria muita dificuldade de completar a experiência socialista. Já o grupo de direita não conseguiu obter os 2/3 necessários para a realização do *impeachment* do presidente, o que representaria a impossibilidade de uma resolução por dentro das instituições.

Voltando ao governo, temos uma cisão por dentro da UP em que apenas o Partido Comunista Chileno (PCCh) parece apoiar Allende irrestritamente. Por isso, tanto a extrema-esquerda quanto a extrema-direita são avaliadas como agentes passíveis de realizar

¹⁸⁷ BR AN, BSB IE.09.,1, p. 1/101.

¹⁸⁸ BR AN, BSB IE.09.5, p. 22/46.

manifestações públicas e enfrentamentos nas ruas tanto da capital quanto do interior, com a esquerda tentando ampliar os poderes do governo e a direita tentando derrubar Allende.

O papel das Forças Armadas é salientando como importante fiel da balança, a qual teria uma atuação decisiva para resolver a incógnita da equação política que o Chile vivenciava. Elas estavam participando do governo chileno desde outubro de 1972 para tentar sanar as crises existentes e isso teria gerado críticas a Allende por parte dos seus aliados que acreditavam que as forças armadas seriam irremediavelmente conservadoras. O argumento de que eles garantiriam a efetuação das eleições parlamentares foi fundamental para consolidar a participação dos militares, porém com a passagem da eleição as críticas da participação das forças armadas no governo tenderiam a retornar.

Por mais que os militares tenham tentado manter-se em uma posição apolítica, apartidária, o informe parece defender que eles se comprometeram politicamente rompendo um padrão de comportamento eminentemente profissional, imparcial e isento. O caminho para o alinhamento ideológico estava aberto para a oficialidade das três armas. Porém, faz-se uma distinção da Armada chilena, que foi caracterizada como claramente de direita, e que grande parte da oficialidade não esconde o descontentamento com o governo Allende. Até aquele momento, o CIEX informou que se percebiam três correntes entre os oficiais: a primeira defenderia um autogolpe do governo, representada pelo general Urbina, general Brady, e general Pickering. A segunda corrente teria como linha a legalidade e seguiria a doutrina Schneider representada pelo general Prats, general Pinochet e General Sepulveda, eles defenderiam a manutenção e ampliação da presença de militares no governo, o que geraria uma tutela militar ao regime. A última corrente é contrária ao governo, e seus representantes eram o general Lagos, general Carrasco, general Arellano e o general Torres. O informe ainda conjectura a possibilidade da derrubada de Allende em um curto prazo.¹⁸⁹

No informe de 8 de março, que relata sobre os resultados das eleições, temos como confirmadas as previsões anunciadas na informação anterior. A UP obteve 43,5% dos votos, elegendo cinquenta e sete deputados e nove senadores, enquanto a oposição alcançou 54,5%, oitenta e três deputados e onze senadores. Por isso o cenário se manteve inalterado nas correlações de força, o que conservou o impasse institucional. Isso teria como resultado, conjuntamente com a crise econômica e financeira que o Chile vivenciava, uma intensificação da crise política nas semanas seguintes.¹⁹⁰

¹⁸⁹ BN, AN, BSB IE.10.2, p. 93/93.

¹⁹⁰ BR AN, BSB IE.10.3, p. 10/64.

Em maio temos um novo informe que trata sobre a situação política chilena em que se reforça a ideia da manutenção das forças desfavoráveis ao governo. A situação econômica, financeira e social estava agravada com a estagnação da produção que não cresceu desde 1972 e a inflação extremamente alta em 140% com escassez de produtos essenciais, prevendo uma crise de combustíveis, a partir das próximas semanas que coincidiria com o inverno chileno. O governo teria culpado a oposição e o imperialismo internacional e em mensagem ao Congresso, o presidente Allende teria levantado a necessidade uma nova constituição para defender-se do perigo fascista que rondava o governo, ou seja, um golpe de estado. Nesse contexto há o comentário de que faltariam apenas dois elementos para a intervenção militar no Chile: um líder e capacidade de decisão.¹⁹¹

Entre os asilados brasileiros no Chile, surgiram rumores sobre membros das Forças Armadas terem declarado a Allende que a única solução para a crise político-econômica chilena seria a designação de militares para os ministérios da Fazenda, Interior, Minas e Energia, Educação, Economia, Defesa Nacional e a Presidência da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO).

O Almirante Monteiro, Comandante em Chefe da Armada, teria sido o porta-voz em resposta a Allende. Declarou que consultaria a direção política da Unidade Popular e daria uma resposta após sua chegada em Buenos Aires em 27-28 de maio.¹⁹²

No informe de 13 de agosto, a avaliação do cenário político chilena é realizada pelo ex-presidente Eduardo Frei, que mantém uma preocupação quanto à crítica situação econômica e política que o Chile atravessava. E avalia que a mudança ministerial não surtiria efeitos, pois os militares não teriam poder para eliminar das suas respectivas pastas os elementos de esquerda que ocupam chefias logo abaixo do nível de ministro desde o início do governo Allende. Ele ainda declarou que a única solução para a crise chilena era a militar.¹⁹³

Em 11 de setembro de 1973, houve então a derrubada do governo Allende pelos militares chilenos, tendo como liderança Augusto Pinochet, que como mencionado anteriormente, tinha sido considerado um militar legalista, mas que mudou a sua posição e liderou o golpe de estado contra o governo da UP.

Após o golpe de estado no Chile, em 20 de setembro emitiu-se um longo informe que analisou todo o processo político ocorrido a partir da eleição de Salvador Allende, passando

¹⁹¹ BR AN, BSB IE.13.5, p. 362/375.

¹⁹² BR AN, BSB IE.10.5, p. 368/375.

¹⁹³ BR AN, BSB IE.11.1,p.45/61

pelas sucessivas crises institucionais, econômicas e sociais. Além disso, projetou-se a postura do novo governo chileno que é caracterizado como estritamente militar e nacionalista.¹⁹⁴

O nacionalismo é alvo de uma investigação mais precisa para tentar compreender qual molde o governo chileno parecia se inclinar. É afirmado que parecia ter influência do modelo brasileiro, tendo do ponto de vista ideológico na Junta Militar um pensamento de centro-direita inflexível ao marxismo em todas as suas manifestações. No Ministério das Relações Exteriores, quem ocupou o cargo foi o Contra-Almirante Isamel Huerta Diaz, que foi considerado um dos melhores nomes da Marinha, com sólida formação intelectual e se situa no campo da direita.

As linhas de ação da política externa foram examinadas, com uma avaliação das linhas com países comunistas, países da Europa Ocidental e Japão, Estados Unidos da América, Países do Pacto Andino, Argentina e Brasil. Nos interessa particularmente a avaliação das relações com a Argentina e com o Brasil sendo elas descritas da seguinte forma:

- a) Argentina- a extensa fronteira entre os dois países explica claramente a declaração do Chanceler Huerta de que é intenção da Junta intensificar as relações com seu vizinho. De parte do Governo argentino, em que pesem as incomodas características antiesquerdistas da Junta para o atual esquema político desenvolvido por Péron, é inevitável a busca de um relacionamento amistoso com Santiago, quando mais não fosse para diminuir o espectro, criado pelos próprios argentinos, de um cerco geopolítico liderado pelo Brasil. A eventual concentração de subversivos chilenos em território argentino, contudo, poderá tornar difícil a manutenção de tal clima nas relações entre os dois países.
- b) Brasil- A atitude do novo Governo em relação ao Governo brasileiro, primeiro a reconhecer formalmente a Junta Militar, é francamente amistosa e favorável. Em breve prazo as relações entre os dois países deverão retomar a tradicional linha de amizade e cooperação, interrompida com a ascensão do Governo marxista de Allende. Embora seja ainda cedo para a Junta conseguir elaborar um programa concreto para o intercâmbio com o Brasil, há fortes indicações de que se abrirão excelentes perspectivas para nossas relações bilaterais nesse campo.¹⁹⁵

Nesse sentido, temos um documento que trata sobre a Política Externa do novo governo em 24 de setembro de 1973. Primeiramente, ele não teria a intenção de romper as relações com todos os países comunistas, mas houve a ruptura com a Coreia do Norte e Cuba com a justificativa de que estes teriam se intrometido em assuntos internos do Chile, fomentando as guerrilhas com armamentos. Porém, em 21 de setembro de 1973, a URSS e a Alemanha Oriental romperam as relações diplomáticas com o Chile. Logo em seguida, no dia 22 de setembro, a Bulgária realizou o mesmo ato. A justificativa dada por esses países era a de

¹⁹⁴BR AN, BSB IE. 11.2, p.87/127

¹⁹⁵BR AN, BSB IE. 11.2, p.97/127

que eles não poderiam manter relações com uma Junta Militar que derrubou um governo constitucionalmente eleito e que oprimia o povo chileno.

O relacionamento com os Estados Unidos levantou preocupações por conta da política de distensão que o governo dos EUA estava tentando implementar através da política externa de Henry Kissinger, por isso o governo estadunidense teve cautela em reconhecer a Junta Militar com a finalidade de não criar um antagonismo com a URSS. Na América Latina, o novo governo já teria obtido um número significativo de reconhecimento dos países latino-americanos e extracontinentais, sendo as relações diplomáticas normalizadas.¹⁹⁶

Uma reiterada preocupação é sobre as relações do Chile com o Peru e as possibilidades de conflito armado entre as duas nações. O informe começa levantando as disputas históricas dos dois países e o sentimento de revanchismo que os militares chilenos acreditavam que os peruanos possuíam por conta das duas guerras do final do século XIX e o desejo do Peru em recuperar territórios perdidos para o Chile. Durante o governo Allende, essa teria sido uma preocupação dos militares que conspiravam para derrubá-lo, pois caso não fosse realizado um movimento de derrubada, eles acreditavam que a deterioração interna do Chile abriria brechas para os militares peruanos invadirem o norte de seu território.

A Junta Militar instituída manteve essa preocupação e aprofundou as análises sobre a conjuntura interna do Peru para chegar à estimativa de que a política interna peruana possui uma indefinição teórica na “revolução peruana” por conta das divisões de posições tanto de tendência radical esquerdistas, quanto de democratas cristãos fardados e posições que foram categorizadas como de centro.

No âmbito militar, as compras de material bélico teriam aumentado, adquirindo aviões de combate, navios de guerra e blindados, sendo a última encomenda de duzentos e cinquenta carros de combate soviéticos. Havia a preocupação de que Moscou oferecesse o fornecimento de armamentos de fabricação soviética sem limite de valor, em condições favoráveis, com reembolso apenas de 50% do valor total no prazo de 15 anos com carência de 5 e com taxa de juros de 2%. Esse teria sido o acordo firmado com o Chile no período de Salvador Allende.

No campo da política externa, o Peru, após a queda de Allende, estaria isolado dentro do quadro político e econômico na América do Sul. A postura antimarxista estabelecida por Perón teria distanciado os dois regimes que até então pareciam vizinhos ideologicamente. O

¹⁹⁶ BR AN, BSB IE.11.2, p. 106/127.

entendimento do Chile com o Brasil teria ainda aumentado a marginalização do Peru dentro da América Latina.

As relações entre os dois países foram examinadas pelas autoridades militares chilenas, que projetaram a possibilidade de um conflito armado em 1976 por conta do centenário das derrotas peruanas e a conclusão do reequipamento das Forças Armadas do Peru, bem como o treinamento de seus efetivos com os novos equipamentos. O Chile, fragilizado pelo contexto político anterior, não teria recursos morais ou materiais para oferecer resistência a uma possível investida na avaliação dos militares.

As autoridades peruanas estariam considerando que 1976 poderia ser tarde demais para uma investida, por conta do cenário internacional com a ajuda externa recebida pelo Chile para a sua reconstrução nacional e o Peru cada vez mais passaria por problemas econômicos que resultariam em conflitos sociais e políticos com a compartimentação da equipe governamental. Por isso, uma investida poderia ser a fórmula para salvar a revolução peruana e, portanto, a oportunidade seria em uma janela de no máximo um ano.

O informe leva um comentário de que as autoridades militares chilenas teriam exagerado na sua interpretação, mas não descarta um conflito a médio prazo. O principal fator dificultador é a impossibilidade de lançar uma ofensiva surpresa capaz de assegurar vantagens territoriais nas primeiras quarenta e oito horas de conflito, a fim de caracterizar uma vitória antes do cessar fogo, que viria, mais ou menos, nesse prazo por conta dos recursos bélicos de ambos os países e da imediação da comunidade latino-americana e internacional.¹⁹⁷

Um último informe importante para a comunidade de informações é sobre um grupo de militares reformados pertencentes à “Associação de Militares Reformados das Forças Armadas do Chile”, liderados pelo Tenente-Coronel do Exército, Herbert Orellana Herrera, professor de Geografia e Geopolítica, de História Militar e Relações Internacionais, que recentemente teria publicado um livro intitulado *Brasil um país que aceptó el desafío del desarrollo*. Eles seriam partidários no campo econômico e político do modelo brasileiro.

Através das páginas do Jornal *El Mercurio*, este grupo de militares estaria publicando cartas enaltecendo os esforços do governo brasileiro em sua política econômica. Estas cartas teriam como objetivo convencer a Junta Militar de adotar o modelo brasileiro, em especial no campo da política interna e de segurança. A campanha de propaganda seria acentuada até que o General Pinochet decidisse por cassar os direitos políticos de esquerdistas, de funcionários

¹⁹⁷ BR AN, BSB IE.11.5, p. 34/89.

corruptos e levar adiante a legislação brasileira sobre banimentos. Faz menção ainda ao envio do livro em anexo.¹⁹⁸

Por fim, os monitoramentos dos governos do Uruguai, Argentina e Chile possuem diversas semelhanças e algumas diferenças relacionadas às especificidades das suas relações com o Brasil. O ponto em comum mais característico é utilizar-se de informações da situação da política interna dos países para projetar os vínculos que o Brasil poderia estabelecer com essas nações e as preocupações relativas aos movimentos subversivos.

O Uruguai foi um dos principais países monitorados pelo CIEX justamente por ter sido o primeiro país a abrigar os exilados brasileiros, o que por si só já gerava uma preocupação para o governo do Brasil. Para além disso, o processo político do Uruguai levantava suspeitas pelos avanços dos movimentos de esquerda e pela ascensão da Frente Ampla, com a candidatura do General Liber Seregni, em 1971. A eleição de Allende no Chile, ocorrida no ano anterior, serviu de exemplo, pois as informações obtidas naquele momento indicavam que era remota a chance deste conquistar o poder. Este acontecimento parece ter influenciado o aumento da preocupação do Estado brasileiro em, possivelmente, ver mais um governo de esquerda sendo eleito, especialmente em um país que faz fronteira com o Brasil.

No caso da Argentina, as preocupações estão vinculadas mais ao histórico da relação entre as duas nações. Tendo como alguns pontos as posições que a Argentina tomou no âmbito da política regional, com a tentativa de obter a Bolívia na sua órbita de influência a partir do projeto de compartilhar sua rede de telecomunicações. Além disso, percebemos que a política externa argentina teve maior folego quando Juan Domingos Perón voltou ao poder em 1973, com sua iniciativa de promover diversas visitas aos países da América Latina e da Europa. Porém, com sua morte, a Argentina passou por diversas crises políticas que desestabilizaram sua atuação na arena internacional.

O Chile, especificamente, possui algumas diferenças por conta da eleição do governo da Unidade Popular com o presidente Salvador Allende. Sendo assim, era um governo que possuía diferenças ideológicas bem claras com o regime político do Brasil. As informações recolhidas pelo CIEX, em relação ao governo Allende, estão associadas às diversas eleições parlamentares e municipais que ocorreram logo nos anos seguintes, e demonstravam um quadro político de baixa legitimidade por conta da estagnação do cenário político, em que a oposição conseguia obter uma mínima maioria que impossibilitava a implementação do projeto da Unidade Popular e de Allende de colocar em prática o socialismo através da via

¹⁹⁸ BR AN, BSB IE.13.1, p. 90/97.

democrática. Por isso, o CIEX acompanhou de perto a crise política chilena e as diversas vezes que o governo Allende foi ameaçado por um Golpe de Estado, que veio a ocorrer em 11 de setembro de 1973.

Todas essas informações da política interna desses países do Cone Sul eram de interesse do governo brasileiro e poderiam ser utilizadas para a movimentação do Brasil no âmbito regional. Jean Baptiste Duroselle¹⁹⁹ é categórico ao afirmar que não existe um ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna, no sentido de que o ato que visa o exterior é emanado por uma autoridade da política interna dos respectivos países. O Brasil acompanhou o desenvolvimento da política interna e as projeções das relações que esses países poderiam vir a manter consigo, o que aumentava a possibilidade de concretizar os seus objetivos de manutenção do sistema político, e o seu projeto de hegemonizar a Bacia do Rio da Prata.

4.4 O CIEX E O MONITORAMENTO DOS MILITARES NO URUGUAI: AS DISPUTAS DAS CORRENTES IDEOLÓGICAS DOS MILITARES

O monitoramento dos militares no Uruguai foi constante pelo CIEX, tendo como principal foco as correntes político-ideológicas existentes dentro das Forças Armadas uruguaias. Os documentos fazem associação a uma certa postura ideológica e uma aproximação com a Argentina ou com o Brasil. Essa perspectiva parece ser importante para o desenvolvimento dos interesses brasileiros no período.

O informe do dia 13 de março de 1973 é o primeiro que tenta delinear as principais tendências existentes dentro das Forças Armadas, sendo classificados três grupos. A primeira tem como líder o General Aguerrondo, a segunda, o General Chiappe Posse, ambas de inclinação política de centro-direita, e a terceira, liderada pelo General Gregório Alvarez, teria inspirações nos militares peruanos. Além disso, atenta-se para a viagem de Alvarez à Lima, onde teria reunido muita documentação, e para um grupo de jovens oficiais que haveria pressionado os Generais Chiappe Posse, Christi e Alvarez para a difusão de um documento anti-imperialista, contra os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina.²⁰⁰

Em 3 de maio, em um documento ultrassecreto, temos o relato da preocupação do General Esteban Christi, Comandante da 1ª Região Militar do Uruguai, sobre os objetivos dos

¹⁹⁹ DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

²⁰⁰ BR AN, BSB IE.10.3, p.17/64.

dois principais mentores e ideólogos do Exército uruguaio, sendo eles o General Gregório Alvarez e o General Eduardo Zubia. O General Christi teria dito que o Embaixador da Argentina em Montevideu estava procurando se aproximar do alto comando militar uruguaio, e que no início de 1973, vários militares argentinos estiveram em Montevideu, mantendo reuniões com o General Gregório Alvarez e com o General reformado Liber Seregni. Por outro lado, o Coronel reformado Carlos Zufriategui acompanhou Liber Seregni em sua viagem à Argentina, Chile e Peru, e comentou que Seregni teria sido encarregado pelo General Alvarez de estabelecer contatos mais estreitos entre os militares peruanos e o “grupo Alvarez”.

O apontamento presente no documento faz uma análise de que o General Líber Seregni estaria aliado a Gregório Alvarez e Eduardo Zubia para preparar a tomada de poder pela facção peruanista e pró-peronista do Exército uruguaio. Essa suposta articulação teria a perspectiva de forçar a renúncia de Bordaberry, até o final de 1973, para formar uma junta na qual Alvarez e Seregni seriam as figuras centrais e forçar a eleição de um governo populista, com apoio argentino, peruano e chileno.²⁰¹

A divisão dentro do exército era tamanha que o General Esteban Christi teria criado seu próprio serviço de informações, visto que não obtinha colaboração suficiente por parte do SID (“*Servicio de Información de Defensa*”), chefiado pelo Coronel Ramón Trabal, ligado ao General Gregório Alvarez.²⁰²

O General Esteban Christi é descrito como um dos líderes da linha dura, conjuntamente com Zubia e Vadora, e estes teriam o apoio da maioria da oficialidade da Marinha e setores do Exército. O ex-presidente Pacheco Areco estaria se aliando com os meios militares moderados objetivando uma unidade nacional para retornar à presidência com uma imagem populista, ideia que agradava o grupo de Chiappe Posse. Por outro lado, o General Gregório Alvarez parece instituir uma terceira via por não confiar nos simpatizantes da linha dura e não ser simpático ao grupo de Chiappe Posse.²⁰³ A dissensão entre os Esteban Christi e Gregório Alvarez, cada vez mais foram agudizadas e Hugo Chiappe Posse teria ido à Argentina, contrariando um compromisso entre os Generais, no sentido de evitar um alinhamento com países vizinhos para propor uma colaboração no campo das informações.²⁰⁴

²⁰¹ BR AN, BSB IE.10.5, p. 3/375.

²⁰² BR AN, BSB IE.11.2, p. 73/127.

²⁰³ BR AN, BSB IE.11.4, p. 95/109.

²⁰⁴ BR AN, BSB IE.11.5, p. 58/89.

O General Gregório Alvarez parece ter sofrido uma derrota quando é afastado do cargo de Chefe do *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO) e Secretário- Geral do “*Consejo de Seguridad Nacional*” (COSENA), sendo assim a linha dura obteve uma vitória com a liderança de Christi. Todavia, o líder espiritual da linha dura seria o General da reserva Mario Oscar Aguerrondo. Ele teria grande admiração ao Brasil e ao Governo do Golpe Militar de 1964. Além disso, estaria sendo cotado como um dos possíveis líderes de um governo militar caso Bordaberry fosse derrubado.²⁰⁵ Em 1974, a nova lei orgânica militar estaria sendo interpretada como uma tentativa de debilitar Esteban Christi, que perderia o controle de três importantes regimentos. Ademais, Esteban Christi teria enfraquecido com a saída do General Vadora, nomeado Adido Militar em Washington. E no mesmo informe é realizada uma análise associando a posição de Christi pró-Brasil, e do General Chiappe Posse como pró-Argentina com a percepção de que ele estaria visitando o Adido Militar argentino semanalmente.²⁰⁶

Esse teria visitado a Argentina em novembro de 1973 e em sua estadia se encontrou com o político do Partido Blanco, Ferreira Aldunate, através de Oficiais da Marinha Argentina. O assunto da reunião girou em torno da necessidade de uma abertura política na visão do General Chiappe Posse e Aldunate teria respondido que os militares deveriam se arranjar e governar como pudessem, pois, em caso de eleições e se ele fosse eleito, iria mandar prender o General.

Por conta dessa reunião, Chiappe Posse se uniu a Esteban Christi. O encontro entre Chiappe Posse e Aldunate teria sido confirmado pelo Embaixador argentino em Montevideu, Guillermo de la Plaza.²⁰⁷

Em 21 de junho 1974, uma reunião no SID com a presença de todos os oficiais da ESMACO foi reportada pelo CIEEX, e as pautas eram relativas às negociações do Uruguai com a Argentina, as perspectivas do processo político, posição da opinião pública com relação aos militares e o combate à subversão.

As negociações com a Argentina, no sentido de criar uma união aduaneira, foram criticadas, principalmente pela atual situação da política interna e a possibilidade do desaparecimento de Perón por conta do seu estado de saúde. Os militares entendiam que as eleições não poderiam se efetivar antes de 1980. Foi levantada a hipótese da formação de uma Junta Militar ao final do mandato de Bordaberry.

²⁰⁵ BR AN, BSB IE.11.1, p. 51/93.

²⁰⁶ BR AN, BSB IE.12.2, p. 23/31.

²⁰⁷ BR AN, BSB IE.12.4, p. 1/53.

O General Luis Queirolo teria apresentado um informe sobre as pesquisas de opinião sobre o estado de espírito da população frente as Forças Armadas. Essas pesquisas foram realizadas por uma firma encomendada da Embaixada dos Estados Unidos. Nessa pesquisa, no segundo semestre de 1973, foi levantado que a população apoiava a ação dos militares contra a subversão e o fechamento do Legislativo. Porém, em janeiro de 1974 esse apoio teria se transformado em uma simpatia. Em junho daquele ano, os resultados mostravam que a simpatia se transformou em uma indiferença e condenação.²⁰⁸

Os Oficiais jovens do Exército uruguaio, em dezembro de 1974, estariam demonstrando uma insatisfação em relação ao General Esteban Christi. Eles acreditavam que Christi poderia desencadear um processo para que os militares conquistassem o poder total, mas a sua hesitação e auxílio ao presidente Bordaberry teriam modificado o sentimento que nutriam por ele. Por conta disso, se inclinaram ao General Eduardo M. Zubia, Chefe da IIª Divisão. O General Zubia é considerado “nacionalista” de centro com atitudes “progressistas”.²⁰⁹ Por sua vez, o General Eduardo Zubia estaria se empenhando em criar uma coexistência pacífica entre Esteban Christi e Gregório Alvarez. Entretanto, eles tinham perspectivas distintas sobre a continuidade de Bordaberry como presidente do Uruguai: Gregório Alvarez era contrário e Esteban Christi, apesar de não ter simpatia para com o presidente, aceitaria a hipótese do continuísmo.²¹⁰

A divisão dentro do exército teria se ampliado e em novembro de 1976 foram informadas as principais linhas, sendo elas vinculadas aos seguintes generais: Esteban Christi, Gregório Alvarez, Forteza e os dois irmãos, Rodolfo Zubia e Eduardo Zubia.

A análise apontava para um equilíbrio de forças e o setor que apoiava Bordaberry estaria do lado de Alvarez contra Christi. Foi sinalizado que o general Alvarez seria o mais hábil e estava tentando trazer para a sua órbita a oficialidade jovem, aqueles que tinham efetivamente as mãos nas armas.²¹¹

O quadro político do Uruguai foi se desenvolvendo com os olhos no Brasil, e o informe de 30 de abril de 1975 relata o movimento de contato dos Generais com políticos conhecidos dos Partidos Nacional e Colorado. Naquele momento, estaria sendo articulada uma tendência de diálogo com os políticos em busca de um acordo nacional com os partidos tradicionais. Os Generais estariam sendo procurados pelos políticos de ambos os partidos que

²⁰⁸ BR AN, BSB IE.12.7, p. 138/216.

²⁰⁹ BR AN, BSB IE.13.4, p. 75/202.

²¹⁰ BR AN, BSB IE.13.4, p. 115/202.

²¹¹ BR AN, BSB IE.13.4, p. 182/202.

apontavam na direção do Brasil, e segundo os quais, o Presidente Ernesto Geisel falava em distensão, abertura política e insinuava diretamente a possibilidade de uma anistia. Todavia, a postura dos jovens oficiais era de que o Uruguai não poderia desenvolver uma política de progressiva distensão como o Brasil. Por outro lado, os Generais estariam levando em consideração os argumentos dos políticos que inclusive mostraram dois discursos de Geisel em que falava sobre a necessidade de colaboração dos próprios políticos.²¹²

As correntes militares naquele período foram alvo de um outro informe, nele são descritos três grupos:

- a) Grupo “democratizador” – integrado pelos Generais Gregório Alvarez e Abdon Raimundez, este do Banco Central, e mais vinte e cinco Coronéis de diferentes guarnições.
- b) Grupo dos “duros” – formado pelos Generais Juan Mendez, Luis Queirolo e Amauri Prantl.
- c) Grupo “moderado” – constituído pelos Generais Esteban Christi, Eduardo Zubia e Rodolfo Zubia.²¹³

Em 3 de julho de 1975, Gregório Alvarez teria comunicado a Rodolfo Zubia que não gostaria de ser o motivo de discórdia das fileiras do Exército, e, portanto, aceitaria afastar-se do Comando da IV Divisão por uma embaixada no exterior. Zubia teria comunicado esse fato a Esteban Christi e outros generais descontentes com Gregório Alvarez. Fato importante é que cada vez mais Alvarez vinha ganhando admiradores e, em contrapartida, Christi estava perdendo espaço ao ponto de que as lideranças, naquele momento, pensavam que a posição de Alvarez no quadro geral da situação política e econômica do Uruguai era a mais correta.²¹⁴

O Exército uruguaio mostrava um claro momento de impopularidade. Isso pode ser percebido através de um levantamento requisitado pelo Estado-Maior do Exército uruguaio que teve como resultado a opinião de que mais de 50% das pessoas declararam que os militares deveriam retornar aos quartéis; e 67% os consideravam a classe mais impopular no Uruguai em maio de 1977.²¹⁵

A crise militar poderia estar sendo equilibrada com a passagem do General Esteban Christi para a reserva e com a designação do General J. J. Mendez para a chefia da Região

²¹² BR AN, BSB IE.14.4, p. 60/80.

²¹³ BR AN, BSB IE.14.4, p. 73/80.

²¹⁴ BR AN, BSB IE.14.7, p. 2/67.

²¹⁵ BR AN, BSB IE.16.4, p. 34/52.

Militar nº 2 e do General Rodolfo Zubia para o comando da Região Militar nº1, que naquele momento estavam sob o controle de Christi.²¹⁶

O General Gregório Alvarez, Comandante da Região Militar nº 4, com sede em Minas, estava sendo cogitado para substituir o General Julio C. Vadora como Comandante em Chefe do Exército, em princípios de 1978.²¹⁷ Com isso, temos um informe sobre a atitude do General Alvarez em relação ao Brasil. Neste, são desconstruídas diversas perspectivas de que Alvarez seria antibrasileiro e argentinista. A análise vai no sentido de caracterizá-lo como sem comprometimento prévio aos dois países. A confusão sobre a postura de Gregório Alvarez seria por ele ser filiado ao *Partido Blanco* e disso inferia-se que, de acordo com um velho esquema, que teria posições favoráveis à Argentina e os *Colorados* ao Brasil.

Essa análise parece ir de encontro a outros informes que demonstram que o General Alvarez tinha um grande trânsito entre os militares argentinos. Todavia, o informe passa a analisar os aliados do General, sendo eles o General Holmes Coitinho, o General Abdon Raimundez e o brigadeiro do Ar José Cardozo.

Coitinho teria demonstrado simpatias pelo Brasil e era ligado à Embaixada brasileira. Abdon Raimundez era o ex-diretor do Banco da República e teria criado problemas para o intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio, prejudicando as exportações brasileiras mesmo com reiteradas tentativas de aproximação por parte do governo brasileiro, por isso ele não teria grandes simpatias com o Brasil. Cardozo manteria uma atitude discreta com relação ao Brasil e por isso não poderia ser distinguida a sua posição.²¹⁸

Nesse sentido, percebe-se que as informações sobre militares, relacionadas aos três países, possuem diferenças importantes no sentido de que a Argentina é o país que contém menos dados relacionados às atividades dos militares, tendo como ênfase as dinâmicas internas do exército e as relações que os militares tinham com o governo.

O caso do Chile é bastante diferente, tendo como principal foco a postura dos militares em relação ao governo da Unidade Popular de Allende, percebendo as linhas ideológicas existentes e o ambiente interno das Forças Armadas para a instauração de um golpe de Estado.

Por fim, o Uruguai possui uma documentação extensa que permite acompanhar a relação dos militares com o governo e as diferentes linhas dentro do exército, passando por posições mais associadas a dos militares brasileiros e outras mais vinculadas a posições de

²¹⁶ BR AN, BSB IE.16.5, p. 7/37.

²¹⁷ BR AN, BSB IE.16.8, p. 6/19.

²¹⁸ BR AN, BSB IE.16.11, p. 3/5.

esquerda que eram comparadas com a posição dos militares peruanos. Essas informações teriam importância tanto no sentido de perceber as disputas internas das correntes militares, como projetar o cenário político dos respectivos países e as implicações que essas dinâmicas poderiam exercer na relação dessas nações com o Brasil.

4.5 O CIEX E O MONITORAMENTO DOS MILITARES NA ARGENTINA: A INFILTRAÇÃO COMUNISTA E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

As preocupações iniciais dos militares aparecem sobre a infiltração de comunistas no Governo de Juan Domingos Perón. Em 4 de fevereiro de 1974, temos um informe que vai neste sentido, em que colaboradores do General Perón teriam entregado uma extensa documentação dos antecedentes marxistas de diversos funcionários públicos e da penetração do Partido Comunista em órgãos onde predomina o peronismo. Este documento ainda traria informações de que o mesmo problema acontecia nos sindicatos de empregados e patrões e na Confederação Geral Econômica (CGE). Além disso, naquele período, alguns legisladores nacionais justicialistas teriam denunciado outros membros do legislativo por serem marxistas e manifestaram ao Conselho Superior Peronista a preocupação com a infiltração ideológica no Partido e no movimento nacional justicialista.²¹⁹

No dia 6 de junho de 1975, temos um documento relativo a uma reunião de militares argentinos da reserva no Uruguai, sendo eles os Generais Caceres Moniê, Minzler, Rattenbach e o almirante Gouzden, além de quatro coronéis não identificados. É informado que a reunião tinha como objetivo analisar o panorama geopolítico da América Latina e discutir a situação da Argentina diante do processo de subversão que se desenvolvia no país com informes recebidos dos serviços militares de inteligência. Essa reunião em Punta del Este teria como foco particular classificar a situação e estabelecer o que poderia ser feito para defender e combater a guerra que eles classificavam como integral.²²⁰

A modificação dos comandos do exército foi acompanhada por meio do informe de 13 de junho de 1975, em que o general de brigada Carlos Delia Larroca foi designado para a chefia do Estado-Maior, posição que era ocupada pelo recém reformado general de divisão Ernesto Della Croce. O general Delia Larroca seria substituído no comando do III Corpo do

²¹⁹ BR AN, BSB IE,12,2, p. 11/31.

²²⁰BR AN, BSB IE.14.6,p.17/94

Exército pelo General de Brigada Jorge Rafael Videla, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, que se encontrava sem função.

Através da passagem para a reserva do general de divisão Gomez Centurion, Videla teria passado a ocupar o lugar de maior prestígio e expressão dentro do exército. O Comandante geral havia tentado colocar Videla na chefia do Estado Maior Conjunto, porém foi vetado pelo Ministro da Defesa que não desejaria em um alto posto um oficial não peronista e de força própria. O general Videla teria cogitado a possibilidade de pedir a reforma, porém seus companheiros pediram que não o fizesse, o que demonstra o prestígio que ele possuía entre a oficialidade. No Alto Comando do III Exército, o qual está agindo na ação militar antiguerrilha em Tucumán, o general possui uma posição de destaque.²²¹

Em uma homenagem de oficiais-generais reformados ao General Anaya, temos uma perspectiva da conjuntura política interna da argentina nos meios militares. Por mais que fosse uma homenagem a Anaya, o discurso do general Rattenbach teve como principal foco a defesa da manutenção de uma atitude profissional dos militares, declarando que “evitemos a todo custo destruir pelas armadas o que as urnas construíram, porque se a construção é boa, não nos caiba a menor dúvida de a que teremos muitos anos, e se é má, virá abaixo por si só e em pouco tempo”. Assim, estava defendendo que o papel das Forças Armadas não é corrigir erros que os cidadãos podem cometer no terreno político interno, mas que esses erros deveriam ser corrigidos pelos próprios cidadãos.

O Tenente-General Rattenbach teria feito algumas críticas ao Ministro da Defesa, Adolfo Savino, que havia forçado a renúncia do homenageado ao comando-geral. Ele teria dito que o governo e as Forças Armadas deveriam ter relações harmoniosas. E, nesse sentido, defendeu a criação das Secretarias Militares em nível de Ministério, como meio de assegurar a participação direta das Forças Armadas no Gabinete Nacional. Argumentou que as Forças Armadas não podem permanecer na segunda ou terceira fila do sistema governamental e menos ainda sob a autoridade de um representante político, o Ministro da Defesa. Sobre esse último, ainda criticou o Ministro afirmando que ele não poderia exercer seu papel eficientemente por possuir uma formação civil que o impede de reconhecer muitos aspectos militares importantes.

A conjuntura nacional deixou claro que o Exército deve pautar-se por uma atuação dinâmica, participante, na vida do país, mas sem qualquer engajamento político-partidário, como parece ser a inclinação do Tenente-General Numa Laplane. Essa mensagem teria grande

²²¹ BR NA, BSB IE,14.6,p.44/94.

adesão nas Forças Armadas que naquele momento tinham como horizonte a manutenção do governo constitucional, mas com a deterioração da situação político-econômica, o governo poderia desmoronar sozinho e, nesse caso, as forças armadas se veriam forçadas a retornar ao centro do cenário político argentino.²²²

4.6 O CIEX E O MONITORAMENTO DOS MILITARES NO CHILE: AS AFINIDADES IDEOLÓGICAS E O LEVANTE CONTRA O GOVERNO ALLENDE

A administração de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) é alvo dos primeiros reportes sobre a situação dos militares chilenos que estariam mais próximos dos militares argentinos. Essa aproximação seria uma política do governo chileno visando um relaxamento de tensões provocadas por incidentes fronteiriços em área de litígio, como o Canal do Beagle, por exemplo.

Dado que os militares são aqueles responsáveis pela inviolabilidade das fronteiras, o governo chileno partia da crença de que uma aproximação argentino-chilena no âmbito militar poderia contribuir para atenuar as relações entre os dois países. Entretanto, parece que no âmbito da Marinha essa aproximação não obteve sucesso até mesmo com a presença de conflitos relativos à invasão por parte de um navio chileno em águas territoriais argentinas. Essa relação bilateral se materializou na participação de oficiais argentinos na comemoração da Batalha de Maipú. Apesar do sucesso no âmbito do Exército e de Aeronáutica, a marinha não teve a mesma sorte, muito por conta da questão do Canal do Beagle, ainda mais depois do Chile requisitar a arbitragem da Rainha da Inglaterra para resolver esse problema.²²³

A participação do Exército chileno na VIII CEA (Conferência dos Exércitos Americanos) foi alvo de informes que utilizaram como fonte o jornal *La Nación*. Neste periódico, o Ministro da Defesa do Chile, o General Tulio Marambio, e o Comandante em Chefe do Exército Sergio Castillo Aranguiz fizeram algumas declarações sobre a participação no Rio de Janeiro. Tendo como discurso uma linha profissional e apolítica, eles declararam que alguns assuntos só poderiam ser discutidos em termos técnico-militares como por exemplo a questão do combate das guerrilhas. Além disso, a posição deles era de contrariedade a qualquer tipo de integração militar americana. Ao mesmo jornal, eles teriam

²²² BR NA, BSB IE. 14.6,p.46/94.

²²³ BR AN, BSB IE.03.4, p. 10/95.

declarado que não entrariam em discussões políticas novamente, reiterando o caráter profissional do Exército.²²⁴

Após essas duas primeiras questões relativas a um certo distanciamento dos militares chilenos aos brasileiros, e maior aproximação com os argentinos, e uma postura associada a uma perspectiva apolítica e profissional, temos um informe de 22/01/1971 que trata sobre a relação das Forças Armadas ao governo da Unidade Popular. Nele, temos o relato de que os Serviços de Informações e Contrainformações das Forças Armadas do Chile, especialmente o Departamento IV (Exército), a Seção de Contrainformação (Força Aérea do Chile-FACH) e a Seção A-2 (Marinha) teria se surpreendido com a vitória de Allende para a presidência do Chile. Todavia, a Seção de Segurança Interna de Carabineiros não teria sido pega de surpresa e estava informando Eduardo Frei regularmente sobre a movimentação dos Comitês da UP no âmbito nacional.

Nesse informe ainda se faz uma análise sobre as mudanças nos altos escalões das Forças Armadas que foram realizados pela UP, tendo como conclusão de que elas não teriam mudado o pensamento da oficialidade. E um dos objetivos UP seria debilitar a Tropa de Carabineiros através da exoneração e reforma de líderes, substituição de peças-chave da organização, dissolução do grupo móvel, que era considerada a melhor tropa de choque do país, e um paulatino desarmamento desta com a substituição de munição de guerra por projeteis de plástico.

Apona, ainda, que no Exército e na Marinha existiria uma intranquilidade, especialmente entre os oficiais jovens. A Força Aérea seria o foco de simpatizantes da tendência socialista, apesar da maioria da oficialidade ser anticomunista.²²⁵

Em um reporte de 16/08/1971, o CIEX informou que a revista marxista-leninista *CAUSA ML* teria feito um estudo sobre a posição política das Forças Armadas chilenas, concluindo que a oficialidade chilena, em sua maioria, seria classificada como defensora do atual sistema político da democracia burguesa, rejeitando o marxismo, e simpatizando com as posições imperialistas e reformistas que consolidam o sistema burguês. Por conta disso, ele conclui que o proletariado chileno não tem em suas mãos o fuzil e, portanto, não tem o poder. O fuzil estaria nas mãos da burguesia.²²⁶

²²⁴ BR AN, BSB IE.03.11, p. 51/71.

²²⁵ BR AN, BSB IE.06.1, p. 66/78.

²²⁶ BR AN, BSB IE.06.08, p. 63/118.

A visita de militares da Escola de Guerra e Politécnica do Exército do Chile à URSS foi alvo de informe ao SNI, CIE e CISA. Os formandos dessas duas escolas em sua maioria seriam Majores e Tenentes-Coronéis. Eles estariam classificados em postos-chave e deveriam atingir os níveis superiores da hierarquia militar. Esse informe era classificado como um daqueles que não poderiam ser transmitidos a qualquer serviço de informações estrangeira.²²⁷ O governo brasileiro teve uma preocupação quanto às promoções no exército chileno e acompanhou por meio do CIEX toda a movimentação de Coronéis que alcançaram os postos de General e dos comandos em geral do Exército chileno.²²⁸

A partir de maio de 1973, temos os primeiros indícios da deterioração do governo Allende e das perspectivas de golpe de Estado por parte dos militares chilenos. Foram sucessivos os informes que sinalizavam um eventual golpe, sendo o primeiro em 4 de maio, que projetava a derrubada do governo Allende entre 13 e 19 de maio de 1973. A Marinha e a Aeronáutica estariam prontas para agir, entretanto o Exército não estava totalmente unificado, o que impossibilitava a formação de um comando militar único para o levante das Forças Armadas.²²⁹

No dia 7 de maio de 1973, o CIEX enviou ao SNI as informações relativas à reunião dos Militares do Exército chileno, em que o Comandante em Chefe General Carlos Prats fez uma exposição sobre a conjuntura chilena. Parece importante salientar que o próprio CIEX faz uma avaliação sobre a sua fonte e a classifica como tendenciosa pelo General Prats ser adepto fervoroso da derrubada do governo Allende através de um movimento militar, porém dá-se crédito ao seu resumo sobre a reunião.

O resumo foi dividido em tópicos: instituições chilenas, situação nacional, aspectos econômicos, objetivos da participação militar no governo, aspectos sociais, aspectos internacionais, repercussão da situação nacional das Forças Armadas, atitude de oficiais, política institucional e recomendações.

Particularmente interessa a nós os aspectos internacionais declarados por Prats que iam ao encontro de emitir algumas informações sobre as questões econômicas e sociais do Governo Allende. Estas teriam aspectos negativos por conta da baixa do preço do cobre, a dificuldade de obter mercados para os seus produtos, e dificuldade de obter empréstimos. Nas relações diplomáticas, percebe-se uma crescente agressividade da Bolívia, possibilidade de

²²⁷ BR AN, BSB IE.09.1, p. 10/101.

²²⁸ BR AN, BSB IE.09.1, p. 19/101.

²²⁹ BR AN, BSB IE.10.5, p. 13/375.

aproximação com a Argentina por conta do resultado das eleições que definiram Perón como vitorioso, por isso é levantada a possibilidade de uma união Chile-Argentina para se opor ao desequilíbrio hemisférico resultante da potência crescente do Brasil.²³⁰

Em um informe de 20 de junho de 1973, aparece novamente a possibilidade de ocorrer um golpe militar, que adotaria uma linha política peruanista, sendo ele liderado por Prats, Urbina, Pinochet, Brady e Pickering. O golpe fecharia o Congresso, mantendo Allende na presidência e nomeando quadros técnicos e militares para o Gabinete. Segundo o grupo de Prats, o Chile deveria antecipar-se ao provável fracasso do governo civil de linha peruana da Argentina e criar um governo técnico-militar que teria condições para o êxito político e econômico.²³¹

Em agosto, novamente se intensifica o acompanhamento dos militares por conta da maior possibilidade de golpe de estado contra o governo de Salvador Allende. No dia 2 de agosto teria ocorrido uma reunião na base aérea “El bosque”, dos altos chefes militares chilenos, dentre os quais o General Aviador Cesar Ruiz, Comandante Ernesto Jorbet e o Comandante Ernesto Huber Von Appen. A discussão envolvia o exame das medidas adotadas pelos militares brasileiros quando foi efetuado o golpe de 1964, a fim de determinar o que daquela experiência poderia ser útil para o Chile.

A apreciação da crise e a atitude das Forças Armadas foi analisada. O General Aviador Cesar Ruiz teria dito que o Chile se encontrava sob o fio da navalha e que o espírito de revolta já havia se espalhado entre as Forças Armadas. Esse informe recebia a nota de que não deveria ser compartilhado com outros serviços de informações estrangeiros.²³²

No dia 09 de agosto, temos outro relato de que era possível que a Forças Armadas Chilenas (FACH) iniciassem um levante em 48 horas que poderia gerar uma reação em cadeia no Exército e na Marinha, levando à derrubada do Governo Allende. E, no dia 10 de agosto, temos outro informe com uma nota do CIEX que, por conta dos acontecimentos do Chile, teria sido intensificada a busca por informes naquela área para tentar obter o quadro mais completo possível da situação. Ela não havia se alterado e continuava existindo a possibilidade de golpe, ainda mais com a efetivação de um consenso entre as Forças Armadas, no sentido de que a única solução para o país era a intervenção militar. Porém, ainda faltaria

²³⁰ BR AN, BSB IE.10.5, p. 23/375.

²³¹ BR AN, BSB IE.10.6, p. 51/93.

²³² BR AN, BSB IE.11.1, p. 27/61.

uma liderança efetiva para a ação, mas o atual cenário deixava claro que seria inevitável a existência de um movimento armado contra o governo de Allende.²³³

O Brasil poderia acompanhar de perto o fechamento do cerco ao governo Allende pelos informes do CIEX. No dia 5 de setembro, um documento relatava as medidas das Forças Armadas de fazer valer a Lei de Controle de Armas contra os grupos de esquerda.²³⁴ Com o afastamento do General Prats, que agia como um defensor da constituição e da permanência do governo eleito, temos uma clara abertura para o golpe, ainda mais por conta do novo Comandante em Chefe ter como figura o General Pinochet que conseguiu manter as suas posições ideológicas ocultas, mas que no informe do CIEX é caracterizado como antimarxista.²³⁵

Com a instauração do golpe de Estados temos algumas declarações do Ministro da Defesa, o Vice-Almirante Patrício Carvajal, em entrevista ao jornal *El Mercurio* teria dito que no plano internacional, “o Governo da UP esfriou a amizade tradicional que unia o Chile ao Brasil e aos Estados Unidos e estimulou atitudes inamistosas para com a Bolívia, país irmão que o Chile gostaria de reestabelecer as relações diplomáticas”.²³⁶

5 O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NO CONE SUL

Neste capítulo iremos discutir as informações produzidas pelo CIEX referentes ao monitoramento da segurança ideológica, ou seja, aqueles informes que fazem referência ao combate do comunismo na região do Cone Sul.

O caso do Uruguai teve com principal tema o acompanhamento do Movimento de Libertação Nacional, os Tupamaros, a vigilância foi constante e foi acompanhado de perto o combate exercido pelo governo do Uruguai contra esse grupo. Além disso temos como outro foco o monitoramento das atividades do Partido Comunista Uruguaio, este foi amplamente investigado para entender quais os seus passos no contexto político daquele momento.

No caso da Argentina parece que o foco foi justamente o mesmo, mas em específico o movimento ERP foi o mais monitorado, assim como as medidas que o governo adotava para começa a combater os movimentos comunistas no país, isso através de medidas legislativas.

Novamente o Chile é um caso particular, pois com a eleição de Salvador Allende e o início da experiência socialista pela via democrática temos uma grande preocupação por parte do CIEX de monitorar os acontecimentos do governo Allende, sendo eles as mudanças institucionais e o apoio popular que o governo possuía. Assim como a possibilidade da instauração de um golpe de Estado.

5.1 O CIEX E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NO URUGUAI: DO MLN AO PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO

O Centro de Informações do Exterior começa a sua operação sobre a conjuntura da política estritamente no âmbito da subversão no Uruguai. Isso se deve principalmente ao movimento já referido da ida de brasileiros para o exílio em Montevideú.

Por conta disso, como mencionado anteriormente, o diplomata Pío Corrêa foi designado para se tornar o embaixador na referida cidade. A documentação do CIEX tem como foco, principalmente, o monitoramento da ação subversiva realizada pelo grupo guerrilheiro Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, assim como a atuação do Partido Comunista do Uruguai, tendo ênfase nos processos eleitorais, momentos que poderiam demonstrar a adesão da população aos projetos políticos existentes.

No ano de 1966, período de emergência do CIEX, temos alguns informes que vão na direção do contexto político do Uruguai. Esse era um ambiente político bastante instável para

²³³ BR AN, BSB IE.11.1, p. 43/61.

²³⁴ BR AN, BSB IE.11.2, p. 7.127.

²³⁵ BR AN, BSB IE.11.2, p. 13/127.

²³⁶ BR AN, BSB IE.11.2, p. 120/127.

um país que tinha como alcunha a “Suíça da América do Sul” por conta dos seus altos índices de desenvolvimento econômico, a partir da implementação de um *Welfare State*, que era financiado pelas atividades de agricultura. Alain Rouquié afirma que o Uruguai, naquele momento, era uma sociedade do tipo europeia, mas que possuía uma fundamentação de base agrícola tipicamente latino-americana com um consumo desenvolvido que, por sua vez, dependia de uma produção subdesenvolvida.²³⁷

Essa forma particular de organização política e econômica foi desenvolvida pelas gestões de José Battle y Ordóñez nas suas administrações em 1903-1907 e 1911-1915. Entretanto, essa tentativa de sustentar um Estado de bem-estar social, financiado pelo setor agrícola, começa a mostrar certas dificuldades, e com a crise de 1930 o Uruguai inicia a sua industrialização principalmente para fomentar o mercado interno. Todavia, como afirma Villalobos: “O sonho do Uruguai como um país modelo, acalentado por Battle y Ordóñez dissipou se na metade da década de 50, com a diminuição da produção no campo e o esgotamento da política de substituição de importações”²³⁸. Por conta desse processo político-econômico começaram as ondas de insatisfação popular.

A esquerda argumentava que o sistema econômico dependente e o imperialismo eram os principais problemas enfrentados pelo Uruguai. Por outro lado, a direita apontava que os problemas passavam pela radicalização dos movimentos sindicais e o surgimento da guerrilha urbana, principalmente o MLN-Tupamaros. Esse movimento leva em seu nome uma homenagem ao indígena peruano que guerreou contra os espanhóis no século XVII. O MLN aglutinou diversas organizações de esquerda e tem sua origem ligada ao campo, especificamente ao lado dos trabalhadores dos canaviais. Em 1962 realizou a primeira incursão à cidade de Montevideú.²³⁹

Nesse sentido, Rouquié²⁴⁰ apresenta o MLN-Tupamaros como um grupo de oposição extraparlamentar juvenil e clandestina que se utilizava de atos de violência simbólica para minar a autoridade governamental e provocar a deslegitimação do regime. O autor salienta que inicialmente o movimento pratica uma ação direta, porém sem derramamento de sangue, tendo como fator gerador o fracasso do Estado-previdência. Eles agiam contra políticos acusando-os de corrupção, o que até provocou demissões ministeriais.

²³⁷ ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

²³⁸ VILLALOBOS. *Op. Cit.*, 2003.

²³⁹ VILLALOBOS. *Idem.*, 2003.

²⁴⁰ ROUQUIÉ. *Op. Cit.*, 1984.

No ano de 1966, o Uruguai passava por uma mudança constitucional em que foi modificado o sistema político. De 1952 até 1966 esteve em execução um sistema fundamentado naquilo que denominaram de Conselho Nacional de Governo, que consistiu na formação de um órgão composto por nove membros, os quais, por sua vez, recebiam o sufrágio por meio das eleições gerais. Seis dos nove membros eram retirados do partido que obteve a primeira colocação nas eleições, e os outros três faziam parte do partido que ocupava a segunda posição nas eleições gerais.

Um documento produzido pelo CIEX remonta o período eleitoral de 1966, trazendo justamente a tentativa de contato por parte do candidato Jorge Battle y Ibañes. Este estaria pedindo ajuda para que a guarnição militar de Sant'Ana do Livramento auxiliasse a população da região fronteiriça, que possuísse dupla cidadania, sendo ela brasileira e uruguaia, dispondo de transporte para se movimentarem até os locais de votação. Ressalta-se uma certa importância da região de Rivera²⁴¹.

O Brasil durante o período da ditadura militar tinha diversos interesses vinculados a sua projeção internacional, principalmente no que tange a sua hegemonia regional, por isso os países da Bacia do Rio da Prata eram de extrema relevância no jogo geopolítico. Araújo e Teixeira²⁴² afirmam que no período de 1969 a 1974, o Brasil conseguiu consolidar uma posição preponderante sobre a Argentina, o seu rival histórico na região. Isso se deve ao apoio dos demais países, sendo eles Uruguai, Paraguai e Bolívia. Essa disputa teria sido positiva para o Brasil por conta da estabilidade econômica, política e social dentro do país, em contraposição à instabilidade vivenciada pela Argentina.

O Uruguai, em especial, possui uma importância permanente na história brasileira e isso não se modificou no período das Ditaduras de Segurança Nacional. De acordo com os documentos do CIEX, percebe-se que para além da manutenção da Segurança Ideológica, associada à noção de defesa dos valores ocidentais, temos conjugado a isso a ampliação da área de influência brasileira tendo como resultado a adoção do monitoramento dos pleitos eleitorais e da atuação de políticos-chave do processo político uruguaio. O primeiro seria a procura por parte do deputado Jorge Battle y Ibañes.

O deputado teria entrado em contato com o comandante do 7º Regimento de Cavalaria, através da sua correligionária que residia em Santana do Livramento, que por

²⁴¹ BR AN, BSB IE.01.5, p. 26/99.

²⁴² ARAUJO, Andre Leite; TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. A posição do Brasil no sistema diplomático da Bacia do Prata entre 1969 e 1974. *Boletim Meridiano*, Brasília, v. 16, n. 148, p. 10-17, 2015.

consequente promoveu o contato de Battle y Ibañes com um Major daquela unidade para requerer facilitação do trânsito para a votação. Percebe-se ainda que é realizada uma análise por parte do operador que relata a circunscrição de 9 postos eleitorais na região de Rivera e que a 10ª circunscrição é justamente em território brasileiro. Por fim, aparece uma avaliação do processo eleitoral onde Battle y Ibañes é visto como um dos únicos rivais ao General Óscar Gestido. Ainda é feita a suposição de que o deputado poderia vir a requerer um apoio em linhas mais ambiciosas no futuro: “ampliando inclusive a feição do apoio que desejaria receber do Brasil. Acenando com vantagens que poderiam advir de sua vitória nas urnas em novembro de 66”²⁴³.

Apesar da derrota de Battle y Ibañes para o General Oscar Gestido, percebe-se que existia uma preocupação em relação aos movimentos desse político bastante influente entre a cúpula do *Partido Colorado*.

Através de um reporte do CIEX, demonstra-se a existência de uma manifestação por parte do Congresso do Povo. Este estava se posicionando contrariamente às reformas constitucionais em disputa em 1966, além do voto ao chefe de Estado. A implementação da reforma constitucional visava a alteração da organização política.

A opção NARANJA tinha como proposta substituir o sistema de colegiado pelo presidencialismo; a reforma AMARILLA pretendia a volta do presidencialismo, porém com algumas restrições de poder ao chefe do executivo; a reforma GRIS, ao contrário, visava colocar mais poder no cargo do Executivo com a possibilidade dissolver as Câmaras; e, por fim, a reforma ROSADA tinha a mesma vertente da GRIS, mas garantia os direitos individuais. No entanto, a vitória foi alcançada pela reforma NARANJA.²⁴⁴ As alternativas mais criticadas foram as seguintes: NARANJA e GRIS.

Os manifestantes do Congresso do Povo eram contrários às reformas NARANJA e GRIS pelos seguintes motivos:

b) Porque são apresentadas ao país como a condição iniludível de seu desenvolvimento econômico e social e o Congresso do Povo sustenta que só uma mudança estrutural permitirá tal desenvolvimento;

c) Porque sob pretexto de uma simples substituição do Colegiado pela Presidência, pretendem instaurar um Poder Executivo com poderes ditatórias e um Poder Legislativo sem competências essenciais;

²⁴³ BR AN, BSB IE.01.5, p. 27/99

²⁴⁴ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura militar*. 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

d) Porque sob pretexto de facilitar a reforma agrária- que é considerada pelo Congresso do Povo como reforma de estrutura- a obstruem, pois consolidam e reforçam os privilégios do latifúndio;

e) Porque seus ataques à escola pública e a inclusão do delito de opinião, contrariam as definições explícitas do Congresso do Povo em matéria de ensino e cultura;

f) Porque a consolidação dos privilégios eleitorais dos Partidos Colorado e Nacional travam o progresso político do país;

g) Porque consagram uma política liberal que impede a política de preços exigida pelo Programa do Congresso do Povo.²⁴⁵

Percebemos que há uma preocupação do CIEEX em reportar sobre essa manifestação do Congresso do Povo, que era contrária à reforma constitucional NARANJA, talvez pelo seu conteúdo crítico possuir algumas pautas vinculadas à esquerda, como as críticas ao latifúndio, a defesa do ensino público e o questionamento do sistema político. Esse informe pode trazer um pouco da ambientação do processo eleitoral no Uruguai, algo que era relevante para o governo brasileiro por conta dos seus interesses. A situação no Uruguai era tão problemática que o Brasil tinha perspectivas de intervir no país, se não militarmente, de modo que seu vizinho não ficasse vulnerável à ameaça comunista. Isso é percebido no relato de Pio Corrêa com o ex-agente da CIA Philip Agee.²⁴⁶

De acordo com Vizentini²⁴⁷, em novembro de 1967, a assessoria do Itamaraty distribuiu uma nota oficial à imprensa, prestando esclarecimento sobre a notícia originária do Jornal de Washington, onde o Brasil seria parte de um pacto para uma eventual intervenção no Uruguai. Essa notícia foi desmentida pelo MRE, sendo afirmado que não existia nenhum compromisso dessa espécie, salientando que a política do Brasil é fundamentada no respeito absoluto da soberania e integridade territorial de todos os países.

Em fevereiro, houve novas manifestações por parte do Itamaraty para desmentir o envio de tropas ao Uruguai. Nesse episódio foram enviados documentos à “Câmara Federal”, relatando que não existe procedência na notícia veiculada sobre uma aliança entre o Brasil e a Argentina para intervir no Uruguai militarmente.²⁴⁸

Naturalmente, o MRE e o Brasil não poderiam afirmar que tinham como prática de política externa a ingerência em assuntos internos de outras nações, todavia esses casos

²⁴⁵ BR AN, BSB IE.01.7, p. 80/121.

²⁴⁶ AGEE. *Op. Cit.*, 1976.

²⁴⁷ VIZENTINI. *Op. Cit.*, 2004.

²⁴⁸ VIZENTINI. *Idem*, 2004.

passam a importância do Uruguai, tanto no sentido de manter-se no bloco de países do Ocidente, quanto na importância geopolítica que sempre representou para o Brasil.

O resultado desse processo eleitoral consagrou o candidato do *Partido Colorado*, Óscar Gestido. Este governou por um período curto, que teve como principal objetivo o controle da inflação e das revoltas populares que causaram greves. O governo do General Gestido não durou muito tempo, pois sofreu de um ataque cardíaco antes mesmo de terminar o primeiro mandato do seu governo, fazendo com que o seu vice assumisse a cadeira da presidência, em 1967.

Jorge Pacheco Areco, vice-presidente de Gestido, assume o posto de presidente do Uruguai. Sobre isso temos um reporte de 07/12/1967²⁴⁹, em que se informa o falecimento de Óscar Gestido e anuncia-se a posse de Jorge Pacheco Areco. Seguindo essa informação, traça-se um perfil político de Pacheco Areco, no qual se enfatiza a sua participação na facção *Union Colorada y Battlista*, porém afirma-se que ele não possui controle sobre nenhum grupo político importante e a sua escolha como Vice-Presidente teria sido realizada por ter possuído laços de amizade com Gestido.

É realizada uma análise da conjuntura do partido Colorado onde levanta-se a possibilidade de Areco conseguir realizar um movimento de aliança com Jorge Battle ou até mesmo tentar tomar o grupo majoritário do Partido. Todavia, levanta-se a possibilidade de que ele tivesse que aceitar a liderança política de Battle.

Um fato que deve ser prioritário é a posição de Pacheco Areco para com o Brasil, e sobre é reportado que:

No que se refere as relações com o Brasil, cumpre notar que Pacheco Areco se tem mostrado apreciador de posições brasileira, sobretudo no que se refere a política continental, a ação de contenção da infiltração comunista e ao acompanhamento das atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. Essa receptividade a orientação do Governo brasileiro seria, contudo, condicionada pela limitação da força política de que dispõe o novo Presidente.²⁵⁰

A referência da posição de Pacheco Areco perante as posições do Brasil no âmbito internacional parece relevante para o CIEX e poderia passar uma certa tranquilidade no sentido de possuir um aliado na figura do presidente uruguaio, especialmente na esfera do combate da infiltração comunista. Entretanto, é explicitado que Pacheco Areco teria uma limitação nas correlações de força dentro da esfera política uruguaia.

²⁴⁹ BR AN, BSB IE.02.12,p.9/41.

²⁵⁰ BR AN, BSBIE.07.12, p. 9/41.

Essa análise prossegue afirmando que dificilmente Pacheco Areco conseguiria ocupar a chefia partidária exercida por Gestido. Essa poderia então cair nas mãos do Ministro do Interior, Augusto Legnani, que por sua vez nutria laços com o ex-presidente João Goulart e teria dado consistentes amostras de hostilidade para com o Brasil após a “Revolução de 1964”. Não é levada a sério a ação do Ministro perante a expansão do comunismo, apesar de ele ter realizado pronunciamentos públicos. E, por fim, afirma-se que o Subsecretário do Interior, Alejandro Rovira, seria pessoa de confiança, mantendo contatos com Leonel Brizola e com o próprio Partido Comunista Uruguaio.

O problema sobre a limitação da influência política do presidente do Uruguai é levantado e parece ser uma preocupação importante para a ditadura brasileira, pois é afirmado que o Ministro do Interior, Augusto Legnani, teria vínculos com o ex-presidente João Goulart e isso poderia provocar manifestações hostis ao Brasil no âmbito internacional e na contenção do comunismo na América Latina.

Por fim, reporta-se que provavelmente não aconteceria nenhuma mudança na equipe do Governo, apostando que ele manteria a composição ministerial e, por consequência, não ocorreriam grandes mudanças na política interna e externa do país, mas é salientada a possível ampliação da influência de Jorge Battle no Governo e essa poderia alterar as configurações dos gabinetes com a provável eliminação do Ministro do Exterior, Hector Luisi, que não mantinha boas relações com Battle e Areco. Em conclusão, são minuciosamente enunciados dados biográficos sobre Pacheco Areco.²⁵¹

Nesse informe, percebemos que são ilustradas algumas informações importantes para o regime militar brasileiro, principalmente no âmbito do combate ao comunismo, quando menciona a posição do Ministro do Interior e do Subsecretário do Interior, que parecem ter uma tendência de posição hostil ao Brasil, o que poderia vir a afetar a relação entre os países. Isso fica ainda mais claro quando se demonstram as relações que esses membros do governo possuíam com João Goulart e Leonel Brizola, figuras que eram o foco de combate por parte da ditadura brasileira.

A Política Externa Brasileira, nesse período desenvolvida por Castello Branco, tinha como fundamento a integração latino-americana que supunha a limitação das soberanias em benefício da segurança coletiva e das fronteiras ideológicas.²⁵² Essa tônica parece reger os

²⁵¹ BR AN, BSB IE.07.12, p. 9/41.

²⁵² CERVO; BUENO. *Op. Cit.*, 2015.

informes produzidos no sentido de continuamente atentar para o processo político que estava ocorrendo no Uruguai.

A partir de 1967, com o governo de Pacheco Areco, percebemos uma intensificação da atuação do MLN-Tupamaros e um ambiente de maior conflito entre esses guerrilheiros e a polícia uruguaia. Em um informe de 9 de janeiro de 1967, é relatado um caso em que o grupo teria tentado roubar uma caminhonete da Radiopatrulha uruguaia. O reporte ainda salienta que essa organização havia sido a mesma que efetuou um atentado contra o Setor Comercial da Embaixada brasileira. Nas investigações promovidas pela polícia, foram encontrados materiais que possibilitariam a falsificação de documentos em um dos alojamentos da organização, além de armas de vários calibres, oficinas de bombas. No relatório, ainda temos uma projeção de como seria a organização das células do movimento, afirmando que eles se dividiriam em grupos de cinco pessoas, com um motorista, um encarregado de contatos e os operacionais.²⁵³

Essa incursão de maior envergadura, colocada pela polícia contra os Tupamaros, parece ter uma certa influência externa. Em um reporte, percebemos que existiu o fornecimento de armamentos para a polícia por parte dos EUA que tinha como destino o combate à guerrilha. Estes armamentos teriam sido transportados através de aviões dos EUA e vários desses carregamentos chegaram a Montevideú sob o signo da Aliança para o Progresso. Outros equipamentos foram enviados por meio marítimo através de Buenos Aires. Essas informações alcançaram o público, causando uma certa reação negativa, sendo assim, o comunicado oficial do Executivo uruguaio teve que se pronunciar no sentido de declarar que apenas capacetes protetores teriam chegado e os outros armamentos já estavam em posse do governo uruguaio há pelo menos cinco anos.

Os Tupamaros tinham como estratégia política a realização de assaltos para a obtenção de recursos financeiros, e de sequestros para a negociação política. Temos o exemplo do sequestro realizado contra o banqueiro Giam Pietro Pellegrini. Este foi feito com objetivo de negociar a soltura de vários Tupamaros por meio da negociação. Entretanto, o Presidente Pacheco Areco decidiu deixar a questão a encargo das forças policiais.

Amigos de Giam Pietro teriam realizado uma doação para realizar o resgate do banqueiro, no valor de 15 milhões de pesos. Posterior a isso, o banqueiro foi posto em liberdade, e os Tupamaros esforçaram-se para desviar das medidas de alerta impostas pela

²⁵³ BR AN, BSB IE.02.1, p.39/125.

polícia. Eles acreditavam que, apesar de não conseguir efetuar a negociação com o Executivo, obtiveram um saldo positivo por conseguirem sair ilesos e garantirem as vantagens financeiras. Ainda conjecturaram a possibilidade de sequestrar um embaixador estrangeiro, pois este não poderia ser ignorado pelo Executivo e, portanto, conseguiriam negociar o resgate de membros da organização. O foco seria sequestrar um embaixador dos EUA, Brasil ou Argentina.²⁵⁴

Isso veio a se concretizar em 25/08/1970. Temos um informe que trata do caso paradigmático executado contra Dan Mitrione e Aloysio Dias Gomide, sendo o segundo Cônsul brasileiro no Uruguai. O sequestro teria sido arquitetado pelo Argentino Omar Diaz, que planejava sequestrar o Embaixador do Brasil, Bastian Pinto e o Adido do Exército, Coronel Waldyr Pereira da Rocha. O referido Omar Diaz seria o preparador militar dos Tupamaros naquele período, e foi assessor militar do Partido Socialista Vanguardia Popular na Argentina. Viajou ao Brasil tendo contato com a esquerda em Santana do Livramento.²⁵⁵

O ex-membro do Conselho de Governo, no período do colegiado no Uruguai, Hector Payssee Reyes, teria se voluntariado publicamente a trocar de lugar com o Cônsul brasileiro para que ele fosse libertado pelos Tupamaros.²⁵⁶ Entretanto, essa troca não ocorreu.

Ainda nesse caso, temos a recepção dos exilados brasileiros em Montevideú sobre a campanha lançada no Brasil pela esposa de Aloysio Gômide. Ela estava tentando angariar fundos para utilizar no resgate de seu marido. A mobilização que isso poderia gerar teria impactos negativos na imagem do grupo guerrilheiro.²⁵⁷ Em uma carta interceptada pela polícia uruguaia, tem-se o relato de que poderia ser feita a transferência de Gômide para os guerrilheiros do Brasil, se o milhão de dólares não fosse pago aos Tupamaros. Na carta era explicitado um prazo de uma semana, porém poderia ser uma estratégia dos próprios Tupamaros para tentar acelerar a negociação em andamento.²⁵⁸

A imprensa uruguaia, através do Jornal *Marcha de Montevideú*, entrevistou Vinicius de Moraes. A entrevista teria sido realizada pela irmã de Samuel Blixen, Inês Blixen. Nela são discutidos diversos tópicos relativos às qualidades artísticas dele, assim como a sua atuação como diplomata nos anos de 1958-1960 e afirma-se que ele teria perdido seu cargo por conta de motivos políticos. A documentação produzida pelo CIEX alega que Vinicius de Moares foi

²⁵⁴ BR AN, BSB IE.04.11, p. 41/54.

²⁵⁵ BR AN, BSB IE.05.6, p. 14.

²⁵⁶ BR AN, BSB IE.,05.7, p. 54/71.

²⁵⁷ BRA AN, BSB IE.05.10, p. 74/78.

²⁵⁸ BR AN, BSB IE.06.1, p. 25/78

procurado por Maria Aparecida Gomides para que ele intervisse em favor do seu marido, porém ele teria recusado, pois temia sofrer represália por parte dos Tupamaros.²⁵⁹

O Caso de Aloysio Gômide é importante para a ditadura brasileira, pois significava um atentado contra a vida de um membro do governo brasileiro. O governo do Uruguai não cedeu às exigências dos membros do MLN, que teriam requerido a libertação de 150 prisioneiros.

Mesmo com a negociação brasileira com o governo uruguaio, não houve a liberação dos presos e de Dan Mitrione, que foi encarcerado conjuntamente com Gômide. Este último foi assassinado, o que causou maior preocupação por parte de Gibson Barboza, que acompanhou o caso pessoalmente, pois era o Ministro das Relações Exteriores no período.

O presidente Pacheco Areco seria o mais intransigente em não negociar com os sequestradores e o cônsul brasileiro só conseguiu ser resgatado, pois a sua mulher, Maria Aparecida, através de uma campanha de doações, conseguiu arrecadar um quarto da soma. Este dinheiro foi entregue aos Tupamaros através de uma estratégia para evitar a polícia uruguaia. Percebemos que nesse conflito temos uma posição bastante independente por parte do governo uruguaio, que não aceitou ceder às exigências dos sequestradores e a negociação com o Brasil para a libertação do seu cônsul.

Os informes relativos aos Tupamaros são acentuados a partir de 1971, isso vai ao encontro de Bandeira quando afirma que a situação no Uruguai inquietava os governos da Argentina, Brasil e dos EUA. As sucessivas operações contra bancos, sequestros e sabotagens estavam agravando o cenário político de um país que vivia uma crise econômica intensa.²⁶⁰

Em um informe de 28/05/1971, manifesta-se a existência de um estudo realizado pelo MLN para sequestrar o político uruguaio, Jorge Battle. Este, por sua vez, seria o político colorado de maior projeção devido a sua força eleitoral e teria grande influência sobre as decisões do governo de Pacheco Areco. É enfatizado que ele seria o único político capaz de aglutinar o partido na intenção de lançar um candidato à Presidência e que, além disso, o seu apoio popular parecia grande suficiente para que os colorados vencessem as eleições vindouras.

Nesse relatório, são levantados os possíveis desdobramentos se ocorresse esse sequestro:

Tal sequestro pode ter as seguintes consequências

²⁵⁹ BR AN, BSB IE.06.1, p. 55/78.

²⁶⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970–1973)*. 2. ed. Edição do Kindle. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

- 1) forte diminuição das perspectivas eleitorais da facção colorada que apoia Pacheco Areco;
- 2) Reforço das possibilidades eleitorais da “Frente Ampla”
- 3) radicalização da opinião de direita;
- 4) incremento das razões para um golpe de Estado por parte de Pacheco Areco.²⁶¹

Ainda sobre as eleições de 1971, temos informes que relatavam a infiltração do MLN na Frente Ampla, atuando nos comitês da cidade de Montevideú. Esses teriam como objetivo recolher dados dos integrantes da Frente Ampla para realizar o recrutamento para o MLN.²⁶² Essas informações vão ao encontro de Rouquié²⁶³ quando afirma que, nas eleições de 28 de novembro, a esquerda compôs uma Frente Ampliada com dissidentes *Blancos* e *Colorados* que recebeu apoio dos Tupamaros. Esta apresentou o General Liber Seregni como candidato à Presidência da República.

Existia um temor por parte de Brasília, Buenos Aires e Washington que algo semelhante ao ocorrido no Chile pudesse vir a ocorrer no Uruguai com a eleição do candidato da Frente Ampla. Essa coalização de esquerda teria se inspirado na Unidade Popular que levou Allende ao Poder no Chile, a Frente Ampla.²⁶⁴

Sergio Aguilar afirma que a possibilidade de vitória da Frente Ampla teria levantado a viabilidade da intervenção militar brasileira no Uruguai por parte da operação Trinta Horas. Todavia, a derrota do candidato da Frente Ampla, Líber Seregini, para Juan Maria Bordaberry, seria positiva para o governo brasileiro, mesmo que as informações vindas do Uruguai indicassem que o MLN continuaria empreendendo ações e poderia criar problemas para o governo de Bordaberry.²⁶⁵ Vizentini²⁶⁶, sobre essa questão da Operação Trinta Horas, afirma que essa ação estaria vinculada à diplomacia militar paralela, relacionada à ideia de Brasil Potência. Isso implicava uma perspectiva geopolítica que tinha como objetivo evitar a constituição de governos contrários aos projetos brasileiros.

A partir de 1971, as forças armadas obtiveram a tarefa e a responsabilidade de combater as atividades subversivas, ou seja, passaram a ser os principais agentes da repressão. Por conta do Decreto nº 566/1971, de 9 de setembro, o presidente Pacheco Areco entregou a repressão às forças Armadas, que estariam exercendo um papel de tutela perante o governo.

²⁶¹ BR NA, BSB IE.06.1, p. 78/85.

²⁶² BR AN, BSB IE.06.8, p. 35/118.

²⁶³ ROUQUIÉ. *Op. Cit.*, 1984.

²⁶⁴ BANDEIRA. *Op. Cit.*, 2017.

²⁶⁵ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual*. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.

²⁶⁶ VIZENTINI. *Op. Cit.*, 2004.

Essa iniciativa não diminuiu o ambiente conflituoso dos países, ao contrário, as tensões sociais e políticas aumentaram.²⁶⁷²⁶⁸

Existe uma tentativa de cooptar os militares do Uruguai. O MLN teria feito uma circular comunicando que o Exército não tem se defrontado contra o MLN e os chefes ainda eram considerados patriotas pela organização. Todavia, mencionavam militares que mantinham vínculo com autoridades do Brasil, especialmente o Coronel Esteban Christi. Os Tupamaros afirmavam que ele tinha ligações com o Adido do Exército em Montevideú.²⁶⁹ Eles estariam deixando de lado as questões de Relações Internacionais e sendo acaudilhados por Raul Sendic. Com o resultado das eleições de 1971, o MLN teria passado a aumentar sua ação subversiva com o objetivo de causar pânico no Brasil e incentivo à guerrilha local. Esperavam, com isso, obter apoio da população frustrada com a derrota da Frente Ampla.²⁷⁰

O CIEX teve a preocupação de informar as recorrentes tentativas de cooptação de alas militares por parte dos Tupamaros. Isto pode ser relacionado à possibilidade de um golpe militar de esquerda, como foi efetivado no Peru com a liderança de Juan Velasco Alvarado em 1968.

A eleição de Bordaberry ampliou cada vez mais a repressão aos grupos guerrilheiros. Logo, no dia 24/04/1972, as Forças Conjuntas compostas pelas Forças Armadas e a Polícia do Uruguai divulgaram comunicados de ordem e de segurança. Foi instaurado o “estado de guerra interna” por parte do Ministério Nacional do Interior, que estão a cargo tanto do Ministério de Defesa Nacional quanto do já mencionado Ministério do Interior, e regulam as atividades consideradas de Segurança Nacional.²⁷¹ Além disso, afastou-se a possibilidade de ocorrer o mesmo que aconteceu no Chile em 1970 com a ascensão de Allende ao poder, e a experiência chilena de implementar o socialismo pela via democrática.

Em um informe de 13/09/1972, sobre a situação atual dos Tupamaros, podemos perceber que as Forças Armadas uruguaias, a partir de abril, estariam avançando na contenção contra o MLN, que começou a sofrer diversas baixas em seus quadros de operação e falta de meios financeiros para manter a organização. Tanto que Mareñales Saenz teria ido à Argentina para tentar conseguir dinheiro com o ERP (*Ejército Revolucionario del Pueblo*), que ajudaria o MLN a se recuperar dos revezes que sofreu.

²⁶⁷ ROUQUIÉ. *Op. Cit.*, 1984.

²⁶⁸ BANDEIRA. *Op. Cit.*, 2017.

²⁶⁹ BR AN, BSB IE.08.1, p. 45/72.

²⁷⁰ BR AN, BSB IE.08.1, p. 46/72.

²⁷¹ BR AN, BSB IE.08.5, p. 69/97.

A partir de 1972, com os fracassos eleitorais, os Tupamaros teriam entendido que sua atuação deveria ser transferida para a esfera da luta armada, único caminho possível para satisfação das demandas do povo. Porém, ao mesmo tempo, Pacheco Areco vota no Parlamento uma legislação repressiva que teve como resposta a intensificação do MLN em suas ações de guerrilha.²⁷²

No início de abril, o governo levou ao Parlamento um Decreto sobre a instauração do estado de guerra interna. Este foi aprovado pelo Congresso Nacional em 14/04/1972, e ampliou as competências dos militares e limitou as liberdades cívicas. Para Padrós, esse foi um passo importante rumo à ditadura.²⁷³

Em 21/09/1972, temos um documento em que o Ministro da Educação, Julio Sanguinetti, propôs a Juan Maria Bordaberry um plano de pacificação que consiste em efetuar uma trégua contra os movimentos subversivos, em especial o MLN. As forças armadas estariam informadas sobre essa possibilidade e seriam contrárias à proposta. A ideia de Sanguinetti estaria em acordo com a campanha dos grupos políticos de esquerda de não prorrogarem a lei de suspensão de garantias individuais que terminava em 15 de setembro de 1972. Essa foi a lei que deu meios para as Forças Armadas empreenderem um combate irrestrito à subversão.²⁷⁴

Esse informe parece ser importante, pois dá a entender que a maioria das Forças Armadas do Uruguai era favorável à manutenção do cenário naquele período de contenção dos grupos guerrilheiros, algo que daria maior segurança para o Brasil no sentido de que a possibilidade de um governo militar de esquerda parecia ser remota por conta da posição combativa das Forças Armadas contra os guerrilheiros Tupamaros.

Parece que há uma efetividade na repressão exercida pelos militares que não precisavam mais responder a certas limitações jurídicas e constitucionais. Rouquié afirma que em setembro de 1972, o MLN estaria praticamente desmantelado por conta da aplicação da estratégia antiguerrilha. Ao mesmo tempo, o Uruguai era fortemente criticado nos fóruns internacionais por suspeitas de violações de Direitos Humanos, com maus-tratos aos prisioneiros políticos.²⁷⁵

²⁷² ROUQUIÉ, Alain. *Op. Cit.*, 1984.

²⁷³ PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

²⁷⁴ BR AN, BSB IE.09.2, p. 24/70

²⁷⁵ ROUQUIÉ. *Op. Cit.*, 1984.

A partir do ano de 1973, os informes relativos aos Tupamaros começam a ser menos frequentes, possivelmente por conta do enfraquecimento da organização guerrilheira. Ainda assim, existe uma vigilância sobre a situação que se encontrava o MLN. Villalobos toma uma posição semelhante à de Padrós ao afirmar que o movimento guerrilheiro perde força por conta das ofensivas realizadas pelos militares.²⁷⁶ Apesar de irregulares, os informes sobre os Tupamaros ainda chegavam no CIEX, isto pode ser por conta da manutenção da vigilância que reforça uma ideia de que existe ainda um inimigo a ser combatido e ao mesmo tempo pode ser apenas a manutenção do monitoramento para que tomassem conhecimento da evolução e do desenvolvimento dos conflitos ideológicos no Uruguai.

Afirma-se que diversos Sargentos teriam sido punidos por conversarem com membros dos Tupamaros. E os altos comandantes teriam relatado essa problemática para o presidente Bordaberry, mas o presidente não as levou a sério. Contudo, novamente, percebemos uma vigilância em torno dos militares que poderiam vir a se identificar às pautas defendidas pelos guerrilheiros.

Em uma aliança com o ERP da Argentina, os Tupamaros conseguiram se reerguer os seus quadros, e aqueles que estavam no Chile teriam retornado para o Uruguai. É o que consta no informe de 09/01/1974. Nele ainda se infere que o MLN estaria bem reorganizado e com boas perspectivas econômicas por conta de operar na Argentina conjuntamente ao ERP.

As duas organizações, apesar de atuarem conjuntamente, estariam escondendo a sua aliança para desorientar e evitar possíveis represálias por parte do governo. Um exemplo de ação conjunta é o do sequestro do Gerente Geral da “Swissair” na Argentina, com a participação do MLN, do MIR e do ERP. O resgate teria sido pago em Paris, e a quantia foi de 3,5 milhões de dólares, dividida entre as três organizações. Essa forma de atuação seria uma modalidade defendida pelo ERP, denominada de “subversão cooperativa” e seguia a tese da “internacional subversiva”.

Em uma nota de comentário do CIEX, o agente faz a seguinte análise:

Parece indicar que uma linha de ação do ERP para contrabalançar o esquema geral que estaria sendo aceito pelas demais organizações subversivas latino-americanas no sentido de uma conjugação de meios e esforços, concentrados contra um único alvo de cada vez, segundo relação de prioridades. De acordo com informes anteriores colhidos por este Centro, tal diretriz teria sido determinada por Moscou, através de Havana, ficando Cuba com a responsabilidade de implementar a nova ofensiva conjunta.²⁷⁷

²⁷⁶ VILLALOBOS. *Op. Cit.*, 2003.

²⁷⁷ BR AN, BSB IE.12.1, p. 17/93.

O MRE parecia agir na lógica internacional do comunismo, passando pelos principais centros, sendo ele Moscou, que teria delegado para Havana a atuação na América Latina, dirigindo esses grupos guerrilheiros para tentar implementar uma revolução nos respectivos países, sendo que o Chile já passava por uma experiência socialista através da ascensão de Allende pela via eleitoral.

O MLN passou a recrutar novos elementos entre operários e profissionais liberais. Optou por um aparelho militar reduzido deliberado no congresso de Córdoba em 1973. As forças conjuntas do Uruguai teriam encontrado um estudo para a elaboração do sequestro do filho do embaixador argentino em Montevidéu. Foram encontrados cadernos que faziam menção a membros da embaixada do Brasil de nome Guimarães e Brum, que seria um policial brasileiro.

Podemos perceber que os informes recebidos pelo CIEX sobre o Partido Comunista Uruguaio (PCU) possuem muitos detalhes, inclusive sobre as divergências internas existentes no Comitê Central do PCU. No reporte de 21/06/1968, é relatada a cisão que ocorreu no partido por posições mais ortodoxas em relação às mais moderadas.²⁷⁸

O PCU teria organizado uma manifestação em frente ao Palácio Peñarol, através do “*Movimiento por la Defensa de las Libertades*”, que teve como principais temáticas a defesa pelas liberdades de direitos, a revogação das medidas de segurança, contra o congelamento de salários e a adoção de medidas que promovessem a superação da crise econômica e social. Outros dirigentes de centrais de trabalhadores estariam apoiando essa manifestação distribuindo panfletos com os seguintes dizeres:

O convocamos a defender um nível de vida decoroso para os que trabalham e acreditam na riqueza do país, com:

- a) salários e vencimentos de acordo com o custo de vida;
- b) com uma política habitacional para o povo;
- c) com uma política de recursos para atender a saúde do povo;
- d) com uma política de recursos que permitam à política educacional cumprir com positividade.

O final do panfleto enfatizava que os problemas pelos quais o país atravessava não seriam resolvidos através de medidas de segurança, golpe de Estado ou governo de força, limitações de direitos sindicais e de organização do povo, congelamento de salários, desvalorização, inflação e maiores rendas para os poderosos e para os monopólios

²⁷⁸ BR AN, BSB IE.03.6, p. 66/76

estrangeiros. Essa manifestação, curiosamente, foi proibida pelas autoridades uruguaias justamente utilizando como referencial as medidas de pronta segurança.

Em 1974, temos um informe sobre a Estratégia Atual do Partido Comunista Uruguaio. Neste, o Partido estaria analisando a demissão do Tenente-Coronel Hugo Chiappe Posse como uma decorrência da contradição entre duas correntes militares, os Nacionalistas e os Direitistas. Membros do PCU, que mantinham contato com jovens militares, revelaram que existia uma máxima de que “sem mudanças de estrutura, não pode haver desenvolvimento econômico”. O partido teria como perspectiva acentuar essa contradição, com a finalidade de conseguir cooptar os militares uruguaios.

Novamente, o CIEX informava à ditadura militar as contradições existentes dentro do exército uruguaio. Essa preocupação é constante no sentido de que os partidos de esquerda teriam a intenção de tentar cooptar esses militares para o seu projeto político.

O braço do PCU continua sendo a Convenção Nacional de Trabajadores (CNT), mesmo que este esteja na clandestinidade. O PCU defende que seja estabelecido um governo provisório que reúna as forças democráticas e progressistas. Dentro das reivindicações do PCU, prezava-se pelo reestabelecimento dos direitos democráticos, a cessação das torturas e a nacionalização dos bancos e da indústria frigorífica, a intervenção do Estado nos estoques de alimentos, bem como a adequação salarial aos custos de vida. Essas perspectivas eram apresentadas dentro de uma frente democrática, abrangendo setores da burguesia nacional e dos partidos tradicionais.

Esse posicionamento do PCU, vinculado à valorização dos democráticos, parece trazer uma posição mais branda e poderia ser interpretada como positiva pelos militares brasileiros. Porém, é atentado que o PCU seria favorável a um golpe contra Bordaberry. A posição do PCU é de apoiar essa ação, tentando influenciar dentro das Forças Armadas para que a corrente nacionalista obtivesse o controle.²⁷⁹

O Uruguai passa a ser controlado cada vez mais pelos militares. A preocupação do PCU é de acirrar as contradições políticas e sociais que existem no país para conseguir uma oportunidade de encampar o seu projeto.²⁸⁰

Afirma-se que o PCU haveria mantido uma certa distância entre as posições do Partido Socialista, que teria como projeto promover atividade policiais de maior peso e, paralelamente, a agitação em determinadas fábricas. Essa perspectiva estaria em consonância

²⁷⁹ BR NA, BSB IE.12.7, p. 140/216.

²⁸⁰ BR NA, BSB IE.13.1, p. 25/52.

aos projetos do *Movimiento 26 de Marzo* e dos Tupamaros. Menciona-se uma greve dos metalúrgicos que foi conduzida pelo Partido Socialista.

O *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), por outro lado, teria ido ao encontro das teses do PC e procurava lançar bases de maior entendimento entre os partidos, PC, PS, independentes, e *Movimiento 26 de Marzo*, assim com a esquerda dos partidos tradicionais, e cogitava estabelecer diálogo com líderes da área liberal como Almicar Vasconcellos e Jorge Battle.²⁸¹

O informe de 09/12/1974 parece importante para descrever o ambiente político e social. Nele é divulgado que as esquerdas estariam organizando uma greve geral que ocorreria antes do final do ano de 1974. Elas tinham como exemplo a greve realizada pelos trabalhadores da construção civil. Esta demonstraria a viabilidade da preparação de greves gerais e o desenvolvimento de um ambiente político social de combatividade contra o governo Bordaberry. A posição do Partido Socialista seria a de organizar uma Frente Única contra o regime uruguaio, mobilizando a classe operária e os setores populares no geral, trazendo para o movimento os nacionalistas civis e militares.²⁸²

Os movimentos de esquerda estariam tentando realizar atos de agitação nas fábricas para que os operários aderissem à greve geral. As Forças Conjuntas começaram atuar no sentido de conter essas práticas para evitar uma mobilização de massas. A greve geral estaria marcada para 18 de dezembro de 1974. Os quadros do PDC não acreditavam que a greve geral pudesse ter um impacto generalizado, porém admitiam que ela poderia ter uma incidência em focos isolados.

Os Membros da CNT acreditavam que mesmo limitados, os resultados da greve teriam consequências políticas internas, criando a possibilidade de sensibilizar os setores do empresariado e das áreas militares nacionalistas. Para a central sindical, a greve era a continuidade dos esforços feitos para desestabilizar o governo e contestar a legitimidade por meio de mobilizações de massa. O CTN estaria indo no sentido de retomar a liderança do operariado e combater a tentativa do Executivo de criar sindicatos patrocinados para apoiar o governo.

A posição do PCU era de que a tentativa de promover a greve geral tinha como objetivo conscientizar o operariado do país quanto à necessidade de uma saída revolucionária e o fortalecimento da participação dos organismos de classe no programa revolucionário.

²⁸¹ BR NA, BSB IE.13.4, p. 186/202.

²⁸² BR AN, BSB IE.13.5, p. 16/78.

Fazem uma conjectura de que o Governo de Bordaberry passa por um processo irreversível de perda de substância.²⁸³

Em uma reunião do Comitê Central do PS, na cidade de Carmelo, foi discutida a mudança tática na condução política do movimento de esquerda que consistiu na alteração das atividades de denúncia e agitação, em favor da atuação com objetivos políticos definidos.²⁸⁴

Nessa ordem as ideias, as lideranças do Partido Socialista procuraram fixar em Carmelo a posição do Partido em relação aos seguintes tópicos:

- a) Possibilidade de preparar uma greve geral, aproveitando as condições do momento político e a recente experiência da greve dos Sindicatos Operários do Setor de Construção Civil;
- b) A viabilidade de se adotar um programa de mobilização popular;
- c) Exame das possibilidades de utilizar a Frente Única como instrumento para incorporar ao processo de luta contra o Governo as chamadas tendências nacionalistas, tanto civis quanto militares.²⁸⁵

O papel da Frente Única teria sido o foco principal dessa reunião, conjuntamente aos militares dentro dessa perspectiva, pensando qual a atribuição que eles desempenhariam. Levantou-se duas possibilidades: a primeira seria a de provocar um golpe militar nacionalista e a segunda de mobilizar ações populares para fazer avançar o processo revolucionário, com um peso político no desenrolar da conjuntura.

As sessões do Tribunal Bertrand Russel II tiveram como foco o julgamento dos regimes políticos do Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai. Tem-se o informe de que o ex-espião da CIA Philip Agee se encontrou com o ex-senador uruguaio, Wilson Ferreira Aldunate, e que contaria que o Coronel Ramon Trabal era um agente a serviço da CIA no Uruguai e que a morte de Trabal teria sido por conta do dossiê que ele elaborou sobre os momentos da repressão ao MLN no Uruguai no sentido das diretivas que a agência de segurança estadunidense passava para Trabal exercer no combate ao MLN.

O coronel Trabal, quando estava na França, estaria estudando o processo político peruano e tinha discordâncias com o rumo que os acontecimentos políticos vinham se desenvolvendo no Uruguai. Philip Agee relatou ao ex-senador Ferreira Adulante que o Coronel Trabal seria “iluminado” pelos movimentos de esquerda. A sua mudança de posição político-ideológica teria sido um dos motivos do seu assassinato. Além disso, os contatos de

²⁸³ BR AN, BSB IE.13.5, p. 55/78.

²⁸⁴ BR AN, BSB IE.13.5, p. 68/78

²⁸⁵ BR AN, BSB IE.13.5, p. 68/78.

Trabal com militares do Terceiro mundo teriam prometido apoio para a deposição de Bordaberry.²⁸⁶

O Serviço de Informações e Defesa do Uruguai repassou ao Tenente-Coronel Carlos Gonzalez que os próprios Tupamaros teriam assassinado o Coronel Ramon Trabal. Essa ação foi conduzida pela “Brigada de Raul Sendic” que faz menção ao líder que estava desaparecido.

É levantada a possibilidade de que seria uma vingança por Trabal ter convencido Amódio Perez, líder Tupamaro, a trair o movimento e colaborar com os militares.²⁸⁷ O Serviço de informações e Defesa do Uruguai estaria com ressentimento em relação à base da CIA em Montevideu por ter sonogado informações e ter interferido em assuntos internos do Uruguai. Essa interferência no ambiente interno seria por conta da facilitação da entrada de Tupamaros, que estavam na Argentina, para dentro do Uruguai. Talvez fosse uma estratégia da CIA de fomentar a combustão social dentro do Uruguai e manter o perigo comunista aceso para continuar a sua propaganda política.²⁸⁸

A estratégia do Partido era a de valorizar as experiências internacionais do Vietnã e Camboja e o processo revolucionário dos militares comunistas brasileiros. O PCU tinha previsões acerca da deposição do Presidente. Para isso, foi dado prosseguimento à organização das greves gerais com a projeção de que seria possível a derrocada do governo Bordaberry a partir de um golpe em que os militares progressistas estivessem à frente do processo. Nesse sentido, são atribuídas as experiências na Indochina, Portugal, Etiópia e o avanço do processo peruano.

Em um informe de 26/02/1976, temos uma transcrição de entrevista concedida por Enrique Rodriguez Erro para algum jornal da República Democrática Alemã. Nela, ele disserta sobre a criação de uma frente ampla democrática contra a ditadura no Uruguai. Essa frente, por sua vez, deveria formar um governo provisório das forças políticas, sociais e militares, com o objetivo de preservar as forças populares e democráticas do país. As tarefas básicas seriam o reestabelecimento das liberdades e direitos democráticos, melhoramento da situação dos trabalhadores e a realização de uma política externa independente. Além disso, ele denunciou a prisão e sequestro de mais de 500 pessoas, sendo elas submetidas à tortura.²⁸⁹

²⁸⁶ BR AN, BSB IE.14.4, p. 9/80.

²⁸⁷ BR AN, BSB IE.14.4, p. 11/90

²⁸⁸ BR AN, BSB IE.14.4, p. 58/80

²⁸⁹ BR AN, BSB IE.15.2, p.13/13.

No ano de 1976 temos um novo relato de reestruturação do MLN. Neste, aparecem dados relativos à entrada de armamentos vindos do Brasil para os Tupamaros. As Forças Armadas e a Direção Nacional de Informação e Inteligência (DNII) teriam detectado a entrada do carregamento. As autoridades uruguaias estariam com dificuldade de conter a reestruturação do MLN no sentido de deter os integrantes da organização.²⁹⁰

Em 1977, houve uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista Uruguaio e nele teria sido estabelecido um documento sobre o Balanço e as Perspectivas para a conjuntura política uruguaia. Foram elaboradas cinco metas:

- a) Elevar os objetivos de luta e organização da classe operária;
- b) Agrupar todas as correntes contrárias ao atual regime político uruguaio junto ao proletário e classe média;
- c) Agrupar todas as correntes contrárias ao regime, civis, militares, religiosos e leigos, reforçando a ideia de Frente Ampla, considerada o seu ponto avançado;
- d) Selecionar e classificar os membros das Forças Armadas e isolar os integrantes da “linha dura”, considerada predominante;
- e) Fortalecer o Partido Comunista que, segundo afirmam, cresceu na clandestinidade.²⁹¹

O PCU teria contatado os partidos tradicionais, o Nacional e o Colorado, e projetado uma aliança com o partido de Ferreira Aldunate, seguindo a perspectiva do ex-senador de acelerar uma ação conjunta com o povo para tentar promover a queda do regime e chegar a uma unidade de propósitos, independentemente da posição político ideológica.

O posicionamento do governo estadunidense de James Carter deveria ser levado em consideração, pois teria como principal bandeira a promoção dos Direitos Humanos e isso levaria ao isolamento da ditadura uruguaia, apesar dos EUA não terem interesse em provocar a queda do governo uruguaio.²⁹²

No ano de 1979, o Partido Nacional lançou um manifesto no semanário paraguaio *El Pueblo*, no qual fazia referência à luta política do seu fundador, Aparício Saraiva, que estava desaparecido. E conclamava que a vigência das liberdades públicas e dos direitos individuais eram uma urgência para o país, de forma que o reestabelecimento se fazia extremamente necessário e que essas práticas não prejudicavam nenhum tipo de governo, logo, era fundamental a restauração dos dispositivos tradicionais e invariáveis do ordenamento jurídico nacional.²⁹³

²⁹⁰ BR AN, BSB IE.16.3, p. 42/55.

²⁹¹ BR AN, BSB IE.16.8, p. 8/19.

²⁹² BR AN, BSB IE.16.8, p. 3/19.

²⁹³ BR AN, BSB IE.17.9, p. 16/31.

A aproximação das eleições de 1981 trazem algumas perspectivas para o desenvolvimento político uruguaio. O Partido Nacional não apoiaria o ex-presidente Pacheco Areco, mesmo que fosse o único candidato à Presidência da República, sem firmar compromissos com os *Blancos*. Essa posição era levantada por Wilson Ferreira Aldunate. Na opinião do ex-senador Guadalupe, tanto Pacheco Areco quanto Wilson Aldunate seriam considerados bons candidatos na avaliação do Departamento de Estado norte-americano. Caso Aldunate não concorresse à indicação, poderia cair em Carlos Julio Pereyra que teria o apoio da internacional socialista e transformaria o Partido Nacional em um partido de corrente social-democrata.²⁹⁴

Por fim, ainda sobre o processo eleitoral de 1979, foi apreendido um panfleto pela DNII que afirmava algumas posições de Ferreira Aldunate. O líder do *Partido Blanco* teria afirmado que o país tem vivido um verdadeiro Terrorismo de Estado, e o mesmo não estava animado com as perspectivas eleitorais de 1981 “porque terá um só candidato e o voto será obrigatório” e ainda

mesmo sob o silêncio provocado pelo medo, o Uruguai tem as suas forças políticas intactas, por isso a alternativa de hoje não é o caos, mas um regime democrático de liberdade, Quando? Dependerá isso de múltiplos fatores internos e externos que se verificam na Argentina e que estão se verificando no Brasil.²⁹⁵

Essa análise, do líder do *Partido Blanco*, enfatiza que a política Uruguai possuía uma influência dos acontecimentos do Brasil e Argentina. Nesse sentido, a política externa brasileira, tanto tradicional como militar, influenciou no Uruguai e conseguiu trazê-lo para a órbita de influência geopolítica brasileira que, em nível regional, Araujo e Teixeira²⁹⁶ afirmam ter uma importância na alteração de forças na região, influenciando na diminuição do poder argentino e aumentando a presença brasileira no sistema platino.

5.2 O CIEX E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NA ARGENTINA: DO PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO AO COMBATE AO COMUNISMO

Na Argentina, temos um cenário parecido com o do Uruguai, no sentido de existir ampla documentação vinculada à atuação da guerrilha e dos partidos de esquerda, em especial o Partido Comunista Argentino, desde 1967. Nesse sentido, o PCA parece viver um período

²⁹⁴ BR AN, BSB IE.17.11, p.31/38

²⁹⁵ BR AN, BSB IE.17.11, p. 35/38.

²⁹⁶ ARAUJO; TEIXEIRA. *Op. Cit.*, 2015.

de instabilidades com a desfiliação de diversos jovens, tanto do PCA, quanto da Juventude Comunista; inclusive, a decisão de não comparecimento à Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que foi realizada em Havana, provocou novos problemas para o partido entre a Direção e os Setores Juvenis. Além disso, a Argentina parece ter conseguido limitar as ações das esquerdas através de diversas legislações que tinham caráter anticomunista. Dessa forma, eles conseguiam utilizar-se do direito para combater as organizações com maior facilidade e tempestividade, o que pode ter acelerado o processo de repressão.

O Brasil possui uma relação de disputa histórica por hegemonia regional com a Argentina e, no período das Ditaduras de Segurança Nacional, a relação entre os dois países foi bastante pendular. Em alguns momentos houve alianças, especialmente no que diz respeito ao combate da subversão e do perigo comunista, e em outros, as disputas históricas voltaram à cena, especialmente quando se refere às questões geopolíticas e de expansão da área de influência. O caso paradigmático foi o imbróglio criado pela Argentina, durante o desenvolvimento do projeto da hidrelétrica de Itaipu, empreendimento que era uma parceria com o governo do Paraguai. Ou seja, no âmbito da segurança ideológica, temos uma afinidade com o governo brasileiro, porém, no âmbito de uma política externa, que envolve geopolítica e interesses pragmáticos de cada país, temos um afastamento e, até mesmo, um conflito tanto para consolidar uma hegemonia regional, quanto para estabelecer uma relação preferencial com os EUA.

O combate aos comunistas na Argentina aparece logo em 1967. Temos referência à Lei nº 17.401 que criou dispositivos legais para coibir as atividades comunistas.²⁹⁷ Nessa lei, quando a pessoa fosse qualificada como comunista, ela passaria a sofrer sanções, sendo elas:

- a) *Obtener carta de ciudadanía*
- b) *Desempeñar cargos, funciones o empleos del Estado, en jurisdicción nacional, provincial y municipal o en los organismos o entidades autárquicas autónomas o descentralizadas.*
- c) *Ejercer la docencia en establecimientos públicos y privados.*
- d) *Ser beneficiario de becas, o subsidios que directa o indirectamente provengan del Estado en jurisdicción nacional, provincial y municipal.*
- e) *Obtener licencia o instalar equipo como radioaficionado o instalar, adquirir, dirigir o administrar emisoras de radio y televisión.*

²⁹⁷ BR NA, BSB IE.07.10, p. 82/86.

f) *Instalar, adquirir o administrar establecimientos para la producción y fabricación de explosivos y armas de fuego.*

g) *Instalar, adquirir, dirigir o administrar imprentas y editoriales.*

h) *Adquirir propiedades en las zonas de seguridad de la Nación.*

i) *Desempeñar representaciones o cargos directivos en Asociaciones Profesionales de empleadores o trabajadores.*²⁹⁸

A qualificação de quem é colocado como comunista seria feita em caráter secreto e somente reportada à pessoa que foi qualificada como comunista. O Serviço de Informações da Argentina teria o trabalho de informar a pessoa interessada quando ela tentasse acessar um direito. Dentro do prazo de 10 dias, a pessoa poderia pedir vista do documento e os antecedentes que fundamentariam essa ação. Após mais 10 dias o acusado teria a possibilidade de solicitar recurso para revogar a qualificação por meio de provas, se passados os prazos, sem que o interessado tivesse feito uso dos dispositivos, a qualificação seria consolidada.²⁹⁹

A lei ainda previa a proibição de ingresso no país de estrangeiros que fossem descritos como comunistas. A Direção Nacional de Migrações seria responsável, com participação da Secretaria de Informações do Estado. A lei não seria aplicada a membros de corpo diplomático ou consular, missões oficiais e pessoas cujo ingresso foi autorizado pelo Poder Executivo Nacional.³⁰⁰

A Secretaria de Informações do Estado poderia produzir imediatamente os efeitos de qualificação com trânsito em julgado e supressão imediata das atividades e direitos da pessoa em questão, quando sentisse necessidade. Portanto, temos uma lei bastante contundente em relação à proibição de atividades políticas associadas ao comunismo e que possuem diversas aberturas que dão a possibilidade de restringir a vida das pessoas de forma arbitrária por conta do caráter secreto que ela emprega na investigação e qualificação como comunista das pessoas, ainda que a própria restrição política recaia em conflito com os Direitos Humanos Universais.

No ano de 1968, com o Partido Comunista na ilegalidade, temos um longo estudo sobre a estrutura do PCA, passando pela estrutura de organização. Ela era formada por Célula,

²⁹⁸ ARGENTINA. *Ley n° 17.401, de “Represión al comunismo”, del 22 de agosto de 1967.* Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 1967. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-17401-260802/actualizacion>. Acesso em: 28 fev. 2024.

²⁹⁹ ARGENTINA. *Idem*, 1967.

³⁰⁰ ARGENTINA. *Idem*, 1967.

Comitê de Bairro, Comitê Local, Comitê Provincial e Comitê Central. Informações relativas à periodicidade da Assembleia Geral relatam que ela era realizada regularmente, pelo menos uma vez por mês, e o mandato das autoridades era de 1 ano.

O Comitê de Bairro era uma instância superior à das células e era eleito por uma conferência anual de delegados representando as células das respectivas jurisdições, com um corpo de 7 a 9 membros. O Comitê Provincial era formado pelos membros eleitos pela conferência de delegados de todas as localidades sob as jurisdições ou dos Comitês de Bairro, e essa conferência teria a periodicidade de 2 anos.

A direção era exercida pelo Comitê Central, eleito pelo Congresso Nacional. Além disso, era responsabilidade do C.C a resolução dos programas e dos Estatutos do Partido. Ele ainda representa o Partido nas suas relações com os outros partidos comunistas e as demais agrupações sociais. Nomeia as comissões de organização, sindical, camponesa, feminina, de agitação e propaganda, educação e de finanças, assim como designa os redatores para os órgãos de imprensa.

O Centro de Informações do Exterior possuía a descrição de todos os integrantes do C.C do Partido Comunista Argentino e via que existia uma adoção da perspectiva da URSS em detrimento do comunismo Chinês.

A avaliação é que o governo argentino vinha combatendo o PCA que estava na ilegalidade, todavia, ele ainda atuava com certa liberdade dentro dos sindicatos e editando de forma clandestina seus periódicos, e o *Nuestra Palabra*, *Nueva Era*, *Cuadernos de Cultura*, *Revista Internacional*, *Problemas de Economía*, *Problema del Marxismo* seriam as principais plataformas. Ao contrário disso, as publicações comunistas vindas do exterior estavam sendo restritas, em especial a chinesa e a cubana. Para além disso, tem-se a ideia de que na ilegalidade o partido acabava perdendo força política e afiliados, o que implicava uma menor eficácia organizativa. O PCA então estaria atravessando momentos difíceis, talvez o mais difícil da sua história, pois os seus dirigentes estariam em constante vigilância pelos órgãos de informações e contrainformações argentinos.³⁰¹

O monitoramento do PCA foi constante e, em 12/09/1968, tem-se o informe de uma reunião na cidade de La Banda na Província de Santiago del Estero do PCA e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Essa reunião teria como objetivo a criação de uma Frente Única Revolucionária, que seria integrada por elementos de “esquerda nacional”. O fator aglutinador seria a promoção de críticas em relação ao governo, sendo elas

³⁰¹ BR NA, BSB IE.03.8, p. 39/65.

principalmente no âmbito da economia e nos problemas que afetavam a classe operaria. Os representantes do PCA teriam sido Victor Larralde, Almicar Latino Santucho, Francisco Rene Santucho e Pedro Lescano, e os do PRT, Carlos Federico Caceres e Emilio Ybarra.

Para dar maior folego ao movimento, o PRT haveria iniciado uma campanha de captação de novos adeptos em todo o país, que teriam como principais pessoas alguns dissidentes do próprio PCA e estudantes universitários. No sentido estratégico, o PRT adotou a posição do movimento operário-estudantil francês. Importante salientar que existe uma Nota do CIEX, nesse informe, que proíbe a transmissão desses dados a outros serviços de informações estrangeiros por motivos de segurança operacional. Isso pode ser uma forma de proteger o informante do CIEX que tinha contato com o Partido Comunista Argentino, sendo assim ele poderia continuar o exercício dos seus reportes.³⁰²

Em 15/01/1969, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista Argentino fizeram uma declaração por meio do jornal *El Popular*, pertencente ao Partido Comunista do Uruguai. Esse manifesto era a representação do resultado dos entendimentos dos partidos que teria sido publicado pelo semanário do PCA *Nuestra Palabra*.

Nele, foram colocados os principais problemas que os partidos vinham sofrendo na transformação revolucionária das formas socioeconômicas, o atraso teria vínculo com o domínio do imperialismo norte-americano sobre a vida nacional e o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. Por isso, defendiam a recuperação das riquezas nacionais e a implementação de uma reforma agrária. Fazem alusão à intervenção exterior promovida pelos EUA na América Latina, que se fundamenta no desencadeado de golpes de estado que implantaram ditaduras militares reacionárias.

O governo de Washington, desse modo, busca conter o avanço das lutas democráticas e de libertação dos povos latino-americanos, reforçando seu domínio e intensificando a exploração do trabalho e a espoliação da riqueza. Os regimes políticos da Argentina e do Brasil são classificados como ditatorial militar, de conteúdo entreguista e anti-trabalhista.

Por esse motivo, a tarefa imediata era a de desenvolver nos dois países uma unidade de ação contra as forças ditatoriais, buscando as liberdades democráticas que levariam à superação dos problemas que afligiam os povos brasileiro e argentino, ou seja, a libertação do domínio imperialista e da exploração latifundiária para a conquista da democracia e do socialismo.

³⁰² BR NA, BSB IE.03.9, p. 50/139

A OEA seria o aparato utilizado para dominar politicamente a América Latina e a Aliança para o Progresso teria justamente o objetivo de consolidar a área de influência do Imperialismo estadunidense. Por isso, seria necessária uma ação conjunta dos partidos comunistas da América Latina para promover a independência e o progresso social. Essa coesão do movimento comunista internacional seria um dos fatores básicos para a vitória contra o imperialismo, o pior inimigo da humanidade. Um passo nessa direção seria a reunião na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Trabalhistas.³⁰³

Esses informes relativos ao PCB e o PCA poderiam ser importantes para o governo brasileiro tomar conhecimento das estratégias empreendidas pelos partidos e, com isso, formular respostas para possíveis contendas. Além disso, realizar uma aliança com a Argentina para conter os movimentos comunistas.

Em 1973, quando Perón retorna à Argentina, existe um informe que faz menção à diminuição da atividade subversiva, todavia, as negociações de Perón com o Governo tiveram um resultado negativo e isso poderia interromper a trégua. Assim, esse relato era fundamentado pelas análises elaboradas pelos serviços de informações argentinos.

Nesse mesmo relato, existe a estrutura dos quadros guerrilheiros, que era:

- a) Organizações Armadas Peronistas: formadas pelas Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR), “Montoneros” e “Descamisados”, estariam dispostas a interromper o diálogo mediante uma ação de grande envergadura talvez seguida de atentados de menor importância;
- b) Forças Armadas de Libertação (FAL): esta organização, que iniciou a tática dos sequestros como o do Cônsul paraguaio Waldemar Sanchez, está praticamente desmembrada como consequência da ação antissubversiva da política e do SIPBA, que destruiu seu centro de operações logísticas de La Plata;
- c) Exército Revolucionário do Povo (ERP): e considerada a organização de guerrilha mais preparada e de maior periculosidade. Algumas das inúmeras ações que empreendeu confirmam sua violência metódica e a audácia quase suicida de seus quadros militares, como os sequestros do Cônsul britânico Stanley Silvester, em Rosário, e o industrial Oberan Salustro, que culminou com sua morte; o assalto ao Banco Nacional de Desenvolvimento; a fuga da prisão de Tucumàn, que custou a vida de cinco guarda, e o assassinato do General Juan Carlos Sanchez, em combinação com as FAR.³⁰⁴

Esse ambiente distensionado seria de interesse do Governo Lanusse para legitimar a sua política de “Grande Acordo Nacional”. O informe ainda salienta que, após Perón deixar o país, novos casos de sequestro para a obtenção de fundos foram realizados pelas organizações mencionadas previamente. Perón aparece, nesse sentido, como uma figura que consegue

³⁰³ BR AN, BSB IE.04.1, p. 7/45.

³⁰⁴ BR AN, BSB IE.10.2, p. 51/93.

aglutinar os interesses de diferentes grupos sociais e pacificar momentaneamente os conflitos que estavam ocorrendo na Argentina. Ele é reiteradamente acompanhado pelo CIEX. E cabe lembrar que, o momento de maior estabilidade e de incursão da Argentina no cenário internacional, foi quando Perón assumiu a presidência em outubro de 1973.

A Argentina continuamente criou instâncias para combater por uma via institucional as organizações guerrilheiras. Em 1971, temos a criação de um fórum específico para julgar os subversivos e um tribunal para julgar os guerrilheiros. Concomitante a isso, temos a implementação de uma política de repressão ilegal com sequestros, tortura e desaparecimento de militantes e assassinatos aos guerrilheiros.³⁰⁵

As eleições de 1973 iam se aproximando e, nesse sentido, começam informes que têm como foco o processo eleitoral vinculado à atuação das frentes peronistas que, naquele momento, pareciam ter como objetivo adiar o período eleitoral pelo meio da promoção de ações subversivas. O ex-Tenente Francisco Julian Licastro seria um dos homens de confiança de Perón, sendo indicado a substituir Hector J. Campora na candidatura presidencial da Frente Justicialista de Libertação (FREJULI) caso Campora ficasse inabilitado. Também existe o levantamento de que ele teria sido o promotor do conflito dentro do esquadrão de Infantaria da Marinha de Guerra na Escola Mecânica da Armada, no dia anterior à chegada de Perón.

Portanto, o cenário eleitoral seria de instabilidade com a atuação da frente peronista no sentido de adiá-la ou até mesmo impedir totalmente a sua efetuação. É afirmado que existia um possível golpe sendo elaborado pelos peronistas, tendo como foco os chefes militares que integravam o Comando Eleitoral.³⁰⁶

A partir de 1973, parece haver um crescimento de agitações sociais, tanto em número, quanto em grau. Para Alberto Romero, a motivação principal era a de que as organizações estavam buscando obter armas, dinheiro e material médico, além de demonstrar a sua capacidade de poder frente ao Estado.³⁰⁷

Sobre as organizações guerrilheiras na Argentina, temos a proeminência dos Montoneros, que obtiveram êxito na incorporação de outras organizações dentro da sua estrutura, mas o ERP manteve sua autonomia na visão de Romero. Esse fato parece

³⁰⁵ ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina 1916 a 1999*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

³⁰⁶ BR AN, BSB IE.10.2, p. 68/93.

³⁰⁷ ROMERO. *Op. Cit.*, 2001.

particularmente caro, pois percebemos uma maior importância dada ao ERP nos documentos do CIEX que analisamos.³⁰⁸

No mês de outubro, existe um relatório sobre as atividades subversivas na Argentina que teriam ocorrido em agosto. Nele é feita uma análise do panorama político contendo os principais alvos da subversão que, naquele momento, eram os legisladores nacionais e provinciais, empresários, interventores, dirigentes sindicais e líderes estudantis. No entanto, essas ações não tinham sido reivindicadas por nenhum movimento. Os informantes teriam chegado ao número de trinta e seis ações subversivas que não tinham identificação de autores. Porém, a maior parte era associada ao ERP, já que essa seria a organização mais ativa. Esta haveria praticado vinte e quatro operações no mesmo mês.³⁰⁹ No mês seguinte, foram efetuados cinquenta atentados classificados como terroristas, com artefatos explosivos, destruição de instalações universitárias, sindicais, políticas, e agressões a repórteres.³¹⁰

A chegada de Perón ao poder em 1973 intensificou o combate às organizações subversivas, sendo efetuada uma ação contra integrantes do ERP, que teria sido realizada por meio de uma denúncia anônima. Foram detidas doze pessoas, todas residindo em Buenos Aires. Além disso, foram confiscados seus carros, armas de fogo, munições e até mesmo uniformes do Exército, maletas de medicamentos e parte de cartazes de instrução guerrilheira.³¹¹ O ERP foi o principal alvo de operações dentro da linha de repressão e combate ao “terrorismo” adotada pelo governo após o ataque ao quartel em Azul. Nessas operações, temos a invasão do jornal peronista de extrema esquerda, *El Descamisado*, onde foram detidas várias pessoas. Essa operação teria sido efetuada pela *Superintendencia de Seguridad* e no referido quartel em Azul foram detidas vinte pessoas que fizeram parte do ataque daquele local.

Em Buenos Aires, no dia 28 de Janeiro de 1974, membros do ERP teriam sido detidos, alguns sendo da cúpula dirigente. Além disso, é afirmado que existia a presença de guerrilheiros estrangeiros na operação do ERP em Azul, incluindo um cidadão argelino contratado pelo ERP como instrutor de operações de guerrilha.³¹²

Em 1974, temos um informe sobre a formação de uma frente de esquerda na Argentina. Ela foi denominada por “Frente Nacional de Esquerda”, dentro do setor

³⁰⁸ ROMERO. *Idem.*, 2001.

³⁰⁹ BR AN, BSB IE.11.3, p. 49/121.

³¹⁰ BR AN, BSB IE.11.4, p. 15/109.

³¹¹ BR AN, BSB IE .11.5, p. 82/89.

³¹² BR, AN, BSB IE.12.1, p. 63/93.

universitário. A tendência revolucionária dentro do peronismo e a derrota do alfonsinismo nas eleições do Partido Radical teriam acelerado as conversações entre esses setores, que já haviam promovido alianças nas Juventudes Políticas Argentinas e no meio universitário, através da Federação Universitária pela Libertação Nacional de Buenos Aires. O foco dessa aliança, então, seria primordialmente nos meios universitários e não é descartada a possibilidade da tomada da liderança da Frente por parte dos Montoneros.³¹³

A partir do jornal chileno *La Tercera de la Hora*, vinculado à linha política democrata-cristã, o CIEX faz menção à notícia das atividades das esquerdas em 1974. Nele, afirma-se que o marxismo-leninismo iria acelerar a definição do cenário político argentino, objetivando provocar crises no governo de Isabel Perón, debilitar as forças armadas e obrigá-la a mudar a estratégia de combate à subversão. Os possíveis desfechos dessa ação, se obtido êxito, seriam a renúncia da Presidente Isabel, ou ela teria de se apoiar totalmente nas Forças Armadas. No caso da hipótese, tem-se a expectativa de que as novas eleições seriam viabilizadas, o que possibilitaria a concorrência da esquerda peronista levando Cámpora à presidência da nação. A segunda previsão é de que a imagem do governo estaria associada à direita e, portanto, o movimento poderia explorá-la e associar ao peronismo ortodoxo. Dessas estratégias nasceria o seguinte esquema de ação:

- a) capitalizar e transformar, mediante a alquimia dialética, a herança nacional revolucionária do justicialismo em herança revolucionária marxista leninista.
- b) desprestigiar o peronismo ortodoxo e as suas máximas figuras.
- c) Criar uma imagem de fracasso antecipado para toda administração que não esteja de acordo com a esquerda revolucionária; em síntese: gerar a sensação de que a Argentina não encontra outra saída política viável, que não seja o marxismo-leninismo.³¹⁴

Novamente, estaria sendo editada uma nova legislação antissubversiva no ano de 1974 visando conter as guerrilhas que estavam em uma crescente. Uma das medidas seria o restabelecimento da antiga Lei de Residência (sobre a concessão de visto permanente) e aos crimes contra a Nação, que resultariam na perda da nacionalidade argentina para os naturais e a imediata expulsão dos cidadãos naturalizados ou residentes. Além disso, seria estabelecida uma Lei de Imprensa e uma disposição que encerraria as Faculdades com prejuízo acadêmico em caso de continua agitação no ambiente universitário.³¹⁵

³¹³ BR AN, BSB IE.13.1, p. 18/52.

³¹⁴ BR AN, BSB IE.13.3, p. 19/84.

³¹⁵ BR AN, BSB IE.13.4, p. 2/202.

Em um informe de 11/11/1974, temos dados sobre a possibilidade da instauração de um golpe militar liderado por Tenentes-Coronéis e Majores do Exército e Força Aérea Argentina, com tendências políticas de esquerda, ou seja, “*a la peruana*”. Assim como no Uruguai, aparece a preocupação por parte do CIEX em reportar para a ditadura brasileira a possibilidade de golpe de estado por militares identificados com o espectro político da esquerda.

Esse grupo estaria firmando contatos políticos com a linha ortodoxa do peronismo-nacionalista, através dos ministros de estado Alfonse Savino, José Lopez Rega e do General Jorge Carcagno. O golpe de Estado viria a ocorrer na segunda quinzena de dezembro daquele ano e seria efetuado mesmo que não tivessem o apoio da Marinha e da Polícia Federal da Argentina.

O congresso seria fechado e Maria Estela de Perón passaria a dirigir uma junta nacional de governo encabeçada por militares e políticos simpatizantes do nacionalismo peruano e contrário ao expansionismo brasileiro e de seus aliados na América Latina, no caso, o Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia. A possibilidade desse golpe de estado “*a la peruana*” foi difundido para o SNI e tinha como avaliação de veracidade a nota B-2. Ademais, as fronteiras com os países citados seriam fechadas temporariamente e sua reabertura dependeria de futuros estudos e decisões políticas da “Junta Nacional de Governo.”³¹⁶

No ano de 1976, temos dois informes que vão na direção de um recrudescimento contra ações subversivas. No primeiro, temos a cassação de direitos políticos de trinta e cinco pessoas de nacionalidade argentina, entre eles estavam listados três ex-presidentes e nove ex-ministros de Estado.³¹⁷ O segundo informe é sobre a alteração do código penal no Boletim Oficial da Argentina nº 23.438 de 1 de julho de 1976 através da lei nº 21.338, em que foi adicionada a pena de morte por fuzilamento para atos subversivos.³¹⁸ Além disso, há um reporte da expulsão de residentes de diversas nacionalidades, inclusive brasileira, por conta de vinculação a atividades subversivas³¹⁹.

³¹⁶ BR AN, BSB IE.13.4, p. 90/202.

³¹⁷ BR AN, BSB IE.15.8, p. 18/80.

³¹⁸ BR AN, BSB IE.15.8, p. 19/80.

³¹⁹ BR, AN, BSB IE.15.8, p. 21/80

5.3 O CIEX E O MONITORAMENTO DA SEGURANÇA IDEOLÓGICA NO CHILE: DO GOVERNO ALLENDE A DITADURA MILITAR CHILENA

O Chile possui uma particularidade em relação à Segurança Ideológica, pois o país, a partir de 1970, instaurou um governo socialista através da via democrática e teve que conviver e combater os movimentos subversivos de direita que tinham como objetivo depor o governo de Salvador Allende.

Nos anos de 1967, sob o governo de Eduardo Frei Montalva, temos algumas informações acerca do ambiente de Segurança Ideológica associado aos movimentos de esquerda, principalmente o *Movimiento Izquierda Revolucionária*, as relações do Chile com países do bloco socialista e a atuação de políticos de esquerda. Porém, os informes de Segurança Ideológica crescem com a deposição de Allende pelo golpe militar capitaneado por Augusto Pinochet.

Um dos primeiros acontecimentos relatados pelos CIEX, em relação aos movimentos subversivos no Chile, foi o apedrejamento da Embaixada do Brasil em Santiago em 1968, ou seja, um ano antes da atuação de Candido Câmara como embaixador no Chile. As motivações são atribuídas à realização da VIII Reunião dos Chefes de Estados Maiores dos Exércitos Americanos, no Rio de Janeiro. Ela teria desencadeado essa revolta provocada pelo Partido Comunista do Chile e pelo jornal do partido *El Siglo*. A embaixada pediu auxílio para a polícia, que foi imediatamente fornecida, mas os manifestantes já haviam se retirado, dando a entender que foi um protesto de pequena proporção, mas que demonstra o descontentamento que as ações do governo brasileiro vinham provocando na esquerda chilena.³²⁰

No governo de Salvador Allende, temos uma intensificação dos laços entre o Chile e Cuba. Essa foi uma das preocupações que o Partido Democrata Cristão teve de lidar. O Senador Tomás Pablo teria, inclusive, solicitado esclarecimentos sobre o número excessivo de funcionários cubanos em atividade na representação diplomática de Cuba em Santiago. Dos quarenta e oito funcionários diplomáticos e administrativos daquela embaixada, apenas dois eram chilenos, um mordomo e um motorista. Além disso, um grupo do Serviço de Informações de Cuba estaria assessorando a Polícia de Investigações de Santiago, sendo eles Carlos Castro Casanueva, Luis Rodriguez Peña, Fernando Palma Bravos, Luis Mateos Suárez, Carlos Tamijo del Soto e Guillermo Rodrigal Gonzalez.³²¹

³²⁰ BR AN, BSB IE.03.10, p. 2/86.

³²¹ BR AN, BSB IE.06.7, p. 15/38.

No ano de 1971, temos um reporte sobre a situação interna no Chile que faz menção a uma modificação dentro da polícia de investigações chilena. O Diretor Geral, Eduardo Paredes, teria demitido 19 investigadores por motivo de corrupção e ineficiência e esses estariam ameaçando-o. Esta informação foi obtida dentro dos grupos dos asilados brasileiros em Santiago. Outro fator de extrema importância é a acusação de que entre os guardas disponibilizados para o ex-presidente Eduardo Frei estariam presentes elementos da extrema-esquerda que teriam ordens de vigiar e de executá-lo em uma possível eventualidade.³²²

Existia uma preocupação por parte de residentes cubanos, vinculados à Embaixada de Cuba em Santiago, sobre a inauguração da Base Aérea de Santa Maria (RS). Eles consideravam essa uma base estratégica importante para uma eventual ação contra o Uruguai. O governo cubano estaria acompanhando a vida militar no Rio Grande do Sul, através de informantes que possuíam no Uruguai e na Argentina. Uma inspeção realizada pelo Comandante do III Exército, General Breno Borges Fortes, teria sido alvo de comentários dos agentes cubanos em Santiago, temendo que essa poderia ser uma movimentação que poderia resultar uma ação brasileira no Uruguai, dependendo do resultado das eleições presidenciais uruguaias.³²³ Esse informe parece estar vinculado à preocupação que o Brasil teve na eleição de 1971 do Uruguai, em que existia um temor de acontecer algo semelhante ao que aconteceu no Chile, caso Líber Seregni vencesse as eleições.

Em 1972, temos um caso que possui uma certa relevância no âmbito das relações internacionais. O presidente Salvador Allende solicitou que a chancelaria chilena emitisse uma nota para a imprensa, rádio e televisão para que fosse concedido tratamento mais condigno e cordial aos chefes de Estado e autoridade de países com que o Chile mantinha relações diplomáticas. O informe afirma que essa manifestação estaria relacionada aos sucessivos protestos verbais e escritos da Embaixada do Brasil em Santiago sobre a campanha antibrasileira da imprensa de esquerda. Essa tinha como principal fonte relatos de asilados.³²⁴ O Brasil pode ter pressionado o governo chileno para que ele se pronunciasse contra as matérias publicadas na imprensa que estariam manchando a imagem do Brasil na esfera internacional.

Os primeiros informes sobre incitação de conflitos, por parte da oposição ao governo Allende, vêm por meio de um informe que afirma que a deputada socialista chilena Carmen

³²² BR AN, BSB IE.06.9, p. 57/118.

³²³ BR AN, BSB IE.07.3, p. 46/86.

³²⁴ BR AN, BSB IE.08.1, p. 1/72.

Lazo atribuiu aos democratas cristãos alguns incidentes que ocorreram em Santiago. Esses conflitos teriam como objetivo forçar o governo a sair dos canais legais para conter essa situação, o que poderia justificar o partido democrata-cristão e os demais opositores de centro e de direita a requisitar a intervenção das Forças Armadas, para garantir a Democracia e a Constituição.³²⁵ A experiência socialista do governo Allende só conseguiu obter algum êxito, pois respeitava as instituições democráticas, portanto, romper com elas daria argumento para que a oposição requisitasse uma ação das Forças Armadas para defender o Estado de direito.

O ex-esposo da Deputada Carmen Lazzo, Gustavo Vidal, que era membro do comitê de imprensa do Partido Comunista Chileno, teria realizado uma análise da conjuntura no período de 1972, afirmando que a situação política estava se tornando cada dia mais tensa. E, por esse motivo, o PCCh estaria armando os seus filiados na capital.

Sobre as Forças Armadas Chilenas ele teria dito que:

- a) No Exército: Oficiais- Gerais: a maioria é constitucionalista, isto é, contra qualquer golpe;
Oficiais, de Tenente a Coronel: cerca de 85% são contrários ao governo da Unidade Popular e o restante (15%) favoráveis a Allende;
No nível de Sargentos: 45% contrários; 30% a favor da Unidade Popular e 25% “Constitucionalistas”.
- b) Na Marinha: 75% seriam decididamente contrários aos Governo Allende e os restantes 15%, “constitucionalistas”.
- c) Na Força Aérea: 70% seriam a favor do Governo esquerdista e 30%, apenas, estariam contrários a Allende.³²⁶

Gustavo Vidal teria afirmado que a Aeronáutica é a única Força que favorece o governo, por nítida maioria, pelo fato de que seus oficiais esperam receber novo material soviético, o que tornaria a FACH a força aérea mais poderosa da América do Sul e poderia contrapor-se às forças peruanas, brasileiras e argentinas, que receberiam os aviões “Mirage” da França.³²⁷

Uma preocupação recorrente do governo brasileiro era em relação a sua imagem perante os outros países. Percebemos isso através das reiteradas requisições por parte da Embaixada brasileira em Santiago, em que o embaixador era Câmara Canto, um notável anticomunista, para que o governo chileno agisse contra a Frente Brasileira de Informações(FBI). O CIEX afirmava que as ações promovidas pelo governo chileno teriam

³²⁵ BR AN, BSB IE.08.1, p. 9/72.

³²⁶ BR AN, BSB IE.08.5,p.12/97.

³²⁷ BR AN, BBS IE.08.5,p.12/97.

sido de fachada apenas para responder a pressão exercida por Câmara Canto, visto que a FBI continuou a imprimir e circular suas publicações contrárias a ditadura brasileira.³²⁸

As eleições parlamentares em 1973 foram alvo de informes sobre a reação das esquerdas chilenas. Nesse informe é indicado que a postura da esquerda era de aguardar os acontecimentos e se preparar para agir apenas em caso de provocação armada por parte da direita, ou de tentativa de golpe militar. Os grupos de esquerda teriam mais de vinte e cinco mil armas em Santiago, dentre as quais 60% estariam sob posse do PC. O MIR estaria armando as brigadas e juventudes do PC e do os, além de asilados estrangeiros. Cerca de 50 asilados brasileiros teriam recebido uniformes verde-oliva, mochilas, máscaras contra gases, de uso exclusivo das Forças Armadas Chilenas, revólveres e pistolas de vários calibres.

Esse informe passa uma percepção por parte da esquerda de que eles poderiam ter um pleito negativo para os cargos parlamentares. Isso causaria dois problemas: primeiro, a maior dificuldade de empreender os projetos do governo Allende nas Câmaras, e segundo, seria demonstrar a fragilidade do governo que foi instaurado sem a maioria absoluta e por isso teve de passar pelo Congresso para ser efetivado como presidente do Chile, o que já anunciava uma certa fragilidade, que foi confirmada nas eleições parlamentares.

O governo de Salvador Allende esteve quase que permanentemente sob ameaça de um golpe por parte de setores dos militares. Em informe do dia 7/03/1973, temos o relato da preocupação das esquerdas chilenas sobre um eventual golpe militar que teria início na província de Valparaíso, devido à oposição da Armada ao atual governo. Além disso, o ex-Major Arturo Marshall, asilado na Bolívia, teria planos de reunir forças na região fronteiriça próxima a San Pedro de Atacama para invadir o território chileno em apoio à eventual investida contra o governo Allende. A esquerda chilena apontava que o Brasil daria respaldo logístico a essa tentativa de golpe.³²⁹

O golpe contra a experiência socialista no Chile veio em 11 de setembro de 1973 e, logo nas semanas seguintes, temos um informe que trata sobre a perseguição de pessoas vinculadas ao marxismo. As autoridades militares e policiais chilenas estariam concentrando seus esforços na procura de personalidades marxistas, que foram colocadas como foragidas e os mais perigosos inimigos do novo regime. Incluía figuras importantes da esquerda chilena, como o ex-Senador socialista Carlos Altamirano, o ex-senador e secretário geral do PC Luis Corvalan, o secretário geral do MIR Miguel Enriquez, e o economista Pedro Vuskovic, que

³²⁸ BR AN,BSB IE.09.3,p.11/62.

³²⁹ BR AN, BSB IE.10.03, p. 6/64.

passou pelo ministério da economia do governo Allende, além de diversas outras figuras importantes.³³⁰

Os prognósticos realizados pela esquerda chilena estavam corretos. De acordo com Vizentini, o governo brasileiro deu suporte para o golpe no Chile. O governo Médici teria enviado um grande volume de remédios e alimentos. E, apenas dois dias após o golpe, o Brasil reconheceu o governo da Junta Militar e no mês seguinte o presidente do Banco do Chile visitou o Brasil para estreitar os laços de cooperação econômico-financeira entre os dois países.³³¹ Esse movimento de aproximação com o Chile logo após o golpe militar pode ter sido fundamental para consolidar a influência brasileira na região do Cone Sul e neutralizar as pretensões da Argentina.

Em um informe de 4 de outubro de 1973, temos uma longa análise da conjuntura dos grupos de esquerda, no qual se analisa a evolução dos acontecimentos no Chile a partir da derrubada do Governo de Salvador Allende. Primeiramente, é afirmado que os líderes da UP estavam preparando um “auto-golpe” visando substituir a forma constitucional de governo por um regime autoritário marxista, algo que parece estranho ao comportamento legalista sempre exercido por Allende. Com o levante do Tenente-Coronel Souper, os responsáveis por esse suposto autogolpe teriam acelerado o plano e informado Allende de que se conseguisse se manter no poder por mais quarenta dias eles conseguiriam colocar em prática o plano. Porém, a marinha chilena teria descoberto a existência de células do MIR dentro do corpo de marinheiros, o que levantou suspeitas. A data para esse golpe estaria marcada para o dia 17 de setembro e o nome da operação o seria “Plano Z”. Esse teria sido encontrado após a queda de Allende, no arquivo do ex-subsecretário no Interior Daniel Vergara, membro do PPCh. O plano consistia no assassinato dos principais chefes militares durante o ensaio geral, que seria realizado no dia 17, o desfile militar de 19 (“Dia das Glórias do Exército”). Além disso, os líderes dos partidos políticos opositoristas sofreriam o mesmo atentado e, por fim, os presidentes de grêmios e sindicatos que se opunham a UP.

A consolidação do golpe militar esteve no horizonte da Junta Militar desde o início, com a realização de ações de neutralização dos focos de resistência. Foram realizadas operações em fábricas, nos acampamentos, e na cidade, com foco contra os guerrilheiros, que foram sumariamente exterminados através de fuzilamentos. O documento traz o número de pelo menos vinte e cinco fuzilamentos. O informe aponta que a situação era de controle total

³³⁰ BR AN, BSB IE.11.2, p. 104/127.

³³¹ VIZENTINI. *Op. Cit.*, 2004.

por parte da Junta Militar, apesar da resistência exercida por alguns grupos de esquerda que eram vistos como um potencial risco mesmo tendo um contingente reduzido, pois se tinha a perspectiva de que era possível a recomposição, especialmente do MIR. Essa parece uma fundamentação para a promoção do extermínio total da oposição.

A situação política no Chile pós-golpe militar aparece desumanizada com um relato de que pelo menos sessenta fuzilamentos teriam sido efetuados desde o dia 11 de setembro até 10 de outubro. O Ministro do Interior, General Bonilla, teria declarado que já teriam sido interrogados cinco mil e quatrocentos prisioneiros que estavam alojados no Estádio Nacional, em Santiago. Desse contingente, duas mil novecentas e trinta e cinco pessoas teriam sido postas em liberdade e cento e vinte seriam submetidos à Justiça Militar, e outras quatrocentas pessoas seriam banidas para o interior do país.

Os fuzilamentos postos em prática pela Junta Militar receberam algumas reações da comunidade internacional. Na documentação temos o telegrama do presidente da Venezuela, Rafael Caldera, onde ele faz uma súplica para o chefe do Governo chileno de que:

Inspirado en profundas razones de humanidad y dentro de la constante posición de mi Gobierno de no injerencia en asuntos interno de los demás países, me dirijo a Vuestra Excelencia para expresar-le la aspiración del Pueblo venezolano de que no se aplique em esse noble país Hermano la pena de muerte a los reciente acontecimientos. En la confianza de que Vuestra Excelencia sabrá interpretar los desinteresados móviles que me inspiran y que son los mismo que em outras oportunidades me movieron a realizar similares gestiones ante los Gobierno de otras naciones, le expreso el testimonio de mi más alta consideración.³³²

A chancelaria argentina vai no mesmo sentido divulgando a mensagem dirigida pelo presidente Lastiri ao General Augusto Pinochet, solicitando que considerasse a possibilidade de não continuar aplicando a pena de morte neste país. Afirmava que esse pedido tinha como fundamento as razões humanitárias.³³³

O presidente do Peru, Juan Velasco Alvarado, no dia 9 de outubro, solicitou por telegrama ao General Pinochet que respeitasse a vida de Luis Corvalan e outros dirigentes detidos que seriam julgados por suas ideias políticas, segundo informou a Oficina Nacional de Informações. A declaração de Alvarado foi no sentido de:

Animado por los ideales humanistas que son el fundamento de la ideologia del Gobierno revolucionário Fuerza Armada que presido, solicito a su Gobierno em nombre del Pueblo peruano respectar la vida del señor Luis Corvalán y otros

³³² BR AN, BSB IE.11.3, p. 89/121.

³³³ BR AN, BSB IE.11.3, p. 90/121.

*detenidos que serán juzgados em razón de sus ideas políticas. Reciba seguridad más distinguida consideración.*³³⁴

Os jornais peruanos de esquerda teriam dado destaque a fala de Velasco, chegando a dar indícios de que ela se tratava de uma advertência a Pinochet. O analista faz uma interpretação que reforça essa ideia de que existe um tom seco e de animosidade no telegrama que já era latente na relação entre Santiago e Lima.³³⁵ Em outro reporte, de 16 de janeiro de 1974, temos o relato de que as unidades das tropas chilenas situadas no norte do Chile estariam em estado de sobreaviso, devido ao temor de uma possível ofensiva peruana através da fronteira.³³⁶ Essa preocupação foi constante, e no mês seguinte tem-se outro informe que trata exatamente da mesma temática. O governo chileno teria debatido, através do Conselho de Segurança Nacional, os possíveis intentos belicistas do Peru. Nessa reunião estavam quatro membros da Junta Militar, e foi conjecturado que as forças terrestres e aéreas peruanas eram superiores, mas por outro lado os chilenos tinham confiança na sua armada.³³⁷

Para o Brasil, seria importante acompanhar o desenvolvimento das relações entre esses dois países, visto que naquele momento mantinha boas relações até mesmo com o Peru. Vizontini³³⁸ afirma que as relações com Lima evidenciavam a flexibilidade do Brasil em relação a países vinculados a regimes político-ideológicos distintos. Todavia, o caráter nacionalista e progressista do governo do general Juan Velasco Alvarado era mais fácil de manejar do que quando Allende governava o Chile.

A preocupação contra o Peru é constante ainda em relação a um possível ataque bélico, especialmente com a compra de tanques soviéticos que teriam chegado no país. Isto ocorreu em janeiro de 1974 e seriam 55 carros de combate “T-55” e “T-56”, seguidos de mais 145 carros e o último descarregamento era referente a material de manutenção, peças sobressalentes e munição para os tanques. Esses desembarques teriam sido recebidos por alunos da Escola do Estado-Maior do Exército peruano e na mesma época instrutores de blindados soviéticos desembarcaram sigilosamente no Peru através de barcos pesqueiros soviéticos que atuavam no Pacífico.

O Exército Peruano teria deixado diversos carros na região sul do país, pintados de cor areia, que seriam propícios para operações bélicas na região Chilena de Arica por conta da

³³⁴ BR AN, BSB IE 11.3, p. 90/121.

³³⁵ BR AN, BSB IE.11.3,p.98/121.

³³⁶ BR AN, BSB IE.12.1, p. 47/93

³³⁷ BR AN BSB IE.12.2, p. 30/31.

³³⁸ VIZENTINI. *Op. Cit.*, 2004.

geografia desértica, área, inclusive, contestada pelo Peru desde sua perda na Guerra do Pacífico.³³⁹

O CIEEX, preocupado com o possível conflito, realizou um estudo envolvendo a Bolívia e o Equador para tentar prever as posições desses países caso o conflito armado tivesse início. Sobre a Bolívia, é constatado que não era possível afirmar de qual lado o governo boliviano ficaria. Todavia, fazia-se uma projeção de que o relatório da Escola Superior de Guerra Boliviana de fins de 1974 aconselhava uma posição de neutralidade para o país. Entretanto, alguns setores militares seriam da opinião de que, devido ao fato da posição fronteira entre o Peru e o Chile, onde as hostilidades aconteceriam, ser próximo da fronteira com a Bolívia, seria plausível prever que as tropas estrangeiras entrariam no território boliviano e La Paz deveria preparar-se para essa possibilidade.

As informações dos militares bolivianos é que estariam reforçando a patrulha na fronteira Bolívia-Chile com vias de estudo para um plano de contingência. De qualquer modo, os bolivianos estaria se aproveitando do clima tenso entre Chile e Peru para obter vantagens políticas e econômicas. O presidente Hugo Banzer Suarez impôs controles governamentais mais rígidos, amparando-se nos moldes da Segurança Nacional que representa o conflito chileno-peruano. Com isso, ele obteve importantes concessões por parte do Chile. Por outro lado, ele teria se encontrado com o Presidente Velasco, em Lima, o que poderia resultar em estreitar as relações com o Peru. É apontado que se houvesse um conflito entre o Peru e o Chile a Bolívia ficaria ao lado do país que melhores perspectivas lhe oferecesse para garantir uma saída para o mar.

O Equador era outro país que vinha acompanhando atentamente a evolução das relações do Peru com o Chile, porém sem preocupar-se excessivamente. A partir de novembro as preocupações foram se agravando quanto à possibilidade de um conflito armado, pois as diferenças políticas ideológicas que separam o Chile e o Peru estariam acirradas pela autêntica corrida armamentista em que se empenharam.

Ainda assim, não acreditavam que poderia vir a ocorrer um conflito armado num futuro próximo. Por outro lado, levaram em consideração as aquisições peruanas de tanques soviéticos, por esse motivo compreendia a posição do Chile em relação aos temores com o Peru. Faz-se a conjectura de que na hipótese de um ataque peruano contra Arica, é possível que o Equador considerasse abrir uma frente ao Norte do Peru, com intuito de reconquistar territórios que lhe foram tomados pelo Peru. Nesse sentido, o Peru ficaria numa situação

³³⁹ BR AN, BSB IE.12.3, p. 46/123.

insustentável, tendo que lutar em duas frentes, porém não existiam indícios de que o Chile tenha sugerido ao Equador uma ação conjunta contra o Peru, apesar de ser uma operação militar aconselhável e politicamente propícia.

O informe termina com a conclusão de que é provável que o Equador somente recorrerá à força em caso de ataque contra seu território, mas são levantadas as possibilidades de o Chile simular ou provocar um ataque peruano contra o território equatoriano. Esse é um dos informes em que consta o aviso de que o CIEX roga não seja dada ulterior difusão ao presente Informe, assim como aos citados na Referência.³⁴⁰

A repressão por parte da ditadura militar chilena ganhou caráter legal com a modificação do artigo 6º da Constituição para estabelecer novas causas para a perda da nacionalidade, acrescentando o inciso número IV: atentar gravemente, no exterior, contra os interesses essenciais do Estado durante as situações de exceção previstas no artigo 72, isto é, durante o estado de sítio.³⁴¹

Em um documento de 11 de novembro 1974, temos o informe de que alguns políticos do campo da esquerda do os, do PCCh, e inclusive do PDC, teriam perdido a nacionalidade chilena, entre eles estariam Bernardo Leighton (PDC), Hernán Uribe – jornalista e membro do Comitê Central do PS que teria publicado no jornal mexicano *Excelsior* uma reportagem de que a Junta Militar chilena estava se preparando para entrar em guerra com o Peru –, Luis Figueroa Mzuela – ex-deputado pelo PCCh, ex-presidente da *Central Única de Trabajadores de Chile* (CUT) e Ministro do Trabalho no Governo da UP por acusação de injuriar o Chile no exterior, e ex-Senador pelo PS, acusado de deslealdade para com seu país no exterior –. Podemos ver que essa era uma prática sistemática de tentar conter os danos da imagem do Chile no exterior, retirando a nacionalidade daqueles chilenos que realizavam críticas e denunciavam as ações da Junta Militar.³⁴²

Essa medida teria sido tomada para conter uma propaganda contra a ditadura de Pinochet por parte de ex-personalidades e funcionários de alto escalão da Unidade Popular que estavam no exterior denunciando os acontecimentos e as violações realizadas pela ditadura. Além disso, temos a ocorrência do vencimento de prazo da Chancelaria para que as embaixadas não signatárias das convenções internacionais sobre asilo entregassem as listas

³⁴⁰ BR AN, BSB IE.14.1, p. 26/32.

³⁴¹ BR NA, BSB IE. 11.5, p. 49/89.

³⁴² BR AN, BSB IE.13.4, p. 82/202.

dos refugiados em suas sedes. As pessoas que ingressassem naquelas missões diplomáticas seriam consideradas hóspedes e não teriam mais o salvo-conduto de cortesia.³⁴³

A oposição no exterior contra o governo da Junta Militar era desenvolvida por meio de propaganda e intervenções por parte dos líderes da esquerda chilena. Os principais locais eram México, Buenos Aires e Roma. A capital do México é apontada como um dos lugares de grande concentração de expatriados chilenos. Em Buenos Aires foi criada uma “Frente de Resistência Patriótica”, sob a liderança de Juan Enrique Veja, ex-embaixador chileno em Havana. Em Roma teria sido criado um secretariado permanente com o objetivo de apoiar a UP e esse órgão era liderado por Volodia Teitelboim, membro da Comissão Política do Partido Comunista Chileno, e formado por membros da UP, incluindo diversos embaixadores.

Ainda na Europa, temos a existência de seis comitês nacionais de solidariedade com o Chile. Os mais destacados estavam localizados na França e na Itália, e existem evidências de que havia um comitê na Grã-Bretanha. Nesse sentido, essas diversas organizações denunciavam as atrocidades que aconteciam no governo da Junta Militar para tentar influenciar a opinião pública internacional.³⁴⁴

As autoridades de segurança chilenas estavam atentas não apenas na resistência exercida de fora do país por parte da extrema esquerda. Eles tinham a preocupação em monitorar os movimentos realizados pelo Partido Democrata Cristão e teria descoberto um plano chamado de “Lírio Azul” que consistiria em entrar dentro da administração pública, colocando figuras do PDC em postos-chave para tentar sabotar as políticas empregadas pela Junta Militar. A captura desse plano haveria agravado a relação da Junta com a diretoria do PDC, pois se tinha a ideia de que a Democracia Cristã estava exercendo uma sistemática oposição por meios escusos, buscando dificultar a aprovação popular por meio de entraves aos planos da ditadura militar.³⁴⁵ O PDC teria ainda procurado dentro da oficialidade membros que estivessem de acordo em tentar demover a Junta Militar.³⁴⁶

A Junta Militar agia no sentido de valorizar os militares que tinham manifestado sua insatisfação com o governo da Unidade Popular por meio da promoção e até mesmo a possibilidade de sua colocação em cargos ministeriais. Ao contrário, aqueles que eram identificados com o governo da UP sofriam represálias, como ocorreu com o General de divisão Orlando Urbina Herrera e o Chefe do Estado-Maior do Exército Manuel Torres de la

³⁴³ BR AN, BSB IE.11.5, p. 49/89.

³⁴⁴ BR AN, BSB IE.12.1, p. 43/93.

³⁴⁵ BR AN, BSB IE.12.3, p. 53/123.

³⁴⁶ BR AN, BSB IE.12.2, p. 31/31.

Cruz. O General Urbina era suspeito de ter simpatia pelo governo de Allende e era o segundo mais antigo, somente atrás de Pinochet.³⁴⁷

Em junho de 1975, temos a existência de um informe que trata sobre a possibilidade de um contragolpe por parte da ala esquerdista do *Partido Demócrata Cristiano Chileno*, aliado a ele estariam militares afinados a linha centrista do PDC, liderada por Eduardo Frei e Patricio Alwin. Esse grupo teria planejado um golpe com a finalidade de entregar o governo a um político civil que ao que tudo indica seria o próprio Eduardo Frei. Esse contragolpe estaria previsto para o período de 15 de agosto a 11 de setembro de 1975. Os membros da oficialidade militar que participariam seriam compostos por Tenentes e Capitães do Exército e de Carabineiros, sendo a liderança os Generais Sergio Arellano (Chefe do Estado Maior da Defesa Nacional), Hernan Bejeres (Secretário-geral do Governo) e Nilo Flody (Comandante da Guarnição de Concepción), todos membros dos quadros do exército do Chile.

O General Augusto Pinochet teria conhecimento das intenções desses generais. Esses teriam anunciado que gostariam que fosse convocada uma consulta popular, através do voto secreto, para aprovar a nova constituição da República visando melhorar a imagem do Chile no exterior e conhecer a atual força eleitoral do PDC da linha de Eduardo Frei no campo da política interna. Em contraposição a essa ação de contragolpe, teríamos o General Gustavo Leigh, que estaria visando uma futura candidatura à presidência sendo contrário aos generais mencionados e fazendo oposição ao PDC, em especial contra Frei. O General Leigh estaria sendo combatido politicamente para que não adquirisse apoio da direita econômica interna e externa, e teria sempre buscado apoio na Argentina para suas ambições políticas.³⁴⁸

Essa percepção de que o General Leigh teria uma aproximação maior com o governo argentino tem importância para o Brasil pois este, apesar de possuir uma certa consolidação como potência regional, se mantinha atento aos movimentos dos países da América Latina, como estamos vendo.

A resistência por parte dos grupos de esquerda volta ao foco em um informe de 31 de julho de 1975 através de recortes de periódicos que fazem menção ao ressurgimento de “Comandos Guerrilheiros” no Chile, sendo eles incitados pelo “*Movimiento de Izquierda Revolucionária*” conjuntamente ao PCCh e com colaboração do ERP da Argentina. Isso teria sido verificado pela detenção de membros do PCCh que teriam distribuído panfletos injuriosos à Junta de Governo Chilena.

³⁴⁷ BR AN, BSB IE.12.3, p. 43/123.

³⁴⁸ BR AN, BSB IE.14.6, p. 74/94.

Na província de Tucumán na Argentina, havia centros de treinamento para guerrilheiros com a finalidade de invadir e desencadear a guerrilha urbana no Chile. Nessa localidade estariam líderes como Dagoberto Perez, um dos quadros mais altos do MIR e naquele momento Comandante da Segunda Companhia de Montes do ERP da Argentina.³⁴⁹

A partir de 1977, percebemos que existe uma deterioração da situação interna no Chile, apesar de haver a possibilidade de ação para acelerar o processo de derrubada do regime militar. A estratégia pelos grupos de esquerda, especialmente os líderes do PS chileno, seria a de enfraquecer a posição de Pinochet, acreditando que um eventual substituto não teria a mesma força para a manutenção do regime. Os socialistas tinham ainda como estratégia utilizar a cruzada estadunidense em favor dos direitos humanos para desgastar a imagem política de Pinochet.³⁵⁰

O último informe sobre a Segurança Ideológica faz referência a uma análise dos líderes do PS, especialmente, Aniceto Rodriguez, que acreditava que estava próxima a queda de Pinochet.

Para esses membros, a situação no Chile era a seguinte:

- a) Conseguiu-se uma união em torno de um objetivo comum que é a derrubada de Pinochet;
- b) Reconheceu-se que o Partido Democrata Cristão é a maior força da oposição chilena;
- c) Chegou-se ao consenso de que, com exceção de algumas cúpulas militares, quando da queda ou substituição de Pinochet, a DINA será responsabilizada por toda a repressão ocorrida no Chile, punindo-se a seus chefes e componentes. Os principais elementos a seres responsabilizados serão os quadros componentes da Junta, algumas figuras ligadas ao movimento “Pátria y Libertad”, generais como Nilo Flody, civis como Jaime Guzman etc. O total de elementos a seres castigados, lista com o apoio da D.C., não chegaria a trinta.³⁵¹

Essa estratégia estaria articulada com apoio dos EUA, pois previa algumas etapas que eram:

- a) pressões políticas por parte dos norte-americanos e recrudescimento da atividade estudantil e trabalhista no Chile. Paralelamente se buscará a reestruturação do dispositivo militar da D.C.;
- b) ato contínuo, pressão de natureza econômica por parte do governo norte-americano e, no plano interno, manifestações hostis ao governo de Pinochet.
- c) Se falharem as etapas “a” e “b”, já com o esquema militar da D.C. em funcionamento, lançar-se ão os militares moderados numa tentativa de golpe

³⁴⁹ BR AN, BSB IE.14.7, p. 66/67.

³⁵⁰ BR AN, BSB IE.16.4, p. 24/52.

³⁵¹ BR, AN BSB IE.16.7, p. 51/62.

contra os “duros”. O grupo moderado receberia apoio logístico e financeiro por parte do governo norte-americano.³⁵²

O PCCh teria se comprometido a trabalhar com suas bases em colaboração com o OS, e, de modo geral, todos os grupos de esquerda, inclusive o MIR, para a aceitação de um governo social-democrata, retornando ao estado de 03 de setembro de 1970, isto é, antes da eleição de Salvador Allende. O PCCh e o MIR iriam se encarregar de controlar os grupos extremistas da esquerda que se insurgissem contra esse acordo. Seria uma espécie de apagamento da experiência socialista chilena.

A Democracia Cristã internacional e de modo geral os democratas-sociais acreditavam que uma possível queda de Pinochet levaria à consequência natural da queda de todos os regimes de força do Cone-sul, Bolívia, Brasil Paraguai, Uruguai e Argentina.³⁵³

O CIEX, em relação as informações relacionadas com a Segurança Ideológica dos países do Cone Sul, Uruguai, Argentina e Chile, tinha como preocupação principal os movimentos subversivos de esquerda e a possibilidade de instauração de um governo alinhado às matrizes ideológicas do marxismo, o que se acentuou com a eleição de Salvador Allende em 1970. Entretanto, percebe-se que existem algumas particularidades relacionadas aos três países. No Uruguai, a preocupação era a de monitorar o MLN-Tupamaros e o Partido Comunista Uruguaio assim como as projeções que o PCU realizava do quadro político que se desenvolvia no Uruguai.

Na Argentina, percebe-se que houve uma série de medidas adotadas pelos governos militares para realizar uma depuração dos movimentos comunistas através de legislações próprias para combater a expansão. O CIEX acompanhou mais de perto o ERP talvez pelos seus laços com o MLN e com o MIR. Mas, ao contrário do que ocorreu no Uruguai, os governos argentinos parecem ter institucionalizado práticas mais efetivas de combater os movimentos subversivos.

O caso do Chile possui as particularidades de que desde o governo de Eduardo Frei Montalva as relações do Chile com o Brasil não eram as mais amistosas, de forma que os conflitos superam uma mera diferença ideológica. Com a ascensão de Allende ao poder, percebe-se que existe uma preocupação com as críticas realizadas de dentro do Chile para com o governo brasileiro, muito embora os documentos do CIEX apresentem uma tentativa por parte de Allende de requisitar a diminuição de críticas ao Brasil. Com a deposição de

³⁵² BR AN, BSB IE.16.7, p. 52/62.

³⁵³ BR AN, BSB IE.16.7, p. 52/62.

Allende é notável uma preocupação vinculada à possibilidade de conflitos bélicos entre o Chile e o Peru e as possíveis posições que os países vizinhos, Equador e Bolívia, poderiam adotar caso ocorresse esse conflito. Por fim, temos a apreciação, por parte do Partido Socialista, sobre a conjuntura política chilena em 1977 conjuntamente com a Democracia Cristã, que acreditavam que o governo de Pinochet naturalmente perderia força caso os governos do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai voltassem ao regime democrático.

Com isso, podemos perceber que sobre as informações relativas à Segurança Ideológica nos países do Cone Sul temos algumas questões vinculadas aos movimentos das guerrilhas, com a proeminência de informes sobre o MLN-Tupamaros no Uruguai, enquanto na Argentina o principal foco foi a atuação do ERP, por ter proximidade com o MLN e com MIR.

No âmbito partidário, temos um ponto em comum, já que houve um intenso monitoramento do PCA e do PCU, assim como a atividade da Unidade Popular no Chile. Entretanto, o Chile é um caso particular no sentido de que com a eleição de Allende em 1970, foram acompanhadas de perto as movimentações do governo da UP, assim como as diversas crises políticas que envolviam a oposição por parte do PDC e de elementos das Forças Armadas que eram contrários ao governo socialista de Allende. As informações das eleições municipais e parlamentares foram utilizadas como modo de perceber o ambiente político para projetar a legitimidade do governo com a população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a introdução, no segundo capítulo, discutimos a criação da Escola Superior de Guerra e sua influência na Ditadura Militar e a partir disso percebemos a importância teórica e burocrática da instituição para fundamentar a criação dos serviços de informações como o SNI, assim como o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional e a noção de Fronteiras Ideológicas, ambas são relevantes para compreender a tanto as questões relativas a necessidade dos órgãos de informações, quanto para pensar a nuances que envolvem a obtenção e o compartilhamento de informações para outros serviços de nações estrangeiras, com isso podemos enfatizar que apesar da noção de Fronteiras Ideológicas possuir a sua importância, ela ainda precisa ser relativizada, pois alguns interesses nacionais poderiam ser conflitantes com a cooperação ideológica que as ditaduras da América Latina nutriam. Já no terceiro, buscamos compreender o sistema que a Ditadura Militar instituiu com aquilo que foi denominado de comunidade de informações. Essa tinha como objetivo principal fornecer dados importantes para a consolidação dos militares no poder e combater a subversão. A comunidade de informações teve como fundamento teórico os Manuais Básicos da ESG, em especial a organização estrutural descrita dentro deste manual. Portanto, a forma como foi burocratizado o serviço de informações esteve intimamente relacionado com as análises produzidas dentro da ESG. Percebemos que as categorias utilizadas nos manuais estão presentes na documentação do Centro de Informações do Exterior e que ele seguia os moldes propostos no manual da ESG.

No quesito da Doutrina de Segurança Nacional e das Fronteiras Ideológicas, percebemos que a DSN, alicerçada nos dois componentes, Segurança e Desenvolvimento, poderia entrar em conflito com a noção das Fronteiras Ideológicas, pois se no âmbito da Segurança elas compartilhavam de um mesmo objetivo – era reprimir os movimentos comunistas na região da América Latina –, por outro lado, existia um ambiente geopolítico de competição entre aquelas nações para tornar-se a potência regional hegemônica. Essa disputa teve como principais Estados a Argentina e o Brasil, muito por conta das suas contendas históricas e seus respectivos projetos de alcançar a posição de líder da América Latina.

A partir dessas questões, tivemos como foco buscar demonstrar como funcionou o órgão centralizador da comunidade de informações, o SNI, assim como todas as estruturas necessárias para implementar esse serviço de informações altamente burocratizado e especializado. Esse processo contou com a criação da EsNI, que formou diversos agentes com

o fim de ocupar os cargos de inteligência e operações dentro da comunidade, por isso, percebemos que existiu um algo grau de investimento por parte da ditadura brasileira no sentido de consolidar os seus tentáculos. Entretanto, como passar dos anos, o sistema de informações ganhou contornos mais pragmáticos no sentido de virar um local que garantia cargos.

O quarto capítulo teve como interesse particular demonstrar que existiu uma longa origem histórica entre o Serviço de Estudos e Informações e o Centro de Informações do Exterior. Essa vinculação tem como elo a amizade que consulesa Odette de Souza nutria com o embaixador Manuel Pio Corrêa, o idealizador do CIEX. Ele teria recebido um arquivo das mãos de Odette que continha os dados biográficos de diversas figuras públicas. Estas teriam inclinações ideológicas vinculadas ao marxismo e ao comunismo e, portanto, deveriam ser mantidas em vigilância. Todavia, o CIEX não exerceu apenas a atividade de acompanhar a atuação de figuras que tinham afinidade com o comunismo e eram contrárias à Ditadura Militar brasileira. De fato grande, parte dos informes produzidos pelo CIEX tinham como foco a atuação dos exilados brasileiros e dos movimentos subversivos na região. Entretanto, existiam seções que tinham como objetivo repassar à comunidade de informações informes que tinham como conteúdo análises do processo político que os países vivenciavam. Em particular aqueles que faziam parte da América Latina. Nesse capítulo, tivemos como objetivo analisar os dados repassados sobre o Uruguai, a Argentina e o Chile e observamos três principais categorias sendo elas as informações relacionadas aos Governos, aos Militares e à Segurança Ideológica.

Os informes sobre os Governos e os militares demonstraram que existiam certas temáticas que aproximavam a análise a percepções vinculadas ao ambiente geopolítico regional e como as diversas instabilidades do governo Uruguaio poderiam influenciar a relação que aquela nação tinha para com o Brasil e as disputas internas das Forças Armadas uruguayas. Esse foi outro elemento, que tinha como foco perceber quais as inclinações ideológicas e políticas dos líderes dos movimentos dentro do exército, tendo como avaliação uma postura mais amigável ao Brasil ou a Argentina, mesmo que no final seja afirmado que Gregório Alvarez não seguia nenhuma das duas inclinações tendo como bússola a sua ambição pessoal. No entanto, no caso da Argentina, temos alguns informes que foram na direção de demonstrar a tentativa de expandir a sua área de influência para a Bolívia através da rede de telecomunicações e outros que tinham uma preocupação com a infiltração de comunista dentro do governo de Juan Domingos Perón.

O Chile foi um caso particular por conta de que em 1970 o governo de Allende possuía claras diferenças ideológicas com o governo brasileiro. Por isso, foi acompanhado de perto, em especial as eleições municipais e parlamentares que indicavam o nível de legitimidade do governo da Unidade Popular, assim como no âmbito dos militares houve um acompanhamento da posição das Forças Armadas para com o governo, percebendo aqueles que eram aliados ao governo e aqueles que tinham insatisfações perante a administração de Allende. O descontentamento foi acompanhado de perto e ainda mais quando as sinalizações de golpe de Estado se mostravam mais possíveis. Esses informes poderiam responder as duas perspectivas, tanto de segurança quanto de melhores relações com Brasil.

A partir da queda de Allende percebemos que a preocupação começa a deslocar-se no sentido das questões geopolíticas, com o possível conflito entre o Chile e o Peru que teria suas raízes históricas e se tornaram um alerta através das aquisições de armamentos soviéticos por parte do Estado peruano. O CIEX produziu uma análise das posições do Equador e da Bolívia frente a possibilidade desse conflito, o que demonstra a importância dada a essa projeção.

O quinto capítulo analisou os informes produzidos pelo CIEX que se configuraram na categoria da Segurança Ideológica. A partir deles tivemos a possibilidade de perceber como se desenvolveu a atuação dos grupos guerrilheiros e o combate que os Estados promoveram para conter aquilo que entendiam como movimentos subversivos. Outro ponto importante foi o acompanhamento dado para os Partidos Comunistas do Uruguai e da Argentina, assim como alguns casos de militares simpatizantes de uma ideologia caracterizada como “peruanista”, que era associada a uma postura mais vinculada à esquerda.

Sobre as dinâmicas que envolveram o Chile, ainda existem as preocupações relativas à possibilidade de conflitos com o Peru por conta da deposição de Allende, assim como a deterioração do ambiente político-social com o desenrolar da ditadura de Augusto Pinochet. Isso até o momento em que, a partir da análise realizada pelo Partido Socialista na figura de Aniceto Rodriguez, percebemos que eles acreditavam que a ditadura poderia estar próxima do fim por conta do cenário político internacional.

Nesse sentido, a pesquisa conseguiu articular desde a formulação dos serviços de informações no Brasil e a sua fundamentação teórica advinda da ESG, tendo como estratégia analisar o binômio-chave de Segurança e Desenvolvimento, promovido pela DSN. Disso resultou-se a interpretação de que a noção das Fronteiras Ideológicas possui certas limitações vinculadas mais ao âmbito da defesa do sistema capitalista, mas que ao mesmo tempo existia uma intensa competição por influência na região do Cone Sul, especialmente na Bacia do Rio

da Prata, que tem seus traços históricos relacionados com as disputas tradicionais entre o Brasil e a Argentina. Além disso, o Chile e o Uruguai em diversos momentos são atraídos para essa discussão com a finalidade de compreender quais as posições que os agentes políticos e militares tomariam dentro desse quadro político.

Através de documentos que ainda não tinham sido trabalhados extensivamente, podemos perceber detalhes sobre como o Brasil obtinha informações relativas à política interna e o combate da subversão no Cone Sul. Levanta-se ainda a possibilidade de que essas informações poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento da política externa exercida pelos governos militares.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da (Org.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Segurança e defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual*. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ANTUNES, Priscila C. B. *SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ARAUJO, Andre Leite; TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. A posição do Brasil no sistema diplomático da Bacia do Prata entre 1969 e 1974. *Boletim Meridiano*, Brasília, v. 16, n. 148, p. 10-17, 2015.
- ARGENTINA. *Ley n° 17.401, de “Represión al comunismo”, del 22 de agosto de 1967*. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 1967. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-17401-260802/actualizacion>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- ASSUMPCÃO, M. B. Fronteiras Territoriais Versus Fronteiras Ideológicas: A geopolítica do anticomunismo no marco das discussões sobre terrorismo de estado no Cone Sul. *Espaço Plural*, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 178–194, 2000. Disponível em: <https://revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8584>. Acesso em: 21 set. 2023.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970–1973)*. 2. ed. Edição do Kindle. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

BARBOZA, M. G. *Na Diplomacia, todo o traço da vida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Caroline. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI; THOMPSON FLORES; AVILA. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Letra e Vida/Suliani, 2009. p. 175.

BRASIL. *Lei n° 785, de 20 de agosto de 1949*. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1949. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-785-20-agosto-1949-363936-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1976.

BRASIL. *Lei n° 4.341, de 13 de junho de 1964*. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. *Decreto n° 68.448, de 31 de março de 1971*. Cria a Escola Nacional de Informações e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. v. 1. – Brasília: CNV, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CASTILHO, Alessandra Beber. *Diplomacia e Repressão Política: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores no Chile (1968-1973)*. 2015. 133 p. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 2015.

COMBLIN, Padre Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. p. 101-123.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto mar*: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá*: teoria das relações internacionais. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668>. Acesso em: 21 set. 2023.

FERNANDES, Ananda Simões. Registros da Espionagem durante a Ditadura Brasileira: O Caso do Centro de Informações do Exterior. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 131-157, jan./jun. 2020.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FRIÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011)*: uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. Brasília: FUNAG, 2018.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOBO, Karla. Década de 1970: a política externa e o papel do Itamaraty. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 77-98, 2017.

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Consultoria técnica de tradução de Paulo Fagundes Visentini. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. São Paulo: Editora Cortez, 2005 [1973].

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 5, p. 40-56, 2002.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). *Tempo Negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura militar*. 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. *Acervo do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, 2008. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/296>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL (Chile). Nações Unidas. *Boletín Económico de América Latina*. 7. ed. Santiago: Nações Unidas, 1962.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina 1916 a 1999*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SCHINKE, Vanessa Dorneles. O papel da Escola Superior de Guerra na sustentação do regime autoritário brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1955-1980, set. 2019.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. O Serviço Secreto do Itamaraty. *Correio Braziliense*, 22 de julho de 2007.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. *Clio: Revista De Pesquisa Histórica*, Macapá, v. 31, n. 2, 2014.

SETEMY, Adrianna. Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEX): A institucionalização das Políticas de Informação e Repressão ao Comunismo no Itamaraty. *Locus: Revista de História*, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2019.

SPEKTOR, Matias (Org.). *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

TÁVORA, Juarez do Nascimento. Aos concludentes da Turma de 1952. *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Edição Especial Comemorativa do Jubileu de Diamante 1951/2011. Brasília: [s.editora], 2011.

VASCONCELOS, C. B. A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964. *Antíteses*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 278–308, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/35848>. Acesso em: 21 set. 2023.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguai: 1968-1985*. 2003. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VIZENTINI, Paulo. *A Política Externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964- 1985)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br